

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Departamento de História

" O SERTÃO NORDESTINO NA LONGA DURAÇÃO
(SÉC XVI A XIX)"

CERES RODRIGUES MELLO

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em História da UFRJ visando a
obtenção do título de Mestre em História
do Brasil.

Rio de Janeiro — Brasil

Julho — 1985

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Departamento de História

"O SERTÃO NORDESTINO NA LONGA DURAÇÃO
(SÉC XVI A XIX)"

CERES RODRIGUES MELLO

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em História da UFRJ visando a
obtenção do título de Mestre em História
do Brasil.

Rio de Janeiro — Brasil

Julho — 1985

MELLO, Ceres Rodrigues

O Sertão Nordestino na longa duração
(séculos XVI a XIX). Rio de Janeiro,
UFRJ, IFCS, 1985.

xi , 265 f.

Tese: Mestre em História do Brasil

1- Permanência 2- Isolamento 3- Teses.

I- Universidade Federal do Rio de Janeiro
IFCS

II- Título

-iii-

A meus pais e àqueles que comigo sertanejaram.

Agradecimentos:

Ao Sr. Artur Soares de Pinho, encarregado de biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, pela ajuda na busca de quatro séculos de documentos.

Ao Prof. Vicente Santos Tapajós, pelo apoio e incentivo.

RESUMO

O Sertão Nordestino na longa duração (séculos XVI a XIX) focaliza a singularidade e a permanência de alguns aspectos nessa área geográfica. O sertão abordado não está limitado ao Polígono das Secas nem é apenas oposto a marítimo; ele foi encontrado entre as árvores da floresta tropical, podia estar na barra do São Francisco ou nos Montes Altos.

A população sertaneja conservou durante séculos seus utensílios, o modo de pesar e medir, a receita de manteiga. Ela sofreu com as dificuldades para a manutenção da lei e delas se aproveitou para descaminhar a quinta parte do ouro.

A partir do século XIX, a energia a vapor colocou diversos locais no litoral brasileiro em contato mais rápido entre si, vencendo as monções. A população litorânea, em contato com costumes de outros países, esqueceu-se de hábitos que por séculos foram praticados lá e no sertão.

SUMMARY

The " Sertão Nordestino " in his long duration (of the XVI century until the XIX century) shows the singularity and the permanence of some aspects in this geographical area. The approach "sertão" is not limited to the "Polígono das Secas " and it is not only opposite to maritime; it was met between the trees of tropical forest, it could be in the mouth of "São Francisco", or in the " Montes Altos ".

The population of the "sertão" conserved during centuries his utensils, the way of measure and weigh, the way to do butter. It suffered with difficulties for the maintenance of the law and profited this to put out of the way one fifth part of the gold.

Since the XIX century, the steam energy put various places of the brazilian coast-line in fast contact between themselves, overcoming the "monções". People living in the litoral, in touch with foreign practices, forget the customs that during centuries were practiced there and in the "sertão".

ÍNDICE

PRELIMINARES	i - xi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	Semântica, geografia e sertões nordesti - nos.
I.1	Semântica e sertões nordestinos 9
I.1.1	Dicionaristas e "sertão" 10
I.1.2	Sertão em oposição à costa 15
I.1.3	Distância do sertão em relação à costa 16
I.1.4	Adjetivação do vocábulo sertão 17
I.1.5	"Interior do sertão" 20
I.1.6	"Sertão de cima", "sertão de baixo" e "Sertão do Norte" 21
I.1.7	"Sertão de dentro", "sertão de fora" ... 21
I.1.8	"Sertão deserto" e sertão povoado 22
I.1.9	"Alto sertão" e "Sertões abertos" 23
I.1.10	"Sertão" de lugares 24
I.1.11	Viajantes estrangeiros e o termo ser - tão 28
I.2	Geografia e sertões nordestinos 30
I.2.1	Rio São Francisco e representação car - tográfica 31
I.2.2	Consecução dos registros cartográficos nos sertões 33
I.2.3	Cartografia dos sertões e política de sigilo 37
I.2.4	Qualidade das informações cartográfi - cas sobre os sertões 38

I.2.5	"Sertão" na terminologia geográfica	40
CAPÍTULO II Comunicação e isolamento.		
II.1	Comunicação nos sertões nordestinos ...	46
II.1.1	Comunicação entre a costa leste-oeste e Salvador	46
II.1.2	Causas para a abertura de caminhos sertanejos e proibições para trilhar alguns	51
II.1.3	Abertura de caminhos sertanejos	59
II.1.4	Invasores holandeses e comunicação	63
II.1.5	Outros caminhos pelos sertões nordestinos	65
II.1.6	Perigos de uma viagem terrestre aos sertões	67
II.1.7	Meios de transporte terrestres no Sertão Nordestino	71
II.1.8	Estrada de ferro	75
II.1.9	Estrada natural	79
II.1.10	Importância de centros convergentes e dispersores de estradas sertanejas	83
II.2	Isolamento e sertões nordestinos	84
II.2.1	Isolamento e administração dos sertões	84
II.2.2	Isolamento e escoamento de produtos ...	85
II.2.3	Isolamento e administração dos sacramentos	87
II.2.4	Isolamento e sistema de correio	89
II.2.5	Comunicação e isolamento	93
II.2.6	Intercâmbio litoral-Sertão Nordestino..	98

CAPÍTULO III	Lei e violência.	
III.1	Crime nas Ordenações do Reino	105
III.2	"Bandido" para Hobsbawm e "facinoroso" no Sertão Nordeste	107
III.3	"Régulo" e cangaceiro	109
III.4	Fuga para o Sertão Nordeste e acoitamento	112
III.5	Indígena, Terço de paulistas e violência	115
III.6	Distância e manutenção da Lei	118
III.7	Metrópole e manutenção da Lei	123
III.8	Juiz e ouvidor no exercício da Lei	126
III.9	Seca e violência	132
III.10	Lei e violência	133
CAPÍTULO IV	Civilização material.	
IV.1	Máquinas e energias	136
IV.1.1	Engenho de açúcar	136
IV.1.2	Maquinismos ligados ao algodão	140
IV.1.3	Extratativismo de sal	141
IV.1.4	Máquinas para a mineração	142
IV.2	Pesos e medidas	143
IV.2.1	Alqueire e cuia (cabaço)	144
IV.2.2	Minguel	145
IV.2.3	Libra e oitava	145
IV.2.4	"Medida", prato e quarta	146
IV.2.5	Légua	147

IV.2.6	Contagem do tempo	149
IV.2.7	Sistema métrico decimal	150
IV.3	Moeda, açúcar, letra, ouro em pó, vale	151
IV.3.1	Escassez de moeda, de letra e os gêneros da terra como meio circulante	152
IV.3.2	Cerceio, falsificação de moeda	156
IV.3.3	Barricas de bolacha, sal, vale	158
IV.4	Doenças e mezinhas	159
IV.4.1	Doenças	159
IV.4.2	Mezinhas de origem vegetal	163
IV.4.3	Mezinhas de origem animal	166
IV.4.4	Mezinhas de origem mineral	167
IV.4.5	Curado de cobra, curador de cobra, remédios de fonte mística	167
IV.4.6	Curandeiro e remédios de fonte mística	170
IV.4.7	Os que exerciam a medicina	172
IV.5	Alimentação: carências e farturas	174
IV.5.1	Pão de trigo, pão de bró	175
IV.5.2	Farinha de mandioca	175
IV.5.3	Carne fresca, carne do sertão, carne do Ceará ...	178
IV.5.4	Outros alimentos	179
IV.5.5	"Comidas brabas"	182
IV.5.6	Carestia de alimentos	183
IV.5.7	Preconceitos na alimentação	184
IV.5.8	As refeições	186
IV.6	Habitações, utensílios e mobiliário	189
IV.6.1	Habitações	189
IV.6.2	Utensílios	195

IV.6.2.1	Utensílios das tropas	195
IV.6.2.2	Utensílios domésticos	196
IV.6.2.3	Utensílios para o extrativismo de sal e salitre	198
IV.6.3	Mobiliário	199
IV.7	Festas, instrumentos musicais e trajos	200
IV.7.1	Festas	200
IV.7.2	Instrumentos musicais	202
IV.7.3	Trajos	203
CONCLUSÃO		205
BIBLIOGRAFIA		212
 Fontes	212
 Instrumentos de Trabalho	249
 Estudos e artigos	254

"Um europeu que só tenha visitado no Brasil as cidades marítimas, que conheça apenas os ricos proprietários, os empregados ou o povo das cidades, não deveria arrogar-se o direito de se pronunciar acerca do país e de seus habitantes. É o que acontece, entretanto, as mais das vezes, e não raro emitem opiniões ou juízos igualmente inexatos e parciais. A única coisa que permite constituir uma opinião sadia e meritória é a longa permanência no interior do país, a freqüentação habitual e familiar da parte da população que se dedica à agricultura, isto é, os colonos" (55-188). A opinião de Rugendas colocou um Brasil no interior e outro litorâneo, dois Brasis. Também Jacques Lambert, sociólogo francês, estabeleceu uma dicotomia, a partir da industrialização do Sul, comandado por São Paulo, enquanto o Nordeste ficou imobilizado. O sociólogo não considerou o litoral e o interior, conforme Rugendas.

Uma das proposições desta pesquisa é apontar a dicotomia, não em termos de Sul e Nordeste, porém em relação a litoral e sertão. A mentalidade urbana nordestina está mais próxima da mentalidade urbana do Sul do que de seus conterrâneos sertanejos. Embora seja possível falar em Brasis, opor o Sul ao Nordeste e generalizar.

A dicotomia aqui focalizada aparece em função de um litoral que se reeuropeiza, segundo a abordagem de Gilberto Freyre (415), abandonando hábitos comuns ao litoral e ao sertão. "No Brasil dos princípios do século XIX e fins do XVIII, a reeuropeização (perdoe o leitor os muitos mais inevitáveis "ão") pela assimilação da parte de raros, pela imitação (no sentido sociológico, primeiro fixado por Tarde), da parte do

maior número; e também por coação ou coerção, os ingleses, por exemplo, impondo à colônia portuguesa da América - através do Tratado de Methuen, quase colônia deles, Portugal só fazendo reinar politicamente sobre o Brasil - e mais tarde ao Império, uma série de atitudes morais e de padrões de vida que, espontaneamente, não teriam sido adotados pelos brasileiros. Pelo menos com a rapidez com que foram seguidos pelas minorias decisivas nessas transformações sociais" (415-336).

Nos jornais oitocentistas de Recife apareceram anúncios de sabão de Windsor, limonada gasosa, Gregory's Powder, além de remédios franceses largamente anunciados (414 - 204), que condenavam ao abandono as mezinhas, até então utilizadas. Koster observou, em Itamaracá, que "se a família possui alguns bens as moças vestem nesse dia (de missa) roupas de algodão es-tampado, chapéu de palha inglesa, meias de fabricação estrangeira e garridos sapatinhos feitos pelos artistas da terra" (53-347). Os rapazes, também, usavam chapéus ingleses (53-347). O litoral estava voltado para a Europa. "A reeuropeização do Brasil começou fazendo empalidecer em nossa vida o elemento asiático, o africano ou o indígena, cujo vistoso de cor se tornou evidente na paisagem, no traje e nos usos dos homens" (415-336).

Embora as mercadorias européias fossem enviadas ao Sertão Nordeste através de tropas (57-270), o recebimento era demorado e arriscado, em função da precariedade dos caminhos. Essas mercadorias não visavam à população sertaneja em geral, por causa dos preços elevados, mas a algum criador de gado abastado. Desse modo, a população disseminada pelos "longes desses Sertões" (85-225) continuou utilizando materiais en-

contrados na natureza, para compor seus objetos (baús, cuias, potes), suas casas (palha, folha de carnaúba), para medir (cuias, chapéu de couro) e vestir (chapéu de couro, de buriti, roupas de algodão ou de couro); diante de uma doença, o meio mais rápido de combate era a mezinha ou a rezadeira e para ir a uma festa bastava um chapéu de buriti, ou uma flor na roupa do vaqueiro. O exame da civilização material sertaneja, entre os séculos XVI e XIX, constitui parte desta pesquisa.

Outra proposta é o exame da morosidade nas comunicações, levando ao insulamento da população sertaneja. A tese do isolamento foi combatida por Ralph della Cava, ao examinar um trecho do Sertão Nordestino, em um tempo conjuntural. No presente trabalho, procuramos mostrar que o isolamento é um fato repetitivo, comum a todos os sertões do Nordeste, em um tempo secular. Havia, porém, bolsões que, temporariamente, encontravam comunicação menos vagarosa e mais intensa, após períodos de insulamento, como era o caso de Jacobina, em inícios do século XVIII, e do Crato, em fins do século XIX.

Ligadas ao problema do isolamento aparecem as questões da manutenção da lei e da coibição da violência. Para as autoridades coloniais, era muito difícil fazer valer as leis portuguesas, pois não havia pessoal adequado, os riscos de uma correição eram numerosos e o ouro atraía a todos. O vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes, que governou o Brasil entre 1720 e 1735 (352-50-29), muito se preocupava com o que chamava de "indulto do sertão", escudando tanto régulos, sequazes ou autoridades esquecidas de seu papel. A violência era uma constante, desde os ataques de gentio bárbaro, até os crimes praticados para roubar dois grãos de ouro, ou as afrontas cometidas

por Manuel Nunes Viana, que de mantenedor da lei passou a desafiar-la. É proposta desta tese que a figura do cangaceiro continua a figura do régulo, quando vista em um processo de longa duração.

Para o prosseguimento da pesquisa, uma necessidade logo foi imposta, qual fosse saber o que era sertão. O ponto de partida foi o sertão semi-árido enfocado por Euclides da Cunha, enquanto os "Documentos históricos da Biblioteca Nacional", os cronistas e os viajantes oitocentistas revelavam muitos outros sertões nordestinos. O geógrafo Manuel Correia de Andrade registrou que o seu conceito de sertão semi-árido fora retirado da história, baseado em que, desde o período colonial, sertão se referira à semi-aridez. No entanto, a presente pesquisa revela que o sertão das fontes históricas não era apenas semi-árido, não tinha distâncias fixas da costa, e nem sempre era oposto a marítimo. Assim, a geografia aproveitou um dos sertões históricos para conceituar uma grande parte do Nordeste brasileiro. A semântica portuguesa de "sertão" necessitou se unir à semântica brasileira, muito mais rica e adjetivada, em vista da nova realidade retratada pelo vocábulo.

Objetivando a realização deste trabalho, foram utilizados os "Documentos históricos da Biblioteca Nacional" (D.H.), com seus cento e dez volumes, quase todos referentes ao atual Nordeste. Constan deles: alvarás, cartas de doação, correspondência dos governadores gerais e dos vice-reis, reuniões do Conselho Ultramarino, petições, patentes, por exemplo. Um detalhe foi notado, mas não abordado na pesquisa: a palavra sertão, às vezes, aparecia com "s" maiúsculo. Poderia ter um significado especial ou ser apenas um reflexo do modo de escre-

ver, em épocas em que os "ductus" das Letras variavam com frequência; ou, ainda, a transcrição do documento original poderia não ter sido exata, por serem as maiúsculas, por vezes, parecidas com as minúsculas. Era um problema paleográfico, só resolvido com o documento original e sem garantias de que fosse referente de um significado extra. Todos os documentos são de leitura rápida, interessante. A única dificuldade é a inversão de ordem dos termos da oração.

Os D.H. foram todos fichados por verbetes, método também empregado na leitura dos cronistas, dos viajantes estrangeiros, dos documentos holandeses e demais obras. As informações fornecidas por essas fontes foram agrupadas, aproximadamente, em cento e quarenta e três verbetes, incluindo civilização material, semântica, povoamento, mentalidade, toponímia, comunicação, lei.

Em função do estudo semântico, os dicionários tiveram um papel fundamental. Historiadores e dicionaristas poderiam trocar informações sobre determinadas palavras da língua, já que os primeiros trabalham com uma documentação que complementaria o trabalho dos segundos.

Relacionado aos viajantes, Rodolfo Garcia considerou o século XIX como "o verdadeiro século do descobrimento do nosso país para as nações civilizadas" (418-856). Se, em 1800, Humboldt era visto com desconfiança pelos brasileiros, em 1802, Thomas Lindley iniciava uma viagem, cujo relato reavivou, na Europa, o interesse pelo Brasil. Quando Napoleão despreocupou os governos da Europa, expedições científicas foram financiadas pelos europeus e norte-americanos, objetivando o Brasil. Os viajantes eram homens de ciência ou tinham es

na, onde está a transcrição. Por exemplo: (22-91) 22 está relacionado a MARCGRAVE, Jorge e à obra consultada, enquanto 91 é a página. Quando houver volume, a indicação constará em numeral ordinal ou romano, conforme aparecer na obra.

CAPÍTULO I - Semântica, geografia e sertões nordestinos

I.1 - Semântica e sertões nordestinos

Marc Bloch comentou que a história recebe em grande parte um vocabulário já desgastado, deformado por dilatado emprego, além de ser ambíguo. No entanto, a dificuldade maior é que "estes empréstimos carecem de unidade. Os documentos tendem a impor sua nomenclatura: o historiador se os escuta, escreve ao ditado de uma época cada vez diferente" (360-133). A afirmativa de Marc Bloch pode ser aplicada perfeitamente à palavra sertão, "intraduzível" (401-32), enigma etimológico para os lingüistas.

Nesta pesquisa foi considerado: "uma palavra vale muitíssimo menos por sua etimologia do que pelo uso que se faz dela" (360-41). A importância do estudo da semântica para o historiador está relacionada a uma colaboração com a história das mentalidades, pois, através da semântica, é possível apreender a cosmovisão de uma época, verificando as mudanças ou ampliações de sentido de determinados termos.

A etimologia do vocábulo sertão não está esclarecida. Gustavo Barroso levantou algumas hipóteses, entre elas, a de que "sertão não seria mais que a corruptela ou abreviatura de desertão, o deserto grande, apelativo dado pelos portugueses às regiões despovoadas e híspidas da África Equatorial" (382-401). Em outra etapa de sua pesquisa, ressaltou uma diferença entre "sertão" e o homônimo certão, esse último aplicado a áreas nada desertas (382-402). No dicionário da

língua Bunda de Angola, de frei Bernardo Maria de Carnecatim, Gustavo Barroso considerou estar o étimo de "sertão" mais corretamente "certão" derivado de "muceltão" - certão em forma decepada, significando "locus mediterraneus" (382-403). O vocábulo muceltão derivaria do puro angolano bunda - "michitu" ou "muchitu" - mato, para os habitantes do interior (382-403) daí originando sertão - mato longe da costa.

Outro pesquisador do étimo de "sertão", Moacir Silva, não seguiu a correlação deserto - desertão - sertão e preferiu indagar se a palavra significaria o interior, a partir das ações de Domingos Afonso Sertão. O papel do desbravador do Piauí teria levado à "espontânea alteração semântica popular, pela sinédoque, do nome próprio em comum, toponímico (sertão) ?" (461-638). Através do exame dos D.H., podemos responder que, antes de o Piauí ser conquistado, a palavra já possuía o sentido de interior. Ao pesquisar o étimo da palavra, Moacir Silva discordou de Gustavo Barroso: não aceitando derivar "sertão" de "muceltão", preferiu originar a palavra de "Sertã" ou "Sartão", região da Beira Baixa, fisiograficamente parecida com o Nordeste (461-643).

I.1.1 - Dicionaristas e "sertão"

O problema etimológico não foi abordado por todos os dicionaristas. Os primeiros eram portugueses e se baseavam na língua falada na Península Ibérica, enquanto o vocábulo sertão vinha se modificando de um modo que, provavelmente, não era percebido pelos que cuidavam do assunto. Embora, no século XIX, já se dicionarizassem brasileirismos como jagunço,

cangaço e cangaceiro, o verbete sertão continuou registrado com a aceção portuguesa. Os dicionaristas não percebiam ser o termo sertão algo mais do que o legado da língua colonizadora e, somente a partir da década passada, alguns dicionários acusavam uma variedade maior quanto ao emprego dessa palavra e uma aceção brasileira.

Alguns autores consultados, como Beaurepaire-Rohan (326), Manoel Pinheiro Chagas (329), Antonio Maria do Couto (334), Cesar Augusto Marques (346), J.I.Fonseca Roquette (350) e Viterbo (358/359) não apontaram em suas obras o termo sertão. Outros autores registraram a palavra, como, no século XVIII, o fez Bluteau (1720), assinalando ser o sertão uma "Região apartada do mar & por todas as partes metida entre terras. Mediterranea Regio" (327-II-s/v). Bacellar (1783) citou "cert-ão, anejo (cherròs) terra deserta. v.sartãa" (325-s/v) e para "sartãe, agem (sartago) frigideira; vil P.v. certão" (325-s/v).

No século XIX, o "Diccionario da língua portugueza", da coleção Dictionarios do povo, revelou o vocábulo sertão como "o interior de um país selvagem. Os matos longe da costa" (336-s/v). Constancio (1836) teve abordagem semelhante ao se referir a "região interior remota da costa do mar" (330-s/v), definição que Eduardo de Faria (1859) endossou (338-s/v). Antonio de Moraes e Silva (1858) conservou o sentido de "oposto ao marítimo, praias e costas" (354-II-s/v), assim como, posteriormente, Domingos Vieira (357-V-s/v). Candido de Figueiredo (1899) registrou a palavra de modo mais complexo: "lugar inculto, distante de povoações ou de terrenos cul-

divados; floresta, no interior de um continente, ao longe da costa" (339-II-s/v), definição que Torrinha (1935) repetiu (356-s/v).

As reedições, no século XX, trouxeram alguns acréscimos, como o dicionário de Antonio de Moraes e Silva (1957), que explicou para "sertão": "designação que se aplica particularmente às caatingas ou campos gerais do Brasil, para alguns autores uma modalidade de savana; lugar inculto, distante das povoações ou de terrenos cultivados; terra ou povoado afastado do litoral. Bras. As terras e povoações do interior" (354-X-s/v). Na obra, Moraes e Silva também fez referências a "Sertão bruto. s.m. Bras. sertão sem moradores, totalmente desabitados/sertão de gravatá. s.m. Bras. da Bahia. nome que os matutos dão a uma extensão de terra coberta de gravatás (certas plantas bromeliáceas)/Sertão de pedra. s.m. Bras. designação dada à zona além do Ceará-Mirim por ser, daí em diante, muito pedregoso o solo" (354-X-s/v). A mesma abordagem figurou em Aulete (324-V-s/v), no dicionário Melhoramentos (353-V-s/v) e na "Grande enciclopédia portuguesa e brasileira", que diferiu de Moraes e Silva apenas no início, ao apresentar: "Sertão s.m. Bras. do Nordeste. Zona interior, mais seca que a caatinga..." (343-XXVIII-s/v).

Houve autores que apresentaram a discutida etimologia de "sertão" como a forma aferética de desertão, enquanto na semântica apontavam a floresta longe da costa. Seguiram essa linha de explicação os autores Antenor Nascentes (348-s/v) José Pedro Machado (345-s/v) e Augusto Moreno (347-s/v).

Dentre os dicionários consultados, a "Grande enciclopédia

pédia Delta Larousse" (1970) contém alguns sertões registra- dos em portarias, alvarás e cartas: "Sertão: s.m. Região ' agreste afastada das terras cultivadas e dos núcleos urbanos. Terreno coberto de mato, afastado do litoral. Zona pouco po- voada do interior, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura (sertão é, de modo geral, o interior do país. O termo aplica-se sobretudo ao setor semi-árido norte-ociden- tal. As tentativas de caracterizá-lo têm sido convencionais. Equivale a dizer que é toda a região do interior ligada ao ci- clo do gado, onde permanecem tradições e costumes antigos. O nome fixou-se mais no Norte, Nordeste, Centro, Minas Gerais e Goiás, que no sul)". A enciclopédia relaciona, também, vários sertões e seus municípios: Zona de Sertão, Sertão Alto, Ser- tão Central, Sertão Centro-Norte, Sertão do Moxotó, Sertão de Santana, Sertão do Alto Moxotó, Sertão do Alto Pajeú, Sertão do Baixo Jaguaribe, Sertão do Médio Jaguaribe, Sertão do Oes- te, Sertão do Piranhas, Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe, ' Sertão do São Francisco, Sertão do Sudeste, Sertãozinho" ' (342-XI-s/v).

Mesmo apontando vários sertões, ainda faltaram o al- to sertão, " o verdadeiro sertão, no dizer dos rurícolas" ' (459-9), o baixo sertão, correspondente às "zonas de várzeas, "ribeiras" onde medram carnaúbas" (459-9), o sertão de den- tro, o sertão de fora, o sertão mimoso, o sertão de cima, o sertão de baixo, o sertão aberto, o sertão do Norte, expres- sões que foram resgatadas dos documentos históricos, entre os séculos XVII e XIX.

O exame dessa mesma documentação permitiu a comple-

mentação ao "Dicionário etimológico da língua portuguesa", de Antonio Geraldo da Cunha (1982), onde pode ser lido: "sertão-região agreste, distante das povoações ou terras cultivadas sertão XV, sartão XV. De etimologia obscura/sertanejo XVII /sertanista XX" (335-s/v). Quanto a sertanejo, os documentos consultados abonam o registro do dicionarista, pois não foi encontrado o termo em fontes anteriores ao século XVII. O vocábulo sertanista, ao contrário do que escreveu o referido autor, não data do século XX, pois, em 1609, Luiz Figueira comentou sobre a difícil viagem ao Maranhão que "como todos os nossos padres sertanistas dizem, e eu vi, este é o mais estéril caminho que há no Brasil..." (14-156). Ainda no século XVII, o governador do Estado do Brasil escreveu ao governador de Pernambuco: "Terá Vossa Senhoria o merecimento de socorrer Angola, já que eu não posso mais que defender sem infantaria' esta Capitania: e baste que seja tanta a falta dela, que das de São Vicente tenho mandado vir a grandíssimo custo os sertanistas que dali costumam ir a conquistar os Bárbaros" (67-406). No século XVIII, em 1726, o vice-rei recomendou que "... lhe dê vinte homens que ele ou seu Sargento-mor Francisco Alvares Corrêa hão de nomear, por ser necessário que tenham os requisitos de bons sertanistas..." (142-334). Assim, à vista da documentação histórica, a etimologia e a semântica de "sertanista" recuaram ao século XVII.

Alguns dicionários foram específicos na abordagem a determinada província ou estado, como o de Cezar Augusto Marques, relativo ao Maranhão (346) ou o de Manuel da Costa Honorato, quanto a Pernambuco (344). Esse nos apresenta como ser-

tão de Pernambuco um "vasto território à margem esquerda do rio de São Francisco, que em outro tempo pertenceu a esta província, mas que foi unida à província da Bahia pelo alvará de 3 de junho de 1820..." (344-173). Tal definição é semelhante à que Milliet de Saint-Adolphe propôs, em sua obra, para a mesma região (351-s/v). Ambos aludiram aos sertões de fora, dos séculos XVII e XVIII, área perdida pela província de Pernambuco, em consequência da revolução de 1817. Em relação ao estado do Ceará, Alvaro Gurgel Alencar fez referência ao sertão de Inhamum "que se estende desde as cabeceiras do Jaguaribe até o Iguatu" (322-175).

Em apenas um dicionário consultado, cujo autor é A.A. Cortesão, foi encontrado "sertão" com a indicação de vocábulo brasileiro (331-124). No entanto, não há maiores explicações, uma vez que o dicionário visou a um estudo histórico-etimológico de palavras portuguesas.

1.1.2 - Sertão em oposição à costa

Em relação à semântica, perdurou a "fidelidade brasileira à linguagem portuguesa de Quinhentos" (10-321). No limiar da história do Brasil, Caminha registrou sobre a terra recém descoberta: "Pelo sertão nos pareceu vista do mar muito grande, porque a estender os olhos não podíamos ver senão terras e arvoredos" (10-240). O cronista não duvidava de que "por esse sertão" houvesse muitas aves (10-239). O sentido vago da palavra, a concepção lusa, permaneceram no século XVI (219-430). Sertão era oposto e a terras costeiras: "outros (indígenas) fugiram para o Sertão, e assim ficou a costa des-

povoada de gentio..." (18-19); ou o "sertão está cheio de filhos de cristãos, grandes e pequenos, machos e fêmeas, com vivem e se criarem nos costumes do gentio" (20-15).

Continuou no século XVII, a concepção de sertão como lugar afastado da costa. Em 1675, o rei doa terras a Francisco Gil de Araujo: "as cinquenta léguas se estenderão e serão de largo ao longo da costa e entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro tanto quanto puderem entrar e for da minha conquista" (222-173). Em 1681, o Conselho Ultramarino discutiu a distância entre os engenhos, que deveria ser diferente, dependendo da localização: "o que se devia entender nos engenhos a que chamavam de sertão, porque os que ficavam junto ao mar não militavam neles as razões referidas" (174-210).

No século XVIII, em 1719, o conde do Vimieiro, em sua correspondência sobre descobertas de minas conservou o sentido português de sertão (146-72). Dessa forma escreveram o vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes (107-71) e os membros do Conselho Ultramarino: "na vizinhança da costa do mar e não pelo sertão dentro..." (186-16).

I.1.3- Distância do sertão em relação à costa

Uma questão logo mereceu destaque: a distância entre a costa e o sertão. Várias respostas foram obtidas em função da penetração em direção ao Meridiano de Tordesilhas e do aumento do povoamento. Em 1583, a ação dos predadores tornava o sertão despovoado de maneira que até duzentas e trezentas léguas não há índios..." (262-96). No entanto, a colonização arranhava a

costa como caranguejo (32-40) porque os colonos tinham medo e "não se estendem pelo sertão adentro mais de meia légua, e pela costa, de cada parte, duas ou três léguas" (8-21).

No século XVII, Ambrósio Fernandes Brandão, tem por exígua a distância colonizada. Brandão vê com simpatia a colonização portuguesa no Brasil, ao passo que Alviano faz restrições: "Como não, se vemos que em tanto tempo que habitam neste Brasil, não se alargaram para o sertão para haverem de povoar nele dez léguas..." (6-42). Não exagerava o personagem dos "Diálogos das grandezas do Brasil", pois, a 13 de junho de 1609, Jorge de Melo Coutinho pede mercê de terras no local que bem descreve: "em o sertão de Pernamirim e Seregipe do Conde, estão muitos matos e terras devolutas sem nunca serem aproveitadas, visto estarem oito e dez léguas pelo sertão dentro, pouco mais ou menos, do porto do mar..." (62-315). Em 1639, semelhantemente, escreveu Van der Dussen: "o sertão do Brasil, a dez ou doze léguas da costa produz pau-brasil" (38-134).

No século XVIII, o combate ao gentio bárbaro, a efetiva descoberta de minas e a expansão da pecuária levaram o povoamento além das proximidades do mar. Em 1701, D. João de Lencastro tinha sua atenção voltada para o "Sertão que fica entre o Ceará e o rio Parnaíba", porque nações bárbaras "que há naqueles Sertões, de cento, e dez léguas de distância" impedem a comunicação entre o Estado do Maranhão e a do Brasil (83-139). Em 1717, "a terra da Jacobina que dista desta cidade (Salvador) setenta léguas pelo sertão dentro, é povoada há muitos anos de moradores com muitos currais de éguas e gados..." (321-614).

ram as expressões "sertões de dentro" e "sertões de fora" possuindo o rio São Francisco como um dos limites. Eram referentes às áreas das capitânicas da Bahia e Pernambuco, respectivamente, podendo ser encontradas como topônimos de um documento cartográfico setecentista (473).

No século XIX, as expressões continuaram em uso: "fiz logo a proclamação da cópia junta que enviei às vilas do sertão de dentro e tenho vindo dando às outras destes sertões de fora..." (167-34). Por causa da revolta de 1817, a capitania de Pernambuco perdeu o sertão de fora, incorporado provisoriamente à capitania da Bahia, que acabou por recebê-lo em definitivo. No entanto, a população e a toponímia não acompanhavam com a mesma rapidez as mudanças administrativas, pois que o viajante Gardner ainda fez referências à área como pernambucana, ao passar por lá, cerca de 1837 (49-247, 257, 329).

I.1.8 - "Sertão deserto" e sertão povoado

A expressão "sertão deserto" era ainda mais vaga, devido ao sentido de deserto, que pode ser um local sem população, uma área em período de seca ou ambos. No século XVII, em 1697, a povoação do Piauí confinava "pela parte do nascente com os sertões desertos que correm para Pernambuco" (12-371). Barléu registrou: "sertaneios ou habitantes dos desertos" (5-231). Paralelamente à "sertão deserto" surgiram outros termos, que revelavam esterilidade: "Sertões, em muitas partes estéreis, sem água e sem nenhum gênero de caça" (72-360).

No século XVIII, o "sertão deserto", pertencente ao

continente do rio das Contas e do rio Pardo (241-98) ficava em evidência com a descoberta de minas e, na segunda metade do século, o "rio Itapecuru tem os seus princípios a Sudoeste no Sertão ainda inculto" (7-63). Contrariando a concepção de sertão como lugar despovoado, em 1705, Leonor Pereira Marinho, membro da Casa da Torre, alegou que manteve a região de Piranhas, Açu, Jaguaribe e Piancó, "os mesmos sertões que lhes pertencem sempre povoados..." (90-14)

No século XIX, entre os viajantes, a referência ao termo sertão era acompanhada por deserto: "o sertão (deserto) apresenta nesse momento uma bela coloração verde e semelha a uma campina imensa. Na estação seca, porém, justifica bem o seu nome e transforma-se num verdadeiro deserto..." (43-546). "Essa região é o sertão (deserto), termo que se aplica a muitos dos grandes tratos de terras elevadas por onde se estende a província (Pernambuco)... sendo irregularmente supridas de chuvas e muito escassamente povoadas" (52-2º-258). Burton junta os dois termos, referindo-se a Matias Cardoso: "... fixou-se no sertão deserto" (45-220). Ou, "o que é pois na realidade dessa região (sertão de Minas Gerais) chamada deserto, num país que apresenta ele mesmo ainda vastas solidões?" (46-2º-290).

I.1.9 - "Alto sertão" e "Sertões abertos"

Exclusivamente para a área seca apareceu o "alto sertão". O termo foi preciso, na medida em que todas as vezes em que foi registrado, no século XIX, referiu-se à área semi-árida: "sendo o Piauí sujeito a secas como todos os altos

sertões do Brasil..." (271-69); "afluxo de retirantes do alto sertão que a seca prolongada expelira de seus lares" (271-69). O topônimo está em uso, no século XX: é o alto sertão "o verdadeiro sertão, no dizer dos rurícolas" (459-9); "construíram uma gigantesca adutora que captando água do rio São Francisco avança 86 quilômetros para o alto sertão" (452-38). No século XVIII, um documento revelara sertão alto, também, referindo -se à área semi-árida: "da outra parte do rio de São Francisco pela serra das Araras até a altura da Cachoeira de Paulo Afonso e daqui por todo o sertão alto" (2-417).

Um topônimo ficou isolado, com uma referência de João Pereira Caldas: "seria pois necessário ir buscar no interior do país (Pará) os Sertões abertos..." significando que "estes que dão lugar ao referido projeto são os que lhe (Pará) ficam vizinhos" (7-100).

I.1.10 - "Sertão" de lugares

Desde o século XVI, o "vastíssimo sertão", com o seu centro variando segundo o observador, por necessidade começou a ser restringido em área, ainda que vagamente. Em 1583, o "sertão de Pernambuco" sofria fome, por causa da seca (8-69), enquanto o "sertão da Bahia" abrigava os Ubirajara (36-29-297).

No século XVII, ao lado de expressões vagas que se difundiam ("interior do sertão", "centro do sertão"...), era registrado "o sertão de Pernamirim e Seregipe do Conde" (62-315), com a mesma tendência do século anterior. Admitimos que, principalmente, após 1650, os sertões começaram a mere

cer melhor e mais preciso tratamento geográfico. A expressão perde, em vários registros, o sentido vago com que era usada inicialmente. Assim, por exemplo, em 1662, "distrito e sertão da dita capitania (Paraíba)" (129-176); em 1666, "sertão entre o distrito de Goiania e Paraíba" (78-276); em 1677, "Sertão do Rio Pajeú" (234-6); em 1678, "sertões daquela cidade (Salvador)" (170-147); em 1694, "três sertões do Açu, Goguari e Piranhas" (151-123); em 1695, "os sertões de um e outro Estado, e... (sic) das capitanias deste" (80-350), referindo-se aos Estados do Maranhão e do Brasil; em 1696, "sertões do Rio de São Francisco para o norte até o Ceará Grande" (123-323).

A tendência de precisar geograficamente o sertão continuou no século XVIII: "sertão do caminho" (153-213), "sertão dessa vila" (76-312), "sertão do recôncavo desta cidade" (164-53), "cidade, recôncavo e sertão..." (242-162). No último quartel do século, a delimitação de alguns sertões adquiria maior precisão quanto ao tratamento geográfico, inclusive, empregando vocabulário próprio. Todavia, essa tendência convivia, perfeitamente, com o caráter impreciso de informações sobre outros sertões, porque enquanto umas áreas geográficas eram "sertões bem distantes" (166-186), ou vilas estavam no "centro do sertão" (60-70), outras regiões eram mais conhecidas. Em 1798, o "sertão do Maranhão" era mais precisamente descrito, tendo "de circuito quarenta ou cinquenta léguas de latitude, e de longitude cento e vinte, e mais" (31-166).

O registro de um sertão na barra do rio S. Francisco foi feito por Antonil, em um século em que o povoamento da costa é, genericamente, tido por denso. Ao descrever o ser-

tão da Bahia e o de Pernambuco, acompanhando a tendência de maior precisão, Antonil escreveu: "Estende-se o sertão da Bahia até a barra do Rio de S. Francisco, oitenta léguas: por costa; e indo para o rio acima até a barra que chamam de Água Grande, fica distante a Bahia da dita barra, cento e quinze léguas: de Centocê, cento e trinta léguas: de Rodelas por dentro, oitenta léguas: das Jacobinas, noventa léguas e do Tucano, cinquenta léguas" (3-291). Quanto a Pernambuco, o "sertão se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o rio de S. Francisco, oitenta léguas: e continuando da barra do rio de S. Francisco até a barra do Rio Iguaqu, contam-se duzentas léguas. De Olinda para Ceste até o Piauí, Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, cento e sessenta léguas..." (3-292). Em 1725, Pedro Barbosa Leal informava ter descoberto prata "no sertão do Rio de São Francisco, quarenta léguas nouco mais ou menos ao Sertão de sua barra" (303-92).

Teria o vocábulo sertão, empregado por Antonil e por Barbosa Leal, o sentido de termo, limite de cidade ou de capitania e sendo, naturalmente, uma área menos povoada? Em um documento de 1720, a junta governativa informava que "... mandamos passar a patente inclusa do posto de capitão-mor dos distritos cabeceiras e sertão desse Rio de Contas..." (147-264). As cabeceiras do rio das Contas não são litorâneas, estão compreendidas no sertão e, no entanto, o documento mostra uma diferenciação. Em 1722, Vasco Fernandes Cesar de Menezes informava a "infecção que os Religiosos causam nas Minas e no sertão..." (115-352). Ora, onde estavam as minas, no caso, de Jacobina e do Serro Frio, senão no sertão? Assim, dei-

xamos a indagação sobre o sertão se identificar com o termo de uma cidade, de uma vila, de uma capitania ou, até, do Recôncavo.

Em fins do século XVIII, Luiz dos Santos Vilhena demarcou o sertão da comarca da Jacobina: "Dividem-se estes vastos sertões em dois ramos, um para o norte nominados os Sertões de S. Francisco... Principiam estes na passagem do Juazeiro, por onde vem a dilatadíssima estrada do Piauí para a Bahia e continuam pelo Rio S. Francisco acima até o rio Verde, onde esta comarca divide com a do Serro como disse. Todo este ramo de sertão é em extremo árido e estéril, à exceção das margens do rio de S. Francisco... Fica outro ramo de sertões para a parte do sul que por serem terras minerais se nominam o ramo de Minas Novas. Divide este com aquele pela estrada que da Bahia sobe para as Minas Gerais, ficando aquele para a parte direita e este para a esquerda; começa ele abaixo de Minas e se estende com grande largura, subindo até o rio Arassuaí, onde as Minas Novas confinam com as Gerais" (42-2º-592).

De todos os sertões apresentados, expressões que permaneceram desde o século XVI, ou que se ampliaram à proporção da marcha para o oeste, é possível concluir: as "vicissitudes da história e da vida, a mentalidade de uma época e de um povo, a natureza, em suas características fisionômicas, estão, muitas vezes, retratadas nesses vocábulos (topônimos)" (355-40). Bernardino José de Souza salientou que "todo o país possui o vocabulário geográfico que se lhe acomoda e une como atributo essencial e individualizador. É lhe próprio, exclusivo. Delinea-se rasgadamente patriótico, de função quase exclusivista,

dir-se-ia até egoísta" (355-41). O termo sertão, herdado da língua colonizadora, adquiriu esse sentido "quase exclusivista", muito próprio do Brasil. O vocábulo foi empregado pelos cronistas portugueses com uma modificação em função das palavras que o acompanharam. O termo retratava a nova terra e demonstrava um sentido próprio ao Brasil, incluindo o litoral ou se afastando dele léguas imprecisas. O emprego da palavra sertão foi afetado pela longa duração e pela realidade que retratava.

I.1.11 - Viajantes estrangeiros e o termo sertão

O estrangeiro que escrevia sobre o país, necessariamente, tinha que explicar aos leitores o significado de um termo de uso tão amplo quanto sertão. As dificuldades começaram no século XVII, com Morissot, editor francês de Roulox Baro: "o sertão é uma espécie de região particular no continente, que está atrás de Pernambuco. Esta palavra significa 'boca do inferno, segundo me disse o nosso tradutor. Aí existem as mais belas matas do Brasil. Diversas nações tapuias habitam esta região" (23-116). José Honório Rodrigues observou que Morissot cometeu enganos em relação ao Brasil. No entanto, quanto a sertão, o conceito do editor francês foi coerente com a época.

No século XIX, Koster esclareceu que "a palavra sertão é empregada de maneira indefinida, não significando o interior do país, mas, às vezes, grande parte da costa cuja população é parca. Assim, toda a região situada entre o Rio Grande e a Paraíba é chamada de Sertão..." (53-94). O viajan-

te inglês utilizou a expressão "além do sertão" para designar as terras de plantio de algodão (53-522). Tollenare registrou que sertão "significa o interior do país, com ela (palavra) se designam vagamente as matas, os desertos, as montanhas" (58-79); "Estas expressões vagas satisfazem a todos" (58-79).

Spix e Martius relacionaram sertão a despovoamento e à ausência de uma população laboriosa: "desaparecem de novo todos vestígios de população industrial, e o viajante se acha, outra vez, em pleno sertão" (57-2º-363); "A parte Ocidental, a partir do rio Jequitinhonha, é muito menos povoada, pelo que é chamada pelo nome comum de sertão (57-2º-363). Fernando Denis relacionou sertão às "vastas planícies quase sempre áridas" (46-2º-122) e ao despovoamento (46-2º-290). Tal como a documentação evidenciou, Denis escreveu que cada província tinha o seu sertão (46-2º-290).

Alguns viajantes passaram por várias capitânicas, ou províncias, conforme a época. Outros, ficaram localizados, por exemplo, em determinada área do Nordeste. Para uns foi um interior semi-árido que se apresentou, enquanto outros perceberam o vocábulo sertão referente às matas, como Wied Neuwied, que colocou as nascentes do rio da Cachoeira nas "grandes matas que cobrem o interior do "sertão" da capitania da Bahia" (59-2º-326). Um vocábulo de uso tão amplo confundia as pessoas estranhas ao país, daí o porquê de várias acepções para a palavra, no mesmo livro, como o fez Fernando Denis, ou Gardner, que mencionou: "Os matutos habitam as planícies que se estendem da costa até a zona alta do interior chamado sertão" (49-67); ou, "frequentemente encontrados (répteis) na região

s ca, chamada sertão..." (49-199). Gardner utilizou a expressão "Sertão Mimoso" para designar quase toda a província do Ceará e toda a parte oriental do Piauí (49-199).

I. 2 - Geografia e sertões nordestinos

Dentre as variações semânticas de sertão, a geografia retirou uma delas e a incorporou ao seu vocabulário específico: sertão estava identificado com a área semi-árida do Nordeste do Brasil. Desde os primeiros anos da colonização, a geografia entrou em contato com o sertão de concepção histórica, através dos roteiros de jesuítas e de bandeirantes. Foi nos matos longe da costa, no sertão com pau-brasil, que se fixaram as primeiras atenções dos cartógrafos. Somente no século XVIII, o sertão semi-árido, aurífero e nitroso, foi mapeado ou teve roteiros verossímeis.

A cartografia se envolveu com o povoamento. Os sertões, que aos poucos eram conquistados e povoados, precisavam ser mapeados. O trabalho cartográfico era, em geral, realizado por leigos, fossem missionários, funcionários reais, bandeirantes ou mestres de campo engenheiros. Até a demarcação dos limites impostos pelo Tratado de Madri, a presença de cosmógrafos foi rara. O problema central esteve em que o leigo ia ao sertão, enquanto o cosmógrafo lá não penetrava. A situação levava à existência de erros cartográficos, tanto por imperícia, quanto por representar uma informação mal referida.

No século XVII, "o diâmetro, ou largura do Brasil pende também das opiniões referidas, porque as que apartam mais da costa do mar para o poente aquela linha do sertão con

seqüentemente dão maior extensão de largura; as que menos, menor. Porém ainda, segundo o cômputo que levamos, não é fácil averiguar, largura certa, por respeito da vária disposição, e figura da terra. O que parece verossímel é, que terá de largo, duzentas, em parte trezentas, quatrocentas, e mais léguas, por regiões até hoje inabitadas de europeus, posto que fecundas de gentilidade" (39-14). Simão de Vasconcelos fez referências, também, a cosmógrafos em contato com os potiguara, de quem "houveram grandes segredos de seus sertões" (39-24). No entanto, nem todos foram corretamente revelados...

I.2.1 - Rio São Francisco e representação cartográfica

Entre 1590 e 1600, Gabriel Soares estava interessado em penetrar no rio Amazonas, através do rio São Francisco, entre Bahia e Pernambuco (36-1º-38). A proximidade entre os dois rios era perfeitamente aceita, desde o século XVI. Francisco Soares (35-81), Gândavo (18-83) e Gabriel Soares (36-1º-119) acreditavam que as nascentes do São Francisco estavam localizadas em uma lagoa grande, juntamente com os rios Amazonas e da Prata. Apesar de várias tentativas quinhentistas de entradas, originárias de todas as capitânicas, ninguém atingiu as nascentes do rio São Francisco (36-1º-119). Assim, no século XVI, no mapa do cosmógrafo André Homem constava a comunicação do rio São Francisco com o Amazonas, através de quatro canais naturais, que, provavelmente, eram os rios Tocantins, Kingu, Tapajós e Madeira (36-1º-37).

A imprecisão topográfica em relação às nascentes sanfranciscanas continuava no século XVII. O rio São Francisco

era considerado "o primogênito daqueles dois primeiros (Amazônia e Prata)... Seu nascimento é daquela famosa lagoa feita das vertentes de águas das serranias do Chile e Peru, donde dissemos procediam os dois principais rios, Grão-Pará, e da Prata" (39-24). A cartografia seiscentista holandesa, que explorou vários pontos do São Francisco, representando-os de modo mais perfeito do que os cartógrafos do século XIX, não pôde resolver o problema das nascentes (374-36). Marcgrave assinalou a existência de um lago central, origem de todos os principais rios que nascem no interior, inclusive o rio da Prata (22-263). João de Laet também não possuiu dúvidas quanto à existência do lago central (423-61), assim como Nieuhoff (26-12). Os portugueses Ambrósio Fernandes Brandão (6-76) e frei Vicente do Salvador (32-352) igualmente se referiram ao lago.

O rio São Francisco está em destaque, no presente trabalho, por ser o que mais atraía as atenções, justamente pela lagoa de onde nascia, terra de riquezas. As fontes históricas referidas também mencionavam outros rios com misteriosas nascentes, como o Pindaré, o rio das Contas, o Itapecuru, o Moni.

No século XVIII, as tentativas para subir às nascentes do São Francisco prosseguiram. Durante décadas continuou a mesma concepção sobre as cabeceiras do rio, pelo menos até a época em que D. Domingos do Loreto Couto escreveu, colocando-as em uma lagoa nas serranias do Chile e do Peru (11-22). No entanto, o trecho do rio das Velhas já era bem conhecido de paulistas e mineiros, desde o início do século XVIII

(57-2^a-423), ao final do século, todo o seu curso era conhecido (57-2^a-423).

I.2.2 Consecução dos registros cartográficos nos sertões

Sendo um vastíssimo sertão, em alguns pontos as minas chamaram a atenção do rei que, se enviou o astrônomo padre Diogo Soares ao Brasil (374-37), não deixou de utilizar as habilidades de leigos para a consecução de parte do trabalho cartográfico. No século XVII, em 1672, Fernão Dias Paes era incumbido de remeter ao rei "informação muito particular como lhe tenho avisado, do lugar em que estão (as minas) em que altura, em que distância, que qualidade de caminhos, que porto de mar lhe ficará mais perto, e mais fácil de conduzir tudo o que for necessário para as mesmas minas. E porque aqui se me disse que do pé das Serras de Sarabussu (sic), há um Rio navegável que se vai meter no São Francisco e que por ele abaixo se poderá conduzir mais brevemente a prata até junto a estas serras que ficam no distrito da Bahia chamada Jacuabinas, e delas descer a esta Praça (Salvador), me dê V.M. particular informação" (65-222).

No século XVIII, em 1711, em relação às minas de Jacobina, resolveu o Conselho Ultramarino mandar "averiguar a distância que ficam dos portos do mar, que se deve mandar ao governador da Bahia faça passar algum engenheiro às ditas minas, e que se faça um mapa de todas aquelas terras, e juntamente de toda a costa do Brasil para que por ele se possa averiguar melhor este particular, e se possa prevenir e fortificar..." (202-30). Em 1725, Pedro Barbosa Leal estava na Jaco-

bina e enviou um mapa ao vice-rei para ser reduzido pelo mestre de campo engenheiro (141-238).

João Pereira Caldas fez uma observação sobre os avanços da cartografia setecentista, tantas vezes ligada às necessidades de o rei controlar o povoamento para sucesso de sua Real Fazenda. Ele afirmou que, em 1758, Henrique Antonio Gallucci foi encarregado de fazer um mapa da capitania do Piauí, sem tê-la visitado em toda a extensão, daí advindo enganos. O referido cronista informou, também, que "belo que respeita às outras cartas, que correm estampadas da nossa América não haverá quem ignore, que em passando das costas para o interior do País, ou nada dizem ou são muito diferentes do que nele se descobre" (7-71).

Era muito difícil mapear um local, o que contribuía para o desconhecimento geográfico. As dificuldades não eram apenas problemas técnicos de precisão quanto à latitude, por exemplo, mas, sim, ao próprio sertanejar e ao levantamento topográfico. Em 1721, o engenheiro Miguel Pereira da Costa concluiu um mapa sobre o rio das Contas, o que serviria para o rei liberar ou não a mineração na região. O engenheiro, após realizar um bom trabalho, com "perigo de vida", "se recolheu da dita viagem com os braços caídos, estando de cama mais de cinco meses" (211-5).

Os problemas toponímicos existiam desde a segunda metade do século XVII. Pedro Barbosa Leal fora informado por João Calhelha que "ele e Francisco Dias e o padre Antonio Pereira era exato que tinham feito exatas diligências, mas que havia poucos anos que os principais índios lhe tinham declara

do que aquela não era a verdadeira Jacobina, porque a verdadeira e legítima serra da Jacobina eram as serras de Sapocaia distante daquela mais de 30 léguas e que os brancos tinham corrompido genericamente o nome de Jacobina por todas aquelas serras..." (303-88). Um problema inverso, isto é, um mesmo acidente geográfico com vários topônimos, foi assinalado, no século XVIII, por João Pereira Caldas. Era a Chapada das Mangabeiras, que constava de "todas as cartas geográficas, pondo-a ordinariamente cada um á seu arbítrio, e apenas concordando naquelas partes em que ela mais se avizinha do mar. Ela principia por esta parte entre a barra do Rio Parnaíba, e a serra do Camoci da Capitania do Ceará com o nome de Serra de Ibiapaba, que quer dizer fim de terra; corre de Norte a Sul; declinando a Sueste formando as minas dos Cariris; e continuava com tanta diversidade de nomes como foram as inclinações de seus descobridores" (7-85). No século XIX, semelhantemente, a cadeia de montanhas entre Santo Antonio de Urubu e Vila da Barra não possuía um nome geral, "batizando cada lugar, sua própria seção" (45-242).

Havia, também, as modificações oficiais dos topônimos, como os das aldeias fundadas por religiosos, geralmente franciscanos ou jesuítas. A aldeia de Saco dos Morcegos, ao ser ereta em vila, recebeu o nome de vila de Mirandela; a aldeia de Natuba tornou-se vila de Soure; a aldeia de Canabrava passou a vila de Pombal (42-2^a-570). Outra mudança oficial da toponímia estava relacionada com os sertões de fora pernambucanos, perdidos pela capitania em vista da revolta de 1817. A área foi, provisoriamente, anexada ao território baiano e, em

1827, em definitivo, quando foi criada a comarca do São Francisco. Entretanto, quando Gardner, em 1837, passou pela região, a ela fez referência como território pernambucano, colocando a fronteira Pernambuco-Minas Gerais no rio Carinhonha (49-329). A toponímia sertões de fora, ligada a Pernambuco, subsistia em 1867: "Ele (um preto carpinteiro) nos indicou, como "o lugar mais bonito do São Francisco", a Barra da Ipu-eira em Pernambuco, pois, como os barqueiros, ainda chamava assim a margem agora baiana" (45-230). Uma das dificuldades que Candido Mendes de Almeida encontrou para a confecção de seu Atlas foi: "a deficiência de estudos topográficos, de acordo com as paixões e interesses políticos, tornam a geografia de nosso país sobremaneira instável. Não há um ano em que não sofra considerável modificação" (323-8).

A população permaneceu usando o topônimo antigo. "Os nomes geográficos são como marcos esquecidos, como sentinelas do passado a revelar grande número de fatos que de outro modo nos seriam inteiramente desconhecidos" (417-109). São "testemunhos históricos do povoamento" (417-109), tal como o "sertão de fora" de Pernambuco. Outro exemplo é o topônimo "Rio de Contas", "nome que lhe foi imposto por um acontecimento que por tradição antiga chega aos nossos tempos e vem a ser que passando dois Missionários a pregar o evangelho e chegando à margem daquele rio viram na outra margem grande multidão de Gêntios e então disse um ao outro: Hoje, Meu Irmão, iremos a Contas; e por esse dito conserva até hoje o nome de rio de Contas" (42-2^a-530). Dentre tantos topônimos, aparece "sertão", que designava regiões diferentes em clima, vegetação,

relevo, sempre com a população isolada.

I.2.3 - Cartografia dos sertões e política de sigilo

Outro obstáculo ao trabalho cartográfico estava ligado à política de sigilo: Em relação ao sertão havia notícias de cartas desenhadas pelos jesuítas, no fim do século XVII (374-106). No entanto, não havia facilidades para se conseguir um mapa, ou um roteiro: "ou os bandeirantes eram incapazes de se interessar por questões geográficas, ou incapazes de solvê-las, ou um outro escrito acaso redigido, a censura da metrópole impedia que viesse à luz" (374-106). A documentação cita vários roteiros, alguns vistos por Vasco Fernandes Cesar de Menezes (184-176), mas a política de sigilo estava presente. Áreas sertanejas nordestinas permaneceram proibidas, até que o rei se certificou de que suas riquezas estavam abrigadas da cobiça de nações européias. Se a certeza da segurança de áreas sertanejas só poderiam advir de roteiros e mapas, todo o cuidado era necessário para que os documentos não caíssem em mãos indevidas.

Jaime Cortesão, ao estudar a política de sigilo dos Descobrimentos, teve uma interpretação que é válida para um período posterior, de descobertas minerais, no sertão do Brasil. A política de sigilo não se referia ao conhecimento geográfico, mas ao descobrimento econômico de novas regiões e dos caminhos que a elas levavam. Na dúvida de que algum perigo ameaçasse as novas descobertas, a Coroa proibia o ingresso na região, fechava os caminhos. A "política de segredo impôs-se ao sabor das circunstâncias mais ou menos prementes e va-

"elemento de informação e também de correção, digno de confiança, no que respeita àquela zona (rio S. Francisco e Chapada Diamantina) ordinariamente tão mal representada nos antigos mapas" (56-180).

I.2.5 - "Sertão" na terminologia geográfica

O sertão, mal representado pela cartografia, com uma semântica ampla e sendo um topônimo relativo a áreas bem diferentes, foi incorporado à terminologia geográfica. Henri Marrou afirmou que os geógrafos conferem uma acepção técnica a termos usuais, "utilizando, por exemplo, o francês (loreno) côte ou o espanhol (mexicano) cuesta para designar um relevo monoclinal" (366-127). Complementamos com sertão, para designar uma área geográfica dentro da região Nordeste.

Manuel Correia de Andrade informou que o Nordeste se divide em "três grandes regiões que são, a um só tempo, naturais e geográficas, dando às mesmas os nomes consagrados pela tradição: Mata, Agreste e Sertão" (379-7). No trabalho ora desenvolvido, não concordamos com a afirmação do geógrafo, em vista do que já foi referido, pois a documentação não faz tal diferença. Ao contrário do que escreveu Manuel Correia de Andrade (379-6), não havia distinção desde os tempos coloniais entre "Zona da Mata" e "sertão", uma sendo a área úmida e a outra a seca. Era sertão mesmo a barra do São Francisco, ou a área entre Olinda e a foz do São Francisco, áreas de Mata Atlântica. Também não foi observada a diferença entre agreste e sertão, pois tudo era sertão.

Historicamente, no século XIX, as referências acerca da área atingida pela seca eram feitas através do topônimo "alto sertão", tal como o registraram Alencastre (271-69), Theodoro Sampaio (56-15), Alfredo Moreira Pinto (451-62) ou Rodolpho Theophilo (464-92). No final do século XVIII, foi mencionada a expressão "sertão alto" (2-417) e, nos séculos anteriores não encontramos outro topônimo que indicasse essencialmente uma área seca. O adjetivo "alto" é o que marca a diferença entre o sertão semi-árido e os demais sertões, estes fossem na atual Zona da Mata ou no agreste. Em lugar do termo Zona da Mata a documentação mostra os "matos do sertão da vila do Cairu" (209-162). A expressão alto sertão é contemporânea: "o alto sertão, o verdadeiro sertão, no dizer dos próprios rurícolas" (459-9).

A geografia pinçou um termo de uso corrente e o anexou ao seu vocabulário científico. No entanto, colocar como motivo da escolha um uso histórico de sertão, designando a área semi-árida, é o que contestamos, lançando a hipótese de que o sertão semi-árido é o alto sertão. Tal expressão surgiu no século XVIII, quando o habitante litorâneo povoou as terras indômitas nordestinas. Apesar da precariedade dos caminhos e dos meios de comunicação, as povoações se transformaram em vilas e foram descobertos el-Dorados em Jacobina, Cariris, Caetitê, Rio das Contas, Itabaiana. Alto é o vocábulo que marca a diferença entre o sertão de Jacobina e o sertão que possui pau-brasil, a dez ou doze léguas da costa, ou o sertão do recôncavo. Os habitantes do interior do Nordeste conservam o baixo sertão para designar as zonas de várzea, dos carnaubais

(459-9), o alto sertão, semi-árido (404-81), e o sertão, área distante.

Essas diferenças explicam a aparente redundância conhecida por Ralph della Cava ao se referir a sertão árido (490-25), ou por Silvio Fróis de Abreu com sertões semi-áridos (375-22). A última expressão foi apontada por Ignez Amelia Guerra, ao estudar os climas nordestinos (420-474).

Walter Alberto Egler fornece justificativa para o uso de sertões semi-áridos. Para esse geógrafo, "Dentro do conjunto da região do sertão, unidades geográficas menores podem ser distinguidas de acordo com características próprias que apresentam" (404-81). Egler, ao se referir ao sertão de Pernambuco, conceitua sertão como "a parte mais inóspita da caatinga, onde a mesma se apresenta mais seca, mais agressiva e menos apta a oferecer qualquer possibilidade de aproveitamento intensivo" (404-81).

Outra concepção geográfica de sertão é a de Leo Waibel, relacionada ao povoamento. Ao estudar as zonas pioneiras do Brasil, Waibel cita que "frontier" é o limite da zona povoada" e que "No oeste dos Estados Unidos, em grandes extensões da América Espanhola e principalmente aqui no Brasil, os caçadores, os extrativistas e os criadores de gado penetraram na mata como verdadeiros "frontiersmen" e criaram um tipo de paisagem que por longo tempo não era nem terra civilizada nem mata virgem, e para o qual se tem aqui a expressão muito feliz de "sertão". No sertão brasileiro, as condições de vida primitiva e sua organização, que transitoriamente encontramos em todas as "frontiers", tornaram-se um aspecto permanente "

(475-391). Este conceito é amplamente fundamentado pela história, em aspectos de permanência na civilização material sertaneja e de dificuldades em manter a Lei.

O IBGE, levando em conta os caracteres físicos do Nordeste, o dividiu em Região da Depressão Sanfranciscana, Região Sertão e Encosta e Região Semi-Árida. A última está repartida em duas sub-regiões: Sertão Hipoxerófito e Sertão Hiperxerófito, onde estão os menores índices pluviométricos. O Sertão Hipoxerófito foi dividido em zonas: do Sertão (Piauí), do Sertão do Firanhas, do Sertão Alto (Pernambuco), do Sertão Salgado e do Sertão de Jaguaribe (Ceará), do Alto Sertão (Paraíba), por exemplo. O Sertão Hiperxerófito, também, se subdividiu: zona do Sertão Baixo (Pernambuco), do Médio Sertão dos Cariris Velhos (Paraíba), Sertaneja (Alagoas), por exemplo (384-59). A Região da Depressão Sanfranciscana abrangeu os sertões do São Francisco, e a Região Sertão e Encosta englobou sertões baianos principalmente (384-59). Alguns desses topônimos são as sentinelas do passado, cujas origens remontam ao século XVI.

Por que o termo sertão foi utilizado pela geografia para designar uma determinada área da Região Nordeste? No século XVII aparecia a expressão sertões do Norte, englobando o Nordeste semi-árido e a região do rio Upanema (168-162). A mesma expressão, à época pombalina, era extensiva à Amazônia de intensas chuvas. Hoje, predomina a imagem da caatinga, uma parte dos sertões do Norte seiscentistas, como representação de uma área geográfica denominada "Sertão", em oposição a "Zona da Mata" e "Agreste". A imagem da floresta está relacio

nada à Amazônia, que se desvinculou dos sertões do Norte. Quando houve a separação entre a caatinga e a floresta, no termo sertão? A hipótese é caber a Euclides da Cunha a vinculação da semi-aridez aos sertões do Norte, ao escrever que "O Sertão de Canudos é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do Norte. Resume-os, enfeixa os seus aspectos predominantes numa escala reduzida. É lhes de algum modo uma zona central comum" (398-26). Euclides enfatizou que os sertões do Norte não se encaixavam nas três categorias geográficas de Hegel, porque, no verão, correspondiam às estepes ou planícies áridas, mas, no inverno, estavam na categoria dos vales férteis; em nenhum momento se enquadravam na categoria relativa às ilhas e litorais (398-37). A influência de "Os Sertões", no sul e no sudeste do país, ao espocar do século XX, trouxe para um litoral esquecido de suas ligações com o sertão a imagem da seca vinculada aos sertões do Norte, aos Sertões.

Depois da obra de Euclides da Cunha, "os termos "sertões", "sertanejo", "estouro da boiada", "seca", "Canudos", "Antonio Conselheiro", "unidade nacional", "conflitos" (entre o litoral e o sertão), etc. passaram a ter uma riqueza de sentido orgânico, segundo a qual cada parte é uma diferença que dá de si para o todo e recebe deste um sentido e uma razão última de ser. A língua do brasileiro nativo não é trajo: - é função vital...

"Em pouco, toda essa nação sabe, pensa e sente, muitas vezes como pouco antes só um cantinho incógnito da vida o fazia. O provincialismo pode não ter sempre esse poder de frondejar até as raias de uma nação tão grande, escassa de

gente, meio analfabeta, como a nossa. Mas nenhum desses obstáculos impede um Euclides de nacionalizar brasileirismos. Sabe onde desencavá-los e como sublinhá-los de envolta com "outros valores" (406-59).

A influência de Euclides da Cunha chegou até Mario Vargas Llosa (433), cuja obra sobre o assunto assinalou a presença constante do autor de "Os Sertões". Para Afrânio Peixoto, antes de "Euclides não havia sertões; parecia que o nome não comportava demasias, porque de si já era singular... Já não sabemos falar do sertão, porém dos "sertões" do Brasil os "nossos sertões", que é preciso aproximar com estradas, lograr com irrigações, agricultura, colonização, transporte, sa- near com higiene da saúde e da educação, contra os males do corpo e da alma, acabando nele os jagunços e cangaceiros, a seca e o êxodo, as sezões e as opilações, que os danam e perdem para nós.

"Os sertões estão em moda. Andam nas preocupações po- líticas, jornalísticas, científicas e literárias" (450-51).

Sertões que Euclides da Cunha descreveu como semi- ' -áridos.

O sertão de que a presente pesquisa cuida é o geográ- fico e o histórico, uma vez que não é limitado pela semi-ari- dez. A pesquisa abrange os sertões litorâneos que abundavam ' entre o pau-brasil e o jacarandá da Mata Atlântica, que fica- vam na foz do São Francisco, ao redor de uma vila ou do Recô- cavo. Engloba, também, os sertões estéreis, indômitos, aurífe- ros e nitrosos, como os de Jacobina, dos Cariris, inscritos ' no Polígono das Secas.

CAPÍTULO II - Comunicação e isolamento

Os caminhos são um dos elementos fundamentais de qualquer civilização. No entanto, por vários motivos, o português não cuidou, quanto devia, do sistema de comunicação terrestre, fosse porque a economia açucareira, eminentemente litorânea, e a falta de trocas internas não o estimulasse, fosse porque as riquezas minerais poderiam ser extraviadas ao longo das estradas despolicizadas.

II.1 - Comunicação nos sertões nordestinos

II.1.1 - Comunicação entre a costa leste-oeste e Salvador

No início de nossa colonização, mesmo sem uma ação sistemática da metrópole, caminhos terrestres litorâneos foram necessariamente abertos: a população não podia utilizar a qualquer momento a navegação costeira, em função da particularidade da direção dos ventos. Gândavo salientou em seu Tratado que "cursam sempre ventos gerais, no inverno seis meses Sul e Sudeste, no verão Nordeste. Sempre correm as águas com o vento por costa, e por isso se não navegam de umas capitâneas para outras se não esperarem por monções para irem com as águas e o vento, porque cursam como digo seis meses duma parte e seis doutra, e portanto são muitas vezes as viagens vagarosas, e quando vão contra tempo as embarcações correm muito risco, arribam as mais das vezes ao porto donde saíram" (18-4) Cardim relatou, por sua vez, que uma congregação marcada para 8 de dezembro de 1583 não teve muitos padres presentes, porque

As cartas não chegaram a tempo e "nem puderam vir por falta de provisões e embarcações" (8-28).

As dificuldades para atingir pontos da costa leste-ocidental continuaram no século XVII. Em 1609, Luiz Figueira fez referências às dificuldades encontradas para ir de Pernambuco ao Maranhão, pois era mais fácil ir ao Reino ou às ilhas e voltar "de que é vir de Maranhão em direitura isto da vinda por mar, que por terra é impossível falando-se moralmente" (14-156). Lentamente, por terra, através de sertões próximos à costa, a perseverança do jesuíta, o magnetismo do ouro, a necessidade de combate ao gentio bárbaro conseguiram a penetração e os caminhos: "Nós chegamos à serra de Ibiapaba, que está antes do Maranhão cem léguas; até a qual fomos parte por mar (de Pernambuco até Jaguaribe) e parte por terra em que somente andam tapuias junto do mar, mas dali por diante desde a praia começam os tapuias, e toda a terra está cheia deles" (14-157).

Quando os franceses colocaram em risco a soberania portuguesa, no Maranhão, os jesuítas eram os conhecedores das estradas terrestres e os indígenas os seus senhores. Em 1614, "os padres da Companhia diziam que por terra era impossível fazer-se coisa boa" porque "a larga distância até o Ceará é caminho sem gota de água, nem folha verde em muitas partes" (24-25-171). Entre o Maranhão e o Ceará, havia, também, necessidade de "deixar asseguradas todas aquelas partes (os Tabajara e os Tremembé), e aquela Costa toda amiga para bem se caminhar por terra, quando importasse" (24-25-184).

Em relação a caminhos seiscentistas, a preocupação do rei e seus representantes coloniais esteve bastante voltada pa

ra a descoberta de uma via terrestre, entre o Estado do Maranhão e o do Brasil, pois persistiam as dificuldades causadas à navegação, pela direção dos ventos. A procura de caminhos terrestres era incentivada pelas autoridades, embora Guedes Aranha acreditasse que a maior dificuldade para a comunicação estivesse no fato de os navios não terem fretes para voltar do Maranhão; talvez, se existissem fretes de torna-viagem, como admite o citado cronista seiscentista, fosse possível, "Em todo tempo com bons barcos longos de coberta, capazes de remo, em falta de monções" ir-se "em doze ou quinze dias até o Ceará, onde acaba a dificuldade" (4-5).

Em 1655, era conhecido um caminho terrestre até o Maranhão, descrito por Antonio Vieira como possuindo "mais de cem léguas, atalhado de muitos e grandes rios, infestado de diversas nações Tapuias, ferozes e indômitos, que a ninguém perdoam" (40-464). À beira da estrada não havia "povoação nem estalagem", necessitando o viajante "levar os mantimentos às costas" (40-468). Por volta de 1684, com o objetivo de chegar à Bahia, João Velho do Vale partia do Maranhão e atingia a Ibiapaba, deixando três estradas; pela segunda delas conseguia a consecução de seu plano, "talvez pelas ribeiras do Poti e contravertentes do São Francisco, Cabrobó, Ibó (sic) e Jeremoabo" (370-121).

Para Capistrano de Abreu era impossível saber se a alguma das vias abertas por João Velho do Vale se referia a correspondência entre D. João de Lancastro, governador do Estado do Brasil, e Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador do Estado do Maranhão, nos anos 1694-1695. Em carta de

1695, D. João de Lancastro informou a Antonio de Albuquerque sobre as possibilidades de "haver comunicação por terra entre esse e este Estado", referindo, também, a uma recomendação do rei "para se facilitar o caminho que há tantos anos se procura, e o recíproco benefício que dele há de resultar a uns e outros Povos" (80-350). O trilho, percorrido pelos mensageiros, deveria ser melhor reconhecido e os indígenas pacificados, "sem cuja benevolência, e amizade se não poderá lograr o comércio difficilimo havendo de ser sempre com armas nas mãos" (80-353). Após três anos, o Conselho Ultramarino recebeu cartas, inclusive da parte do cosmógrafo padre Jacobo Cocleo sobre "um novo caminho que se descobriu para o Maranhão" (181-30). Entretanto, por uma carta de 26 de fevereiro de 1698, enviada pelo rei ao governador do Maranhão, é possível saber que, oficialmente, João Velho do Vale não foi o descobridor da comunicação terrestre entre os Estados do Maranhão e do Brasil. Nesta carta, o rei ordenava que fosse concedido a Manuel Gonçalves, descobridor do caminho para o Estado do Maranhão, "um dos ofícios de escrivão das vilas que novamente se hão de fazer nesse Estado e enquanto não for acomodado nesse ofício lhe mandareis dar 4\$000 cada mês" (149-18).

No alvorecer do século XVIII, a comunicação entre os Estados do Maranhão e do Brasil ainda preocupava. Em 1710, o rei ordenou que o Terço de paulistas assistisse "no sertão que fica entre o Ceará e o Rio Parnaíba onde pode ter utilidade para fazer guerra aos rebeldes... e mais nações bárbaras que há naqueles sertões de 110 léguas de distância que vos impedem a comunicação desse Estado para o Maranhão" (150-118). Os indíge-

nas infestaram esses sertões por algum tempo, mesmo combatidos pelos paulistas, "a quem encarregamos este negócio pelo perigo que o nomeado Governador da Conquista e dos mais paulistas podia ocasionar em todo o Gentio do Sertão" (66-53). Em 1715, os bárbaros estavam causando "estragos, mortes e roubos" nos sertões do Maranhão e distritos do Piauí (101-247).

Assim, em 1716, a comunicação entre os dois Estados não era fácil, nem rápida, pois o marquês de Angeja recebeu uma carta, em 30 de março, escrita no Maranhão a 30 de julho de 1715 (103-338). Embora não seja mencionado se a carta viera por via marítima ou terrestre, sendo-o por mar, significaria, ser, ainda, o caminho mais seguro, apesar dos ventos; por terra, demonstraria que o tempo de viagem não fora reduzido, pois a média desse tempo, no século XVII, fora de seis meses, conforme pudemos verificar através das cartas trocadas pelos dois governadores, sequencialmente, citadas também por Capistrano de Abreu (370-124).

No século XIX, o uso da energia a vapor resolveria os problemas das correntes marítimas, entre o Norte e o Nordeste do Brasil, que atrapalhavam os viajantes desde o século XVI. "Até o ano de 1839, jamais existira qualquer meio de comunicação rápida e regular entre a Capital e as regiões afastadas do Império, especialmente as do extremo norte. Poucas eram as casas comerciais do Rio de Janeiro que mantinham correspondentes nos portos situados além de Pernambuco, e, não raramente, notícias políticas do Maranhão e Pará chegavam à Corte, via Grã-Bretanha ou Estados Unidos, em tempo mais curto que se enviadas diretamente. Além disso, eram tais as dificuldades que, à

navegação veleira, apresentavam os alíseos e as fortes correntes marinhas... que só mesmo navios a vapor poderiam vencê-las". Assim, fundou-se a Brazilian Steam Packet Company (52-2º-1).

A duração de uma viagem marítima, em navio a vapor, entre Southampton, Liverpool ou Bordéus e Pernambuco era de dez dias, havendo duas ou três viagens mensais. A linha direta Liverpool-Ceará possuía escalas no Maranhão e Pará, na ida e na volta, durando a viagem cerca de quinze dias (43-552). A Bahia estava ligada à Europa por duas linhas de vapores e à cidade de New York, através dos vapores correios brasileiros. A Companhia de Navegação a Vapor da Bahia somava dezesseis vapores que operavam, também, em rotas nacionais, atingindo a vila da Cachoeira, o porto de Piranhas e o Recôncavo (50-368).

Cumprе lembrar que, embora o oceano Atlântico esteja longe do "sertão" tradicional, que ficava afastado da costa, o "sertão" em exame tem o sentido captado ao documento histórico. Houve sertões bem próximos à costa que foram afetados por esses vapores, saindo de seu isolamento, ganhando animação, conhecendo novos costumes. Essas ligações marítimas permitiram que o litoral se reeuropeizasse e se diferenciasse do sertão.

II.1.2 - Causas para a abertura de caminhos sertanejos e proibições para trilhar alguns.

O exame dos D.H. revelou que, no século XVII, a abertura de estradas poderia estar ligada à salvaguarda da soberania portuguesa, quer ameaçada por ataques indígenas, quer

por povos europeus. Em 1654, era necessário " abrir um caminho por terra desde o distrito de Mapendipe té (sic) o rio de Jaguarípe para que em caso, que vindo armadas inimigas a este ' porto (Salvador), impossibilitando a condução das farinhas que por mar vêm das Vilas de Boipeba, e haja estrada pronta pela ' qual se facilite ao trazerem-se por terra" (223-36).

Além do objetivo de salvaguardar a soberania portuguesa, as veredas eram abertas para a condução de tabaco, ' açúcar, boiada, riquezas minerais, ou farinha (223-36), finalidades existentes no século seguinte.

No século XVIII, a condução da boiada foi um impulsionador de caminhos nos sertões em que a pecuária dominava. Em 1704, D. Rodrigo da Costa achou conveniente a abertura de uma nova estrada entre o sertão da Bahia e Salvador, a fim de que não faltasse gado (165-63). Um dos motivos desta preocupação estava ligado ao fato de a venda de gado, entre as capitanias, não estar em função da abundância, mas da comodidade ' ou interesse dos donos das boiadas, "ou por serem melhores as estradas ou mais curta a marcha, ou maior o preço..." (7-94). Assim, também, em 1718, o conde do Vimieiro, "conferindo com os práticos do sertão, me tenho determinado a que se abra uma nova estrada pelo caminho do Piauí, pela qual me seguram todos os sertanejos concorrerão gados de diversas partes a buscar a mesma estrada encaminhando-se para a Bahia..." (104-166). O trajeto seria pelas margens do rio São Francisco, "onde chamam o pontal, seguindo pelo mesmo riacho acima a sair no campo do Haiti" (229-136).

A condução das madeiras, em 1717, levou o marquês de Angeja a ordenar que fosse construída uma estrada entre o porto da vila de Jaguaripe até o rio Caraípe, "por onde era antes, de sorte que fique capaz de por ela passar carro, para se tirarem umas madeiras para El-Rei..." (227-226). O transporte de tabaco também não era fácil e, em 1718, houve necessidade de saber "se algumas das estradas, e caminhos por onde costumam carrear os tabacos para o porto de Santo Amaro e Cachoeira está impedido, ou fechado, e achando-o (sic) assim, os mandará logo abrir..." (224-97). A mesma preocupação era demonstrada, em 1725, por Vasco Fernandes Cesar de Menezes a Pedro Barbosa Leal: "fazendo-me presente o estado em que se acham as estradas e arruinadas as pontes... recomendo a Vossa Mercê o benefício das estradas... obrigará Vossa Mercê a esse trabalho os lavradores e senhores de engenho e ainda as mais pessoas do seu distrito que se utilizam da passagem das ditas estradas e pontes, fazendo que reciprocamente concorram todos com a despesa que for necessário fazer-se" (140-204).

As vias construídas para o transporte de cana não estavam em melhor estado. A condução da cana em carros de bois, nas épocas de chuva, levava à morte dos animais, se fossem conduzidos ao trabalho imediatamente à longa caminhada pelo Sertão Nordestino. Havia necessidade de um descanso para os animais se adaptarem, o que levava cerca de um ano, caso contrário, morriam nas estradas, ou nos engenhos (3-86). Tal comentário revela o desgaste causado aos animais pela viagem sertão-engenho.

O século XVIII foi marcado pelo descobrimento de rique

zas minerais nas Minas Gerais, Jacobina, Rio das Contas. Novas estradas foram abertas pelos vários sertões nordestinos para se chegar às riquezas. Contudo, a abertura foi objeto de um criterioso exame e nem sempre o melhor caminho era considerado o mais seguro para a Fazenda Real. Houve proibições de se trilhar uma determinada estrada, que conduzia a uma região de mineração. Porém, "os sertões são todos portas..." (202-29) e o ouro atraía os habitantes. Em 1701, o rei ordenou que "essa Capitania (Pernambuco) se não comunique pelos sertões com as minas de São Paulo, nem das ditas minas se possam ir buscar gados, ou outros mantimentos a essa sobredita Capitania de Pernambuco, nem também dela trezerem-se às minas..." (311-200).

O Regimento das minas do ouro, de 19 de abril de 1702, apontava que: "nenhuma pessoa do distrito da Bahia poderá levar às minas pelo caminho do sertão outras fazendas ou gêneros que não seja gado, e querendo trazer outras fazendas as naveguem pela barra do Rio de Janeiro e as poderão conduzir por Taubaté ou São Paulo como fazem os mais para que desta sorte se evitem o levarem o ouro em pó..." (268-337). Em 1703, D. Rodrigo da Costa, governador geral, recomendou ao governador de Pernambuco o cumprimento da ordem régia (84-185), o que era difícil.

A atração da riqueza rápida fazia com que as proibições fossem esquecidas. "Combois" tentaram cruzar o sertão em busca da nova Manoa. Em 1705, "vão muitos combois, para a Vila de João Amaro, para dali irem para as minas do ouro..." (91-21). A vila de João Amaro Maciel Parente estava localizada em um dos pontos cruciais da rota para as minas; era uma das poucas

povoações onde o viajante se abastecia e da qual não se poderia afastar sob o perigo de sofrer ataques de indígenas. Por tal situação, em 1705, foi imposta uma vigilância na estrada que por ali passava (92-147).

No entanto, as portas sertanejas continuaram a ser atravessadas. Em 1714, Pedro de Vasconcelos recebia a notícia de que "nesses distritos da Cachoeira se preparam vários combois para irem para as minas de ouro" e ordenou que fossem apreendidos e presos os donos (99-185). Em 1732, a preocupação continuava com relação ao sertão de Rio das Contas: "E porque pode suceder que algumas pessoas entrem pelas mesmas picadas as remeterá presas à cadeia desta cidade (Salvador) porque não convém que se facilite caminho da costa do mar para o Sertão" (266-107).

A proibição de comunicação entre o litoral e os sertões do Brasil, ou entre os sertões, não foi sincrônica para todos eles, nem foi observada pelos mesmos motivos. Em 1677, os paulistas foram informados de que "se em outro tempo mandou Sua Alteza várias proibições, que impediam a esses moradores irem ao Sertão: agora pela resolução que foi servido tomar o podem eles fazer, sem escrúpulo que declarou por cativos todos os que tomassem em guerra que os bárbaros provocassem" (75-73). Paralelamente às proibições citadas, encontramos nos 110 volumes dos DH a preocupação em se conhecer o sertão em questão, para franqueá-lo: "E ser conveniência do serviço de El-Rei e benefício deste Estado cultivarem-se as terras e abrirem-se os sertões dele para utilidade pública e aumento de sua Real Fazenda" (77-455). Em 1736, o sertão de Rio das Contas estava em

evidência: "que servem (duas nações bárbaras) de impedimento do dito descobrimento e porque este é de grande utilidade ao serviço de Sua Majestade e ao bem público por se franquear o referido sertão em que há muitas grandes esperanças..." (258-32).

Antes de se franquearem os sertões auríferos e nitrosos nordestinos houve muita discussão no Conselho Ultramarino, por exemplo, a 21 de maio de 1711, quando foi examinado o parecer do provedor-mor da Fazenda Real da Bahia. A autoridade opinava estarem as minas da Jacobina "em tão pouca distância daquela praça do que estão as gerais, sendo impossível se podem proibir a respeito de serem os sertões todos portas para se ir àquelas mesmas terras em que se descobriram e em que os arraiais e ranchos de gente podem assistir sem terem comunicação uma com a outra, nem poderem ter notícia dos que assistem na circunferência delas, pelas grandes serranias que lhe servem de amparo com a conveniência de residirem em sítios aprazíveis, e com grandes meios para se sustentarem, indo a elas furtivamente sem poder haver nenhuma coação para a sua emenda, e os porem na obediência que é devida, privando-se Vossa Magesta de neste caso do interesse que pode dar a continuação destes descobrimentos, que nessa atenção que se lhes deve conceder usem delas, especialmente quando Vossa Majestade tiver permitido o comércio livre para as gerais, com muito maior razão se deve tratar destas que ficam em menos incomodidade na passagem..." (202-28).

A dúvida estava na proporção do desconhecimento geográfico. Nessa mesma sessão do Conselho Ultramarino o rei ordenou

que fosse feito um mapa da Jacobina, com a distância em relação ao mar, e que englobasse, também, toda a costa do Brasil, para que ele pudesse decidir pela liberação ou não da região (202-30). A 24 de janeiro de 1718, o Conselho Ultramarino deu o seu parecer sobre se franquearem as ditas minas de Jacobina:

"... ambição das potências marítimas da Europa, que poderiam movidos dela inquietar-nos no Brasil, e pretender se nhorearem-se daquelas minas que se supunha estarem vizinhas e ao menos não mui distantes da marinha, hoje lhe não podemos' já encobrir que temos naquela parte minas de ouro rico, o que se acaba de confirmar...

"Nem a distância que há da marinha ao sítio das minas é tão breve como se imaginava antes se pode entender são estas as que estão mais cobertas e defendidas porque além da distância como já fica dito de mais de 80 léguas de Sertão, tem diante a cidade da Bahia, cabeça do Estado, e a parte mais povoada e freqüentada de todo o Brasil, nem é possível que nenhuma nação da Europa entre no empenho a menos que o consiga de tomar a cidade da Bahia, e apoderar-se de todo o recôncavo dela e marchar pelo sertão de 80 léguas e dominar 'aquele sítio quando os mesmos moradores lho podem impedir ' como o fizeram quando no ano de 1621 tomaram os holandeses a cidade da Bahia... e os mesmos holandeses na conquista de Pernambuco, suposto se poderão apoderar de vários portos e fortalezas marítimas, nunca poderão ser senhores do sertão porque os moradores lho impedirão e por essa causa vieram a perder as praças e fortalezas que tinham na marinha, e estes exem -

plos não podem deixar de intimidar as nações da Europa, para não entrarem em semelhante empresa..." (208-101).

O rei resolveu sobre este parecer que: "Observem-se as ordens de 9 de julho de 1703 e 19 de dezembro de 1714, enquanto não chegam as informações e clarezas necessárias para tomar a última resolução, ordenando-se que ouvida a Câmara da Cidade da Bahia, e pessoas práticas nas minas, e mandando-se examinar os portos mais vizinhos à Jacobina, se tem a fortificação necessária ou se necessita alguma, como também os caminhos que da mesma Bahia vão para a Jacobina, para que possa escolher o mais dificultoso, para que se evite qualquer invasão... fazendo-se os mapas que forem necessários e interpondo os seus pareceres o Marquês de Angeja e o Conde do Vimieiro..." (208-107).

A preocupação não era menor quanto à região do Rio das Contas. A 16 de outubro de 1721, o Conselho Ultramarino mencionava um mapa feito pelo mestre de campo engenheiro Miguel Pereira da Costa, com grande trabalho "e perigo de vida, pois se recolheu da dita viagem com os braços caídos estando de cama mais de cinco meses". Na mesma reunião examinaram uma segunda carta que continha "o mostrar-se pelo vice-rei que não há que temer em se permitir o descobrimento das minas do rio das Contas, para o que se dá uma exata relação desse terreno, e quase insuperáveis dificuldades que se encontram antes de a ele se chegar..." (211-58). No entanto nem todos eram da mesma opinião do vice-rei, pois, em 1720, o procurador da Coroa já tinha sua opinião formada sobre o livre trânsito no sertão. Ele não se baseava nas asperezas dos caminhos ou nos perigos de ataques estrangeiros em sertões próximos ao mar: "... pouco impor

ta que as minas estejam perto ou longe das praias, porquanto' por mais longe que estejam sempre hão de ser de quem forem as praias, pois os habitantes destas Minas não podem viver nem conservar-se sem o comércio das praias, e por isso necessariamente se hão de sujeitar a quem as dominar, e assim todo o negócio consiste em defender as praias..." (210-220).

II.1.3 - Abertura de caminhos sertanejos

Quem abria os caminhos podia ser um paulista de Terço pago, atrás do indígena e da sobrevivência, ou um criador de gado com necessidade de conduzir sua boiada, ou, ainda, alguém em caráter oficial, obedecendo a um Regimento. Em 1657, o sargento Pedro Gomes era encarregado de abrir a estrada entre Cachoeira e o Orobó, a fim de manter casas fortes para resistência ao gentio bravo. Para tal, levava um Regimento, do qual seguem alguns itens importantes para o conhecimento da abertura de estradas:

"6- Isto assim disposto praticará com o mesmo Gaspar Roiz, e mais pessoas, e índios de maior experiência a parte por onde se deve dar princípio a abrir a estrada, examinando primeiro com particular atenção todas as notícias que puder alcançar do caminho do Gentio e se poderá fazer outro mais breve, e em que se achem as conveniências que são necessárias, para as conduções dos mantimentos se poder fazer em carros, que é o fim para que se manda abrir a dita estrada..."

"7- Procurará quanto for possível dispor a estrada' por parte donde se acham águas e pastos para os bois: mas nem no caso em que alguma tão estéril, que os não tenha, deixe por

isso de continuar a estrada, e a vai abrindo té (sic) a mata da Serra do Orobó, na forma que o terreno permitir.

"E porque pode dar em campos tão dilatados, que não acertem os que frequentarem o caminho a segui-lo, o Sargento - maior mandará por balizas em distâncias, que se enxerguem de umas as outras; advertindo que a qualidade do pau seja a mais incomedível (sic), que se achar, para que tenha duração..." (263-52).

Algumas vezes, os caminhos eram feitos por alguém em troca de um pagamento ou outra recompensa. No século XVII, o capitão João Lobo de Mesquita, segundo ordens do Governo, do Senado e da Câmara da Bahia, a pedido dos moradores e criadores de gado, abriu uma estrada. Por este serviço, ele reclamava o pagamento, obtendo, em 1663, uma resposta: "abrirá o caminho da mata de São João, que é de nove léguas, em que gastará melhor de seis mil cruzados e mandando cobrar a recompensa' daquele serviço que fez a esta República (que era de uma rês), que naquele tempo valia cinco mil réis, e de hoje não vale dous, de cada curral assim desta Capitania, como da de Seregipe, que pelo tal caminho se haviam de servir, em nenhum momento dos ditos currais se lhe dava cumprimento ao tal concerto..." (237-130).

No século XVIII em 1718, o conde do Vimieiro conjecturou a abertura de uma vereda para a condução das boiadas entre os sertões do Piauí e a cidade de Salvador (104-166). Em 1722, a estrada estava terminada e toda a despesa correrá por parte de Alexandre Rabelo de Sepulveda, morador do sertão do Piauí (116-363). Mesmo um trecho da importante ligação Salvador-Ge -

rais fora aberto por um particular, João Gonçalves do Prado (3-269).

Observamos, através dos séculos, que, nas regiões de riquezas minerais, o Estado esteve mais presente com suas estradas reais, como também, na importante ligação Maranhão-Bahia via Piauí, que servia igualmente ao gado e à administração. A iniciativa oficial ligava-se do mesmo modo, às estradas que objetivavam a segurança dos núcleos litorâneos, frente ao problema do indígena, e aos caminhos que visavam a conservação de núcleos estratégicos nos sertões do Nordeste. No trajeto das boiadas, o fazendeiro era também o interessado, porque embora a mercadoria fosse autotransportável, o gado precisava chegar em bom estado e ter alimentação. Assim, no Sertão Nordeste, apareceram estradas feitas por particulares, ainda que para um futuro reembolso por parte do Estado. No litoral, o senhor de engenho não necessitava de estradas, encerrado na auto-suficiência. O engenheiro francês Vauthier, que esteve no Brasil no século XIX, registrou o desinteresse do senhor de engenho pelas estradas: "...é de presumir que a Administração da Província terá de sustentar unicamente, com suas próprias forças, o pesado encargo que lhe está incumbido..." (416-176).

Em fins do século XVIII e durante o século XIX, as iniciativas oficial e particular alternaram-se na abertura de caminhos. Uma estrada para descer a boiada, pela vila do Camamu-sertões da Ressaca-Gavião-rio Pardo, foi aberta por conta do Estado (42-1º-525). Outra vereda para o mesmo objetivo, ligando Ilhéus-interior da Bahia e Minas Gerais, decorreu da iniciativa e dos recursos de Felisberto Caldeira Brandt (57-2º-340). Porém, esta estrada foi abandonada dois anos após sua abertu-

ra, apesar de cortar boas pastagens e de conter água; ocorreu que não havia compradores em Ilhéus, havendo necessidade de um difícil embarque para Salvador (59-2º-332), além de existirem febres e ataques indígenas no percurso (57-2º-340). O coronel João Gonçalves da Costa foi outra figura empreendedora no Sertão Nordestino, abrindo o trecho final da estrada das boiadas, que ligava a região de Conquista, na Bahia, a Minas Gerais. Ele também contruíra outros caminhos, pelo que recebeu a patente de coronel e aguardava algum tipo de recompensa pelo último trabalho, na referida estrada das boiadas, quando Wied Neuwied o visitou (59-2º-430).

Grande parte da mão-de-obra para a abertura de caminhos era negra ou indígena. No século XVIII, a estrada sob responsabilidade de Alexandre Rabelo de Sepulveda teve a participação de indígenas das missões de Juazeiro e do Pontal (109-120). O trabalho de abrir trajetos incluía, também, homens brancos, porque, no século XVII, Pedro Gomes, responsável pela abertura da via até o Orobó, pediu permissão para tomar algum gado que "suprisse a falta da baleia e do bacalhau (que é com que se podia socorrer desta praça (Salvador) para se não suspender aquele serviço)..." (236-56). Bacalhau não era alimentação de africanos ou indígenas, daí a presença de europeus. Em relação aos trechos urbanos dos caminhos, Vilhena indicou sobre o tipo de pessoa que aí atuava: "ociosos e vadios, revoltosos e garotos, com os valentes de timbre e ratoneiros de profissão, que junto aos soldados condenados aos trabalhos de fortificação empregavam em carretar terra e pedra pelo tempo competente aos seus delitos..." (42-1º-439).

As veredas sertanejas cortavam tanto terras devolutas, quanto terras cujos donos, às vezes, sentiam-se prejudicados. No século XVIII, a estrada aberta por Alexandre Rabelo de Sepulveda encontrou obstáculo nos moradores da região por ela atravessada. Em 1721, o vice-rei respondia às queixas do construtor: "...Também com esta vai uma ordem, a respeito do impedimento, que me representou lhe pôs à abertura da dita estrada, Manoel do Rego Monteiro, a qual lhe mandará notificar na forma que nela expresse, e a todos os mais moradores, que entender é preciso fazer-se a tal diligência..." (110-121). Outro problema ocorreu, em 1722, com o caminho que ia do sítio do Candeal até a serra do Boqueirão atravessando as terras de Manoel de Queiroz, que protestou sobre a abertura. Quanto à queixa, o vice-rei recomendou ao capitão-mor: "depois de ouvir o Juiz Ordinário da Vila da Cachoeira, lhe deferi que por ora se conservasse a estrada velha por ser matéria esta em que sempre tenho escrúpulo; mas livre dele por informações que determino tirar, a mandarei logo abrir ainda que não houvesse mais utilidade que a do dito Capitã-mor, a quem muito desejo favorecer, por se ter feito acedor a toda atenção" (113-310).

II.1.4 - Invasores holandeses e comunicação

O temor de os estrangeiros se assenhorearem de determinados caminhos tinha fundamento. No século XVII, os holandeses interromperam as ligações terrestres entre a costa leste - oeste e o restante do Brasil. Entretanto, os portugueses tiveram um valioso aliado para comunicação de emergência, ainda que de ação restrita - a Torre de Garcia D'Ávila: "Algumas ar-

ameaçavam os portos da capitania (Bahia), e os fogos, acesos na Torre em 1624 e em 1638, mais uma vez falariam à cidade a sua linguagem protetora" (387-67).

Os invasores holandeses, também, foram afetados pela ausência ou pelo estado das estradas. Aproximadamente em 1647, Moreau relatou que entre Rio Grande, Paraíba e Bahia a comunicação por terra "era muito difícil; além disso os reforços viam sempre muito tarde, pois não podiam levar prontamente as notícias e transmiti-las num país onde o transporte se faz unicamente a pé, cheio de matas cerradas, freqüentemente inundado por grandes e profundos rios que é preciso passar a nado e guiar-se sempre pela bússula, algumas vezes num espaço de cem ou duzentas léguas" (23-24). Ou, então, as companhias de soldados "se acham dispersas pelas guarnições, a distâncias imensas, desde o rio de São Francisco até a Paraíba, numa extensão de cem léguas. Assim é preciso um mês para eu me inteirar do estado delas" (5-115). Van der Dussen, em seu "Relatório", observou que "...as partes vizinhas do litoral estão ocupadas pelos seus donos, e as mais distantes afastam novos colonos pela dificuldade de transportes, pelo preço destes e pela carência de mantimentos" (37-130).

Apesar das dificuldades, os holandeses se comunicaram com os indígenas da Ibiapaba. O padre Antonio Vieira fez referência a cartas escritas pelos gentios daquela serra e recebidas pelos jesuítas "em papel de Veneza, e fechadas com lacre da Índia" (40-467). Alguns índios, vestidos com "roupas de grã e seda" (40-467), foram ter com os jesuítas, demonstrando anterior contato com os holandeses.

II.1.5 - Outros caminhos pelos sertões nordestinos.

Desde o século XVII, o rio São Francisco podia ser alcançado, através de várias estradas, que comunicavam os sertões do Piauí com os sertões sanfranciscanos: "... confina (a povoação do Piauí) pela parte do nascente com os sertões desertos que correm para Pernambuco pelos quais se não tem descoberto caminho nem se vadeiam, em razão dos muitos gentios bravos, que neles habitam, e só se tem chegado pela parte desta povoação avistar uma serra chamada o Araripe que dizem ser muito alta... Para o poente confina com os matos desertos que correm para as Índias de Espanha, pelos quais não há caminho nem se sabe de seu fim; por eles dentro têm chegado algumas tropas de Paulistas...

"Para parte do Norte confina esta povoação com a costa do mar correndo do Ceará para o Maranhão para a qual tem dois caminhos, abertos, ambos em o ano de 95 um vai ao Maranhão, e outro à serra da Guapava... Para o Maranhão há também caminho seguido que dizem terá 90 léguas e já com princípio de comércio de redes, pano de algodão e cuias..." Para o sul a povoação do Piauí fazia limite com o rio São Francisco, para onde havia dois caminhos "por entre matos desertos, em que se não acha água no tempo de seca, o primeiro que se abriu se segue por um Riacho chamado o Piauí... e vai sair no Rio de S. Francisco... O segundo caminho se abriu da cabeceira do Canindé, e vai sair na cachoeira do Rio de S. Francisco chamada de D^{os} Affonso tem quase as mesmas distâncias, os mesmos desertos porém com menos matos, e o caminho com pedras" (11-371).

No século XVIII, Antonil descreveu um roteiro pormenor

izado do caminho Salvador-Gerais, sintetizado na seqüência seguinte: Salvador à vila da Cachoeira (12 léguas), daí à aldeia de Santo Antonio de João Amaro (mais 25 léguas), à Tranqueira (mais de 43 léguas), onde o caminho se dividia. O da direita ia para os currais do Filgueiras, na nascente do rio das Rãs, seguia ao curral do coronel Antônio Vieira Lima e daí chegava ao arraial de Matias Cardoso (mais 52 léguas), de onde, após 54 léguas, chegava-se à barra do rio das Velhas e, finalmente, ao arraial do Borba, 51 léguas além. A vereda da esquerda era recente e mais rápida, já que possuía 186 léguas, enquanto o outro caminho contava 237 léguas. A nova estrada fora aberta por João Gonçalves do Prado, indo da Tranqueira à nascente do Guararutiba (mais 33 léguas), atingindo o último curral do rio das Velhas (46 léguas) e daí chegando ao arraial do Borba (mais 27 léguas). Antonil considerava o caminho Salvador-Gerais melhor do que os outros dois - Rio de Janeiro/Gerais e São Paulo/Gerais - pois, embora mais longo, era aberto para a boiada e melhor para o sustento (3-267).

Outras veredas não menos longas enfrentava a boiada piauiense. João Pereira Caldas revelou cinco trajetos através do sertão de Pernambuco. A região era muito importante, apesar de spera, porque sem atravessá-la "por alguma parte não se pode sair da Capitania do Piauí para a Bahia, Jacobina, Rio das Conchas, Fanado, Serro Frio, Minas Gerais, Pitangui e Paracatu" (7-81). Duas destas estradas existiam no século anterior, possuindo como pontos de referência os rios Piauí e Canindé (Calindé). A primeira vereda "se encaminha ao norte do rio Calindé, e vai sair ao de São Francisco, por entre a freguesia de

Cabrobó, e Rio Pontal". A segunda, "conhecida como travessia nova, acompanha o Rio Calindé até as suas cabeceiras, as quais se dividem com as do Rio Pontal; a este segue até o Rio de São Francisco, saindo três léguas ao sul da missão do Juazeiro, no lugar da passagem. A terceira, a que dão o nome de travessia velha, acompanha o rio Piauí, dele se aparta ao Norte das suas Cabeceiras, e vai sair ao Rio de São Francisco dezoito ou vinte léguas ao sul da segunda. A quarta segue também o rio Piauí sobe por ele mais acima do que a terceira, e vai sair no Rio de São Francisco na fazenda do Sobrado, vinte e tantas léguas ao Sul da terceira. A quinta que não é ainda tão frequentada aparta-se nas Cabeceiras do Piauí, e vai sair ao Rio de São Francisco, três léguas ao Sul da dita fazenda do Sobrado. Esta é a parte, onde mais se estreita esse sertão que depois se torna a alargar, sem mais comunicação alguma do que há pelas fazendas do Paraná, e distritos da barra do Rio Grande" (7-81).

II.1.6 - Perigos de uma viagem terrestre aos sertões

Grandes dificuldades espreitavam os viajantes. Além das condições físicas das estradas, que não suportavam o tráfego de cavalos e mulas, enchendo-se de atoleiros a cada chuvarada e de febres a cada enchente de rio, havia os mocambos. Estes últimos, uma constante em nossa história, eram causa e efeito do estado deficiente das comunicações. No século XVII, em 1671, estavam fortalecidos pela falta de caminhos: "... se formaram povoações numerosas pela terra dentro entre os Palmares e os matos, cujas asperezas, e faltas de Caminhos os têm mais fortificado por natureza, do que pudera ser por Arte... e

esta que não são poucas as dificuldades que para este fim se oferecem pelas asperezas das terras, falta de Caminhos, e de Carruagem para os mantimentos que em todo este Estado se não podem conduzir senão às costas dos negros por não haver estradas para Carros, nem para mais "que um Homem atrás do outro" (304-133). Comprovando esta dificuldade, em 1696, Manuel Alves de Moraes Navarro precisou abrir uma estrada entre o sertão de Palmares e as povoações do Orobó, a fim de poder sustentar as tropas de paulistas, sob sua direção, na luta contra o quilombo (122-84).

No século XVIII, em 1735, no sertão do Rio das Contas e de Jacobina "há muitos negros fugidos assim esparsos como em mocambos e outras muitas pessoas que infestam as fazendas e caminhos com roubos e mortes dos moradores e caminhantes sem que as justiças daquelas vilas possam obviar tanto insulto por causa das grandes distâncias..." (253-81). Para a vila da Cachoeira convergiam várias estradas que atraíam "salteadores, brancos, mulatos e pretos, que violentamente roubam as farinhas que passam, insultando os passageiros" (254-120). Essa adversidade atingiu o século XIX, quando houve referências a roubos praticados por negros que viviam fugidos (53-266).

Outro grande perigo era representado pelos ataques de indígenas. Capistrano de Abreu registrou que, desde os primeiros anos do século XVII, viajava-se por terra de Pernambuco à Bahia, sem resistência séria por parte dos indígenas, afastados do litoral (370-56). Contudo, os "Bárbaros" infestavam o Sertão Nordestino e as aguerridas tribos do Rio Grande do Norte custaram muito trabalho aos paulistas, "... pois é certo

que estando nossos arraiais sitiados, e os Bárbaros tão insolentes, que escassamente lhe podem escapar os correios que por novas veredas trazem os seus (de Antônio de Albuquerque e Manoel de Abreu Soares) avisos do Rio Grande..." (70-328). Em 1696, os paulistas precisavam deslocar tropas do sertão do Açu para socorrer o sertão de Palmares, distante cento e trinta léguas, abrindo, então, estradas. Nos Palmares, Manuel Alves de Moraes Navarro rasgou um caminho de quarenta léguas até as povoações do Orobó, para sustentar a tropa, já que as demais veredas estavam infestadas de gentios (122-84).

As dificuldades causadas pelos indígenas eram de tal ordem que pagar o Terço de paulistas constituía um problema adicional. Em 1699. " A Sua Majestade pediu o Provedor-mor da Fazenda Real deste Estado, fosse servido mandar declarar, em que parte se havia de pagar a esse Terço, apontando-lhe as dificuldades que havia, em ele vir da Campanha a essa cidade, ou em irem os oficiais da Fazenda, fazer o dito pagamento da cidade' (Rio Grande) ao Arraial (do Açu); na frota se espera a resolução" (81-32).

No século XVIII, os ataques indígenas prosseguiram. Em 1725, o gentio bárbaro assaltava os caminhos das minas do Rio das Contas e das Gerais, "matando algumas pessoas" (139 -197). Em 1726, o gentio de corso intranqüilizava os moradores do Cairu e do Jequiriçá, na Bahia, assim como os "passageiros que seguem o caminho das minas..." (267-362). Os excessos foram tantos que, em 1734, o vice-rei ordenou que se continuasse a guerra ao gentio que atacava "os distritos do Cairu na estrada das Minas" (246-329). A insegurança nas veredas continuava ao fin-

dar o século, uma vez que o indígena pataxó ameçontava os viajantes que percorriam o trajeto Camamu-sertão da Ressaca-Gavião-Rio Pardo (42-19-525).

Se o gentio afetava a comunicação com seus ataques, não era fácil atingi-lo justamente pelo estado das estradas, ou, até, pela ausência delas. Assim, a necessidade de combater o indígena funcionou como impulsionadora da abertura de novos caminhos. Em 1657, Francisco Barreto chegou à conclusão de que o meio de evitar ataques às freguesias de Paraguaçu, Jaguaribe e Cachoeira era fazerem-se casas fortes. Entretanto, para serem mantidas essas casas fortes, havia necessidade de um "caminho de carro desde a Cachoeira té (sic) a borda da mata da Serra do Crobó, donde fabrica casa primeira forte (sic)..." (263-49), que foi construído. Outro modo de se combater o indígena foi cogitado: o estabelecimento de aldeias com duzentos casais indígenas amigos, guardando os sertões do Açu, Goguari e Piranhas. Contudo, Bernardo Vieira Ravasco tinha a solução como impraticável, porque as aldeias precisariam ser abastecidas, não havendo dinheiro e farinha suficientes. Nem ainda que haja farinha e cabedal é fácil a condução de Pernambuco ao Ceará para dali se levar ao Açu, e Goguari, nem da Paraíba às Piranhas, deitando umas e outras a 40 e 50 léguas estas todas por campanhas do inimigo..." (151-123).

Outro perigo, nas veredas, ligava-se à presença de "destemidos vagabundos" e "acoitados sujeitos", com quem o viajante poderia se defrontar. No século XIX, ainda havia alguns valentões chamados Contas-verdes, em função do amuleto que usavam. Um deles costumava ficar na encruzilhada de duas estradas

que passavam pelo povoado de Jaguaripe, Pernambuco. O Conta-verde obrigava o viajante a lutar "ou a desmontar, tirar o chapéu e conduzir o animal pela brida", até que o valentão não fosse visível (53-326). Viajar por ermas estradas requeria o uso de armas. "Ao europeu afeito a viajar com relativa segurança sem recurso ao porte de armas, o encontro com viajantes trigueiros, ares de salteadores, cada qual armado com pistolas, espada, adaga, faca e espingarda, dá idéia muito desfavorável da moral desta gente..." (49-132).

II.1.7 - Meios de transporte terrestres no Sertão Nordestino

Os lentos meios de transporte, tais como a rede, o carro de bois, o cavalo, o burro, a mula, eram "os únicos seguros para caminhos tão maus" (416-187). Eles permaneceram em uso desde o século XVI, servindo ao transporte de cana, tabaco, madeira e de pessoas.

No século XVIII, em 1719, uma autoridade, a caminho de Jacobina, necessitava de "cavalos e de alguns índios" para si e comitiva (106-19). Os cavalos também serviam à ligação São Luís-Piauí-Natividade e São Félix, no atual Goiás (7-64). Contudo, para comunicar as capitânicas de marinha com as do interior utilizava-se uma "multidão de bestas" (7-111), sendo os animais tão importantes para o sertão que não foi possível a obediência à ordem régia, de 19 de junho de 1761, condenando as mulas ao extermínio:

"Governador do Estado do Brasil Eu El-Rei vos envio muito saudar. Sendo-me presente que pelo costume que de anos a esta parte se tem introduzido no continente desse Estado se

fazerem os moradores dele os seus transportes em machos e mulas, deixando por isso de criar os cavalos de sorte que se vai extinguindo a criação deles, por não terem saída em grave prejuízo do meu real serviço e dos criadores e bem comum dos lavradores dos Sertões do mesmo Estado e das Capitânicas de Pernambuco e Piauí. E atendendo ao que por eles me foi representado; sou servido ordenar que em nenhuma vila, cidade ou lugar do território desse Governo se possa dar despacho por entrada ou por saída a machos ou mulas. E que antes pelo contrário todos e todas as que nele se introduzirem depois da publicação desta sejam irremissivelmente perdidos e mortos, pagando as pessoas em cujas mãos forem achados os sobreditos machos ou mulas a metade do seu valor para os que se descobrirem.

"Nas mesmas penas incorrerão as pessoas que de tais cavalgadas se servirem, ou seja, em transportes, ou em cavalaria, ou em carruagens depois de ser passado um ano que lhes concedo para o consumo das que atualmente tiverem já, sendo matriculadas para se conhecerem..." (289-421).

A ordem régia atestava a quantidade de mulas, o seu uso generalizado pela população, bem como a importância de sua criação. Devido aos clamores, foi revogada.

Roy Nash afirmou que a tropa "era o meio de transporte adotado no Brasil e, além das comunicações fluviais, a rede de "trilhos" constituía o sistema venoso por onde circulava o sangue econômico do país, mantendo a unidade do Império. Essas comunicações eram boas, más ou péssimas em função direta da clemência ou inclemência da natureza, da zona que cortavam. O homem não se sentia mais responsável pela conservação desses ca-

animos que pela composição química da atmosfera; o ar ele o respirava, pelos "trilhos" ele caminhava, vadeava, ou atolava-se com a mesma imalterável serenidade" (442-276).

No século XIX, as tropas eram formadas por "lotes", grupos de sete burros, sendo "cada um deles conduzido e atrelado por um homem que dele cuida" (59-2º-390). Os burros, com sua índole teimosa, eram uma dificuldade a mais na viagem, além de serem caros em todos os locais, à exceção de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Assim, as tropas nordestinas procediam desses locais e a mudança de clima alterava a capacidade de carga de sete anos, em São Paulo, para quatro, na Bahia (57-2º-361). Os animais suportavam pouco peso e necessitavam de um tropeiro ou arrieiro, uma dificuldade extra (59-2º-407). Tudo piorava se o trajeto fosse por área sujeita à seca, pois seria necessário armazenar água para os homens e os animais (57-2º-251).

As tropas representavam um dos únicos meios de viajar em estradas de más condições, podendo percorrer, por exemplo, as trezentas léguas que separavam Caxias e São Félix (57-2º-465). Cerca de dois mil muares faziam comumente a travessia entre Juazeiro e Salvador, em quinze dias (56-37). Outros animais podiam percorrer as duzentas e cinquenta léguas entre o arraial do Tijuco e a vila da Cachoeira (59-2º-390), fazendo cinco a oito léguas por dia, dependendo da disponibilidade de água para as sessenta e quatro mulas ou, ainda, cavalos (58-257). No combate a Canudos, "mil burros mansos valiam na emergência por dez mil heróis", já que o abastecimento dos soldados era a principal preocupação (398-337). No entanto, em

Maceió (52-2º-59) e em Recife (49-67) as mulas cediam lugar aos cavalos.

O transporte do algodão cearense era feito por cavalos e a péssima estrada Icó-Grato só permitia o uso deles e dos bois (49-141). Na fronteira Bahia-Minas Gerais, Wied Neuwied observou que era muito difícil encontrar alguém a pé, porque tanto homens quanto mulheres viajavam a cavalo (59-2º-390),

Outro meio de transporte nordestino foi o camelo. O conselheiro Antonio Oliveira considerava de grande utilidade a sua introdução (280-126). Gilberto Freyre relatou que os camelos chegaram a ser introduzidos, no Ceará, vindo acompanhados por argelinos, vestidos caracteristicamente. Por isso, os camelos não foram bem aceitos pela população; uma vez que os argelinos traziam à lembrança as lutas entre mouros e cristãos, os animais passaram a representar um meio de transporte não cristão (413-60). A natureza dos solos nordestinos, não arenosos como os do deserto, foi outra causa para o insucesso da introdução dos camelos.

Os carros de bois sempre foram de muita utilidade. No século XIX, o açúcar alagoano era neles transportado, fazendo o trajeto interior-litoral (52-2º-59). Eles foram descritos como "de construção muito primitiva... e pouco diferentes do que os romanos usavam... Os eixos não se engraxam; por isso o seu rangido, que se ouve a grande distância, é grandemente incomodativo: a razão dada para não os engraxar é que os bois estão de tal maneira afeitos ao ruído, que sem ouvi-lo não puxariam bem" (49-90); Carros perigosos, ou porque viravam constantemente, ou porque os bois, por vezes, se enfureciam na área dos en

genhos. Assim, os escravos, que os conduziam, gozavam de certas regalias (53-443).

As estradas não comportavam, mesmo nas cidades litorâneas, as seges. Em Salvador, o pequeno número delas contrastava com ampla utilização da cadeirinha (46-2º-56), encontrada, também, no Recife (53-257). Enquanto Koster encontrou, em São Luís, muitas carruagens semelhantes às lisbonenses e "aos cabriolets a dois cavalos" do tipo francês (53-240), Kidder, trinta anos após, registrou serem pouquíssimas as carruagens em uso, devido ao caráter muito íngreme das ruas (52-2º-151). Curiosamente, as ruas da sertaneja Juazeiro indicavam as direções que as carruagens deveriam seguir, mas não havia carruagens "no raio de 300 milhas" (45-292). A expectativa de Juazeiro em relação à carruagem revelava o contato maior deste sertão com o litoral, proporcionado pela energia a vapor. Outro meio de transporte usado nas vilas e nas cidades, no litoral e no interior, era a rede, cuja diferença estava na cor: a branca transportava e transporta cadáveres, e a vermelha, feridos (411-151).

II.1.8 - Estrada de ferro

No século XIX, a energia a vapor possibilitou o aparecimento da estrada de ferro, atingindo o litoral e os sertões. Roy Nash afirmou que a gênese das estradas de ferro brasileiras é quase a mesma das norte-americanas: "A anta rompia trilhos dentro do mato; o índio em seu encalço, abria a picada; o português, com seus cargueiros, alargava-a; de raro em raro um carro de bois seguia o colono e abria, com suas rodas

cortantes, colossais, dois sulcos paralelos a que chamaram "caminho"; mais tarde, o progresso estendeu as suas fitas de aço ao longo dos principais caminhos, e, finalmente, no século XX, o automóvel fez surgir algumas estradas dignas desse nome" (142-274). O pensamento de Nash é uma generalização, porque, em termos de Sertão Nordestino, as principais estradas continuaram a ser atravessadas por burros, mulas, cavalos, carros de bois, ainda que "fitas de aço" ligassem o litoral às portas de alguns sertões.

Em 1867, Juazeiro era o ponto terminal de duas estradas anglo-brasileiras, a de Pernambuco e a da Bahia. A direção das estradas de ferro, da costa para o rio São Francisco, fora determinada por informações a respeito de um interior fértil e rico, não havendo estudos prévios do terreno. Assim, as linhas começaram nos lugares errados, correram em direções indevidas e tiveram o "acabamento custoso nos lugares onde poderia ter sido simples", não se construindo os ramais e linhas adutoras (145-295). Burton opinou que "Aqui, e somente aqui, o trem de ferro contribui para tornar mais atrasada a região, afetando as comunicações, que, antes eram muito más, e agora são piores. Aqui e somente aqui, a mula consegue rivalizar vitoriosamente com a máquina: escritores antibrasileiros têm comparado o progresso do Brasil com o da preguiça, e, realmente, nesse passo, ele ficará atrás até do Canadá. Finalmente, ambas aquelas linhas-tronco pararam a poucas milhas das capitais provinciais onde começaram, e construíram suas últimas estações ou na floresta virgem ou no terreno do campo... No presente momento, pode-se dizer que os empreendimentos ferroviários no Bra-

sil encontram-se paralisados, e o Império sofreu no mercado financeiro da Europa, devido ao desgoverno, cuja maior responsabilidade cabe aos estrangeiros" (45-296).

Hartt comprovou algumas das afirmações de Burton, porque afirmou sobre a ferrovia Bahia-São Francisco que, "depois de estender noventa milhas ao norte da capital, terminou numa planície de areia deserta em Alagoinhas..." (50-369). No entanto, posteriormente, as obras prosseguiram e, por volta de 1879, o trem chegava a Juazeiro: o caminho de ferro possuía "para nós que acabávamos de percorrer uma região áspera, atrasada e tão pouco favorecida pela natureza, o aspecto de uma corte no sertão" (56-36). A estrada de ferro Pernambuco-São Francisco sofreu, também, os efeitos de um planejamento apressado, porque estendeu-se "para sudoeste da cidade, através das férteis terras de açúcar mas termina, suponho, a uma distância apenas de oitenta ou noventa milhas, o término presente sendo Una no rio do mesmo nome" (50-472).

A inadequação entre a ferrovia e o Sertão Nordestino tem outro exemplo na via férrea que cortava Queimadas, na Bahia, sobre a qual Euclides da Cunha escreveu: "Aquele liame de progresso passa, por ali, inútil, sem atenuar sequer o caráter genuinamente roceiro do Arraial. Salta-se do trem; transpõe-se poucas centenas de metros entre casas deprimidas, e topa-se para logo, à fímbria da praça - o sertão..." (398-347). No Ceará as estradas de ferro constituíam "um elemento pernicioso como auxiliar na luta contra as secas, no Nordeste. Infelizmente, quase sempre, as poucas que ali existem estão desaparelhadas para o movimento precioso por ocasião das calamidades... As

vias férreas do Ceará sem material rodante suficiente para atender o transporte de gêneros alimentícios para o interior são a causa de muito desespero e porventura de algumas vítimas da fome" (453-18). Além dos aspectos assinalados, a procura do combustível, a lenha, levava ao desmatamento das poucas matas às margens dos caminhos de ferro, agravando o problema da seca.

A outros sertões, a estrada de ferro levava o progresso. Em 1879, a Piranhas-Jatobá estava em começo de construção (56-14). Anos após, em 1887, a localidade pernambucana de Jatobá foi elevada a sede municipal, em vista do desenvolvimento que teve (377-89).

Outras vias férreas nordestinas, no século XIX, eram: no Ceará, ferrovias Sobral e Baturité, que terminava em Pacatuba e vai "hoje até Canoa" (451-69); no Rio Grande do Norte, Natal-Nova Cruz (451-78); na Paraíba, ferrovia do Conde d'Eu, pela vila da Imperatriz, Pilar (451-85); em Pernambuco, Recife-São Francisco, Recife-Camamu, Recife-Limoeiro, Recife-Caxangá, Recife-Olinda (451-98); em Alagoas, Central (Maceió-Vila da Imperatriz), Paulo Afonso-Piranhas (451-110), que tentava suprimir as dificuldades de comunicação, já que esse trecho fluvial era de difícil navegação; em Sergipe, estavam projetadas Maroim-Propriá e Aracaju-Simão Dias (451-118); na Bahia, Bahia-São Francisco, Central, Santo Amaro, Nazareth, Bahia-Minas Gerais (451-126).

No início do século XX, entre os passageiros da linha Pesqueira-Recife havia um hábito comum, que, provavelmente, vinha do século anterior: alguns boiadeiros, comerciantes,

gente abastada, não compravam bilhetes nas estações, preferindo arranjar-se com o condutor, que cobrava mais barato, em bolsando a quantia. Apesar de a Companhia Great Western tomar precauções, a fraude continuou, pois os funcionários "havia deliberado, em conselho secreto, fazer guerra ao Inglês. Eram pessimamente pagos, e vingavam-se" (377-86).

II. 1.9 - Estrada Natural

A via fluvial era um alívio para o viajante que pudesse aproveitá-la, mesmo com os inconvenientes das cachoeiras, dos rios temporários, das regiões sujeitas às febres. Rios como o São Francisco, o Parnaíba, o Paraguaçu e o Itapecuru eram navegados, até o século XIX, quando a estação climática permitia e utilizando apenas alguns trechos. O que marcou os anos oitocentos foi o interesse em aplicar a técnica da época e a energia a vapor, colocando-as a serviço de uma comunicação mais rápida, visando o curso total dos rios. Para isto ser realizado, alguns cursos fluviais foram pesquisados.

O rio São Francisco foi "nas altas cabeceiras a sede essencial da agitação mineira, no curso inferior o teatro das missões, e na região média a terra clássica do regime pastoril, único compatível com a situação econômica e social da colônia" (398-68). No início do século XIX, barcaças e ajoujos navegavam rio acima, até Malhada, Salgado e São Romão, em Minas Gerais, comunicando Pilão Arcado e Barra do Rio Grande. Contudo, rio abaixo, as embarcações não podiam prosseguir além de Vargem Redonda, a cinquenta léguas de Juazeiro. O trecho fluvial posterior, Vargem Redonda - Canindé era substituído

por uma ligação terrestre, no lombo de mulas, totalmente prejudicial, porque não conseguia unir as duas seções do rio: "as regiões situadas acima das cataratas recebiam as provisões quase exclusivamente por via de terra, pela estrada da Vila da Cachoeira" (57-2º-400).

Os viajantes estrangeiros, que percorreram o rio São Francisco, preocuparam-se em achar um meio de torná-lo totalmente navegável. Gardner aludiu aos problemas causados pelas cachoeiras e propôs o estabelecimento da navegação a vapor, que esbarrava no investimento necessário. Ele só encontrava possibilidade de retorno do investimento, caso as terras fossem férteis, o que não acontecia em todos os sertões cortados pelo rio (49-111). Nenhum rio do Brasil fora "mais cuidadosamente estudado e representado em mapas do que o São Francisco e seu tributário o Rio das Velhas..." (50-305).

Em 1879, uma comissão chefiada pelo engenheiro norte-americano William Milnor Roberts percorreu o São Francisco. A expedição visava estudar os portos e a navegação dos grandes rios, que desembocam na costa oriental (56-5), dela participando Theodoro Sampaio. Como resultado de tantos estudos e explorações realizados por brasileiros e viajantes estrangeiros, parte dos problemas sanfranciscanos ficaram resolvidos em 1887: "consta do Diário de Notícias da Bahia acharem-se concluídos os trabalhos de desobstrução das cachoeiras de Sobradinho, ficando por este meio franca a navegação desde Pirapora, no alto São Francisco, até a cidade de Juazeiro... Esta zona, que é uma das mais ricas do Império, tem tomado por esse melhoramento grande impulso, principalmente às margens do grande rio.

Basta notar que já percorrem esse rio navios a vapor e que as populações preparam-se com entusiasmo para estabelecer larga navegação pelo mesmo sistema. Quanto a barcos, barcaças, canoas etc, há já uma grande quantidade em serviço" (378-172) . No entanto, a interrupção natural em Paulo Afonso continuou, sendo necessária a construção de uma estrada de ferro como alternativa.

Como consequência da navegação a vapor no rio São Francisco, Burton comentou: "de Juazeiro para baixo, iríamos verificar que a chegada, todas as semanas, de uma pequena embarcação ao Porto das Piranhas galvanizou toda a região em um raio de 270 milhas, até Crato, no Ceará. Homens vestidos de couro, que nunca haviam saído da terra natal, estavam agora carregando de algodão seus animais e fazendo compras com as quais nem teriam sonhado, ainda há alguns meses atrás" (45-296). Antes, Hartt observara que, em função das grandes cachoeiras, "tanto acima quanto abaixo da cidade de Cabrobó, o tráfego fluvial tem progredido pouco". A afirmação perdeu o sentido, em 1867, mostrando como pode ser "vitalizante, mesmo nessas regiões escassamente povoadas, o efeito de melhores comunicações" (45-296).

O rio Parnaíba foi outra artéria importante, essencial para o Piauí, já que os gêneros, que entravam e saíam daqueles sertões, serviam-se do rio ou das "costas dos animais com grandes sacrifícios e despesas" (271-72). Embora o rio passe pelo território do Maranhão e do Piauí, este depende mais dele, por que é o único rio piauiense navegável, banhando toda a extensão daquele território. Assim, o Parnaíba era a principal via

de comunicação piauiense, mesmo que entre outubro e novembro a navegabilidade fosse afetada pela seca e, em 1869, o trecho Te rezina acima apresentasse cachoeiras e, abaixo, bancos de areia.

Em 1869, Dodt percorreu a bacia do Parnaíba, sobre o qual afirmou: "é inavegável no seu curso superior, das suas cabeceiras até a barra do Parnaibinha em uma extensão de 153 Km, e que seria muito difícil qualquer melhoramento, principalmente porque as vantagens, que se podiam obter, não estariam em relação com o dispêndio, que se devia fazer, visto a pobreza da terra, onde só se cria algum, pouco, gado" (47-30). O curso inferior, entre a barra do Canindé e sua bifurcação com o Santa Rosa era navegado "há anos por vapores e barças a vela ..." (47-35), ainda que existissem obstáculos.

O Itapecuru foi outra estrada natural, que chamou a atenção, porque, quando Spix e Martius visitaram o Maranhão, Caxias só se comunicava com São Luís através do rio: "Os caminhos por terra, que passam ao longo dele (rio Itapecuru), de uma fazenda para outra, só servem para cavaleiros; são apenas transitáveis para os cargueiros, pois a custo se podem manter abertos no meio dos palmeirais pantanosos e cerrados e são, além disso, expostos às inundações do rio" (57-2º-465).

Merecem referência os rios Grande e Paraguaçu. O primeiro pertence à bacia sanfranciscana e, com seu afluente Preto, permitia a penetração até Parnaguá, no Piauí, e ao baixo Tocantins (56-45). Em relação ao Paraguaçu e à sua bacia, a importância decorria do fato de por eles passarem "os primeiros caminhos que foram abertos no sertão da Bahia" (57-2º-266), e

tes caminhos eram fartos em aguada e vegetação, mas foram abandonados, no século XIX, por causa das febres.

II.1.10 - Importância de centros convergentes e dispersores de estradas sertanejas

Mesmo precários, os caminhos bem freqüentados, ainda que por lentos meios de transporte, levavam determinada vila ou cidade a se destacar, por ser ponto dispersor ou convergente de estradas, ou por ser um ponto estratégico do percurso. No século XVIII, a vila de Santo Antonio de João Amaro era passagem obrigatória em uma das rotas das minas e para lá convergiam as atenções das autoridades coloniais (92-147).

No século XIX, a vila da Cachoeira era considerada a mais importante da Bahia, por ser parada obrigatória para as tropas cansadas, vindas do interior em direção a Salvador, que ficava a seguir (59-2^a-446). A vila se destacava, também, pelo fato de que "de todas as minas, sertões se vem dar àquele porto" (42-1^a-506).

A vila de Juazeiro, em pleno sertão sanfranciscano, possuía a passagem "mais freqüentada de todo o sertão da Bahia" (57-2^a-407). Sua localização era excelente, porque ali se cruzavam o rio São Francisco, estrada natural das minas em direção ao Atlântico, a estrada histórica Bahia-Maranhão via Piauí (56-36) e as estradas para as províncias do Norte (45-292). A área de influência de Juazeiro era "uma das mais vastas do Brasil Central" (56-36), mesmo que as tropas levassem quinze dias até Salvador. Sua passagem, chamada "ultimamente Petrolina de Pernambuco", tivera seu movimento anual calculado em 1853:

"7.500 a 8.000 pessoas, 10.500 reses e 1.300 mulas ou cavalos, bravos e mansos, velhos e novos destinados ao mercado baiano", situação que pouco mudara em 1867 (45-292)

Outra localidade importante era Caetité, nos "sertões apartados" (56-72), ponto de partida de duas estradas para Salvador, duas para Minas Gerais, uma para a vila do Urubu. A oeste de Caetité, na direção de Carinhanha e Montes Altos, se prolongava, através do vale do rio das Rãs, a mais antiga estrada "que da região do litoral penetrou nestes sertões" (56-72). Recife tinha destaque por ser um dos extremos da "grande estrada para o sertão" (53-109), que por Goiana-Mamanguape-Natal penetrava até Açu, formando o caminho para as boiadas da região.

II.2 - Isolamento nos sertões nordestinos

II.2.1 - Isolamento e administração dos sertões

O estado precário das comunicações afetava todos os aspectos da vida colonial. No século XVII, em 1663, D.Vasco de Mascarenhas delimitou prazos diferentes para a troca da moeda: "É porque o Alvará limita só trinta dias para as principais Capitânicas da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Vicente, concedo dois meses aos moradores das Capitânicas de Sergipe de El-Rei, Boipeba, Cairu, Camamu, Ilhéus e Porto Seguro para trazerem o dinheiro à oficina da cidade da Bahia, três para as Capitânicas do Rio de São Francisco, Lagoas, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará levarem o seu cunho da vila de Clinda..." (264-108). No documento, D.Vasco de Mascarenhas denomi -

nou capitánias a algumas vilas, porque estavam distantes. Em 1661, Francisco Barreto explicava: "E no âmbito da capitania de Pernambuco se incluem as Vilas do Rio de São Francisco, Lagoas, Porto do Calvo, Serinhaém, Santo Antonio, e Igaragu, e outras muitas freguesias, que por dilatadas têm Capitães-mores, e se reputam como capitánias..." (63-407). Em 1688, quando houve necessidade de se marcar a moeda, o rei ordenou: "...se não de dar casas públicas onde se há de receber toda moeda de prata e ouro que houver de circular e marcar e para a levarem à dita casa assinareis o prazo que vos (governador do Estado do Brasil) parecer conveniente segundo as distâncias das terras e a quantidade das moedas" (63-407).

A difícil e demorada comunicação causava embaraços, por exemplo, em 1688, as autoridades do Rio Grande do Norte não sabiam da morte de Mathias da Cunha e lhe enviaram várias cartas, recebidas pelo novo governador do Brasil (71-343).

No século XVIII, em 1733, serrilhar a moeda continuava difícil, levando o conde de Sabugosa a dilatar para dois meses o prazo "para se continuar a serrilha das dobras na forma da lei, por estarem vindo presentemente muitas do Sertão, cuja distância dificultou a chegarem no tempo determinado..." (244-231).

II.2.2- Isolamento e escoamento de produtos

O extrativismo do salitre era uma atividade econômica bastante prejudicada pelo estado das comunicações. No século XVII, em Jacobina, Leonor Pereira Marinho, da Casa da Torre, contratara a extração, porém tinha dificuldades em cumprir as

cláusulas. A distância e o transporte difícil entre Jacobina e Cachoeira eram um entrave à atividade. Em 1697, não havia crédito na possibilidade de abertura de um outro caminho, como ressaltou Leonor Marinho: "Quanto à boa nova que Vossa Senhoria me dá de haver o Coronel Pedro Barbosa Leal descoberto o novo caminho pelo V~~asa~~ Barris segundo opinião contrária dos mais versados nesses lugares me quer parecer não será possível conseguir-se este intento pelas muitas dificuldades que o acompanham" (125-249).

No século XVIII, o trajeto Jacobina-Salvador levava Vilhena a lamentar "não haver condução por água, ou pelo menos haver-se endireitado a estrada por terra, abrindo picadas e fazendo cortes na estrada que atualmente serve, como já tentou, vindo por eles desviar-se 33 léguas na distância de 136 que de correm da serra dos Montes Altos até a Vila da Cachoeira" (42-1^o-595). Os obstáculos ao escoamento do salitre prosseguiram no século XIX. Ao estado dos caminhos acrescentavam-se as distâncias que o produto percorria, porque as fábricas de pólvora ficavam no Rio de Janeiro, em Oeiras e em Vila Rica (57-2^o-352). A dificuldade para atingir o sertão de Jacobina e de Montes Altos faz lembrar a recomendação do rei, para que as autoridades coloniais escolhessem o mais dificultoso caminho, a fim de proteger as riquezas minerais. A obediência à recomendação, se não facilitava o contrabando ou uma invasão, por outro lado, prejudicava a extração das riquezas.

O sal marinho era uma mercadoria que precisava ser transportada para o sertão. No século XIX, era raro e caro, percorrendo vários caminhos, entre Bahia e Minas Gerais, em

Combo de burro (59-2^o-390), ou a estrada Aracati-Crato, no Ceará (49-131), por exemplo. Quanto mais interior era o sertão, mais difícil ficava comerciar. Oeiras recebia seus produtos após longo percurso, pois um carregamento de sal demorava três meses navegando as cem léguas, que separavam a vila de Parnaíba, no litoral, da capital da província (49-203).

O algodão que chegava a Salvador era plantado em Jacobina, sofrendo, assim, os mesmos transtornos do transporte de salitre (42-1^o-595). O sertão de Pernambuco era outra área algodoeira e os comboios oitocentistas demoravam de cinco a seis semanas para chegar ao Recife (58-89). Igualmente lento e difícil era o trajeto Aracati-Crato, no sertão cearense, percorrido por carros cheios de algodão e couros, escoando a produção em direção a Aracati (49-131). Outra rota para o comércio do produto passava por Cabrobó, seguia para o porto das Piranhas em ajoujos ou em mulas, percorrendo cinquenta e cinco léguas; deste porto o algodão rumava para Salvador, através de vapores (45-317).

O transporte de produtos continuava moroso. No século XIX, ainda era tarefa árdua a condução de boiadas, açúcar, tabaco e salitre. As dificuldades de comunicação começaram a aumentar a partir do século XVIII, à proporção que a população se disseminava pelos sertões desertos, em uma época de lentidão nos meios de transporte.

II.2.3 - Isolamento e administração dos sacramentos

Os moradores, que se aventuravam pelos sertões, ficavam muito distantes dos párocos. No século XVII, em 1697, um

cura percorreu o sertão de Rodelas, "gastando mais de seis meses, não pôde chegar a muitas povoações dele, e nas que entrou achou muitas pessoas que havia dez anos não ouviam missa, nem se tinham confessado, nem visto sacerdote com quem o pudessem fazer..." (312-352). O bispo de Pernambuco ficou escandalizado com o mestre de campo das Alagoas que "é um dos maiores selvagens com quem tenho topado; quando se avistou comigo trouxe língua, porque nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro Tapuia, mais que em dizer que é Cristão e não obstante o haver-se casado de pouco lhe assistem sete índias Concubinas" (212-354). O padre Martinho de Nantes registrou que os habitantes das margens do São Francisco possuíam um capelão para atender cem léguas de sertão (25-22). Os moradores das freguesias de Pernambuco não estavam em melhor situação, pois passavam anos sem missa e sem sacramento, o que motivou, no século XVIII, a redivisão dessas freguesias, a fim de contornar a situação (191-248).

No século XIX, a administração dos sacramentos continuava a ser afetada pelo estado das comunicações. Os padres encontraram um modo criativo para atender aos fregueses dispersos: usavam um altar portátil, conduzido a cavalo, com todos os objetos necessários para a missa. Havia necessidade de o bispo autorizar a ida do padre aos sertões e "nessas paragens em que não há lei nem religião real e racional, alguma coisa é melhor que coisa alguma. Seus batizados guardam o ritual religioso e preservam do desaparecimento total as regras estabelecidas na sociedade civilizada. É o liame que prende todo esse povo e o sustenta, no fio das idéias recebidas, junto às po

pulações maiores de outros distritos" (53-131).

Koster registrou uma anedota que mostra a dificuldade de os sacramentos serem administrados. Um padre fora chamado por uma mulher para batizar o filho, que demorava ser trazido à sua presença. Como houvesse outras famílias para visitar, o religioso pediu que lhe trouxessem a criança, ao que a mulher solicitou que esperasse um pouco, porque o rapaz fora dar de beber aos cavalos. Para espanto do padre, ele se viu diante de um menino de treze-quatorze anos (53-134).

Tollenare explicou as dificuldades de comunicação como causadas pelas "grandes distâncias" e pela "pouca segurança das estradas", que não estimulavam nem mesmo as reuniões no templo, "porque, ou cada engenho tem sua capela, ou, e é o mais frequente, não a tem e não pratica culto algum" (58-68). O texto era referente a Pernambuco e, citando o engenho, não se relacionava ao interior do sertão, mas aos sertões próximos ao mar. Em 1826, em decorrência da falta de administração dos sacramentos, o deputado Antônio da Rocha Franco propôs a criação de prelazias nos sertões da Bahia e Pernambuco, pois "os primeiros estão separados do seu prelado 240 léguas, e os segundos mais de 400" (275-2^a-59).

II.2.4 - Isolamento e sistema de correio

Para a administração ou para o cidadão, nada mais difícil do que enviar notícias, expedir ordens, tomar conhecimento de editais. Qualquer tipo de mensagem era de difícil envio e recepção, mesmo em áreas próximas ao litoral.

No século XVIII, em 1703, no Recôncavo, os oficiais

da Câmara de Salvador precisavam citar os criadores dos gados. No entanto, "lhes não era possível fazer por não haver nesta terra camilheiros que levassem as ditas ordens, para o que me (D. Rodrigo da Costa) pediam lhes nomeasse alguns oficiais de milícia ou soldados a que a tais diligências se encarregassem e como Vossas Mercês insinuam na mesma carta se não de fazer por parte mui remotas, é necessário ver a consignação donde há de dar a cada uma das pessoas que a elas forem, por não ser justo que vão em tempo de inverno sem levar com que possam sustentar" (164-53). Em 1720, Ventura da Costa e Domingos da Costa dirigiram-se ao distrito de Rio das Contas, com cartas do rei e "nesta diligência de que voltará com resposta gastarão três meses e meio" (230-24).

Quanto maior a distância a ser percorrida, maiores riscos e demoras enfrentava o mensageiro. A 3 de junho de 1722 o vice-rei recebia carta que o coronel Pedro Leolino Mariz lhe escrevera a 25 de abril, a caminho do Morro do Chapéu, sertão baiano (112-283). Os contratempos na troca de mensagens ocorriam, também, por falta de pessoal de confiança, próprio para o serviço. Em 1726, a respeito disto, o vice-rei escreveu: "recebi por este correio as cartas de Vossa Mercê, antigas e modernas, mas assim costuma suceder quando só um homem as conduz porque com qualquer moléstia, que é natural, se experimenta semelhantes intervalos, e como pode a diligência perigar na mora será conveniente que quando Vossa Mercê me escrever em matéria grave mande dois correios porque no caso em que adoeça um possa continuar o outro a sua marcha..." (160-238).

Muitas vezes, as marchas eram desbravadoras, como

aquelas feitas, no último quartel do século XVII, pelos correios que comunicavam o governo do Maranhão com o do Brasil, através do caminho terrestre longo e quase desconhecido. O trajeto poderia incluir terrenos montanhosos, sujeitos à seca, como os percorridos, em 1736, por Gregório de Figueredo Mascarenhas, "homem preto, que veio das minas de Jacobina com cartas pertencentes ao serviço, do dito senhor (rei) e há de voltar com resposta" (256-285).

O envio de uma mensagem era caro. Em 1759, os moradores do Ceará se queixavam de que o governador de Pernambuco residia a duzentas léguas e "muitas vezes lhes falta (sic) as posses para pagarem a um correio por quem procurem a sua melhora e liberdade" (192-54). A questão de pagamento dos correios vinha do século XVII, embora se relacionasse à beira-mar. Em 1680, os oficiais da Câmara da Bahia reclamavam de que "haver correio naquela cidade se lhes seguia tão grande prejuízo que não só tinham uma despesa inútil, como pela pouca expedição das cartas que não se acudia prontamente aos despachos dos navios, principalmente dos que chegavam de Angola, experimentando os mercadores maiores prejuízos nos seus escravos a sua vista do que se não chegassem a salvamento" (172-177).

O serviço regular de correios começou, aos poucos, a ser instalado. Em 1766, ele foi criado no Piauí (454-75), mas a comunicação entre Ceará e Piauí seria organizada pelo edital de 1821. No documento, a partida se dava nos dias 3 e 19 de cada mês, fazendo parte do trajeto as vilas de Monte Amor e novo, Campo Maior, São João do Príncipe, povoação de

Piranhas, vilas de Marvão e Valença e cidade de Ceiras (463-1º-513), cortando alguns pontos do Sertão Nordestino. A 14 de março de 1801 foi criada a repartição dos Correios, em Pernambuco, mas sua organização somente se deu em 1809 (53-74). Antes disto suceder, as cartas que vinham da Inglaterra, com destino a Pernambuco, eram entregues ao cônsul britânico ou ao comerciante, a quem o navio fora consignado, e cada interessado que procurasse a sua carta (53-68).

No século XIX, poucos eram os sertões servidos por correios regulares. Nas três estradas importantes para o comércio sertão-Salvador (a que passava por Conquista e rio Pardo para Minas Gerais, a Salvador-Ric das Contas para Goiás e Mato Grosso, a Salvador-Juazeiro para Piauí e Pernambuco) não havia serviço regular de correio, "como o que já se faz, desde muitos anos, ao longo da costa do mar, passando por Sergipe d' El Rei, Alagoas, etc para Pernambuco e Maranhão" (57-2º-296). Nos sertões onde existia, o correio tinha a característica da imp pontualidade, em face do estado das estradas e da lentidão dos meios de transporte. Em Juazeiro, o correio deveria " sair no 3º, 13º e 23º dia de cada mês, e chegar no 2º, 12º e 22º ", o que não acontecia, pois Burton relatou que, no dia 24, " não dava sinal de chegar, e quem se preocupava com aquilo?" (45-292). A Carinhanha, o correio deveria chegar nos dias 5, 15 e 25 de cada mês, "e essa distribuição trimensal é de regra no São Francisco. Naturalmente não se pode contar com a pontualidade " (45-226). Quando as cartas chegavam, precisavam de um local para seu recolhimento. Em Juazeiro, a agência postal ficava em uma loja de artigos secos, onde uma caixa de água de colônia,

sem fechadura, servia de depósito para as cartas (45-292).

Os mensageiros interprovinciais, no século XIX, eram os indígenas, "capazes de andar dia após dia, quase um mês, com pequenos repousos", com a vantagem de serem mais resistentes que os cavalos, em viagens longas (53-172). O indígena levava "uma espécie de canastra de couro atada com correias às costas" (52-2º-131), servindo, em geral, no correio do governo. O comércio, em regiões onde havia necessidade, mantinha seu próprio correio (52-2º-132).

No final do século XIX, começou a ser instalado, em alguns sertões, o telégrafo. Em 1894, Alagoas de Baixo, em Pernambuco, teve sua linha instalada, para desconfinança de alguns moradores, como José Vicente. Ele dizia que o telégrafo "só fazia mentir!" E se fosse nomeado delegado de polícia, seu primeiro ato seria mudar a estação telegráfica para o serrote do Feu d'Arco... "Se é para mentir, vá mentir no inferno" (377-21). Ulisses Lins de Albuquerque, o narrador da história, tinha essa opinião como estapafúrdia e contava que provocava gargalhadas, mas seria o único José a pensar assim, com relação aos novos meios de comunicação? Outras linhas telegráficas foram inauguradas no sertão. Na primeira década da República, criou-se a linha Pesqueira-alto sertão, em Pernambuco (377-196), e, em 1897, "a custo terminara-se a linha telegráfica de Queimadas" no sertão baiano (398-254).

II.2.5 - Comunicação e isolamento

Os moradores dos sertões nordestinos viveram sempre dispersos, isolados. No século XVII, em 1661, "muitas vezes vi

ve um morador distante do outro oito a dez léguas, e um freguês distante de sua paróquia quarenta, e uma povoação de outra cento e cinquenta, que tantas léguas há no Maranhão ao Pará sem haver em meio mais que a chamada vila do Gurupi, que não tem trinta vizinhos" (41-573). Até mesmo um sertão próximo ao mar, como o do Cairu, sofria ataques indígenas por serem "tão distantes as estâncias umas das outras, tão vastos os matos" (263-208).

No século XVIII, os moradores do sertão do Piauí viviam "pela maior parte dispersos e distantes três, quatro, e cinco léguas uns dos outros" (7-79). O isolamento dos sertanejos piauienses devia-se ao fato de as fazendas precisarem de muito espaço para o pasto, que rareava, em época de estiagem. A solução estava em "abrir estradas para outros Arraiais para assim melhor animar os futuros povoadores" (7-90).

No século XIX, os habitantes de Utinga "parecem todos separados do resto do mundo. O próprio caminho que leva ao povoado não é facilmente distinguido" (53-266). O sertão baiano foi visto como "isolado e quase desabitado", nas áreas percorridas por Wied Neuwied (59-2^o-430). O isolamento do sertão impediu que o criado de Spix e Martius se casasse com uma bela sertaneja, para limpar o sangue (57-2^o-420). Tal era a tônica das observações dos viajantes estrangeiros. No sertão havia "fazendas isoladas e situadas a grande distância uma das outras" (59-2^o-390), a caminho do litoral, no vale de Jequiriçá continuava o isolamento (59-2^o-437), presente no próprio litoral, em Nazareth "das Farinhas" (59-2^o-443).

Aires de Casal comentou sobre o sertão entre o Itape

curu e o Parnaíba: "como cada fazendeiro ou lavrador de ordinário tem as suas possessões em um só pedaço de terreno, também comumente ali habita com toda a sua família, e haveres: sendo cada vivente destas uma aldeia, e não poucas vezes assaz populosa em razão da escravatura" (276-2^a-187). As fazendas ficavam distantes umas das outras e seus moradores segregados.

Alguns sertanejos não se distanciavam meia légua do local em que viviam (49-325). Outros chegavam ao litoral, comportando-se de uma maneira que dava margem à criação de anedotas: um sertanejo foi a Aracati, no Ceará, e comprou pães, por que ouvira dizer que eram deliciosos. Descascou-os como bananas e os achou muito sem graça (52-2^a-141).

O isolamento, no entanto, foi negado por Ralph della Cava, ao examinar o sertão Crato-Icó, ao tempo do movimento religioso-popular do Padre Cícero. Nas pesquisas feitas por della Cava aparece um sertão de comerciantes de algodão em contato com o litoral e mercados mundiais: "desta perspectiva decorrem dúvidas que são levantadas implicitamente, quanto à validade de algumas hipóteses anteriores, segundo as quais os movimentos religiosos-populares estariam isolados geográfica e culturalmente, das estruturas dominantes no plano mundial e nacional" (400-20).

Neste trabalho defendemos que o sertão é amplo histórica e geograficamente e se o isolamento não cabe ao sertão do Crato e de Icó, em fins do século XIX, ou à Juazeiro, na Bahia, desde fins do século XVIII, ou ao sertão de Cabrobó ou de Caetité, o mesmo não é possível mencionar sobre todo o Sertão Nordestino. O que dá a tônica à área geográfica em estudo é o

isolamento secular, embora existam bolsões que, temporariamente, possuem comunicabilidade intensa, boa ou fraca, ou insulamento intenso. Por exemplo, o que se aplica ao sertão de Jacobina, em relação às estradas, no início do século XVII, não cabe à mesma área um século após, porque Manoá se transferiu para lá. Não podemos, também, generalizar o estado das comunicações em Jacobina, no primeiro quartel do século XVIII, para o sertão aurífero do Rio das Contas, que começava a se tornar promissor naquela época.

A tese, que Ralph della Cava defendeu, leva em conta determinada fração de tempo, em relação a um segmento do Sertão Nordestino. A integração do sertão do Crato-Icó-Juazeiro (do Norte), a níveis nacional e internacional, poderia conviver com o insulamento de Oeiras, de Canudos, de Utinga... Cabe salientar que o corte no tempo precisa levar em conta a mentalidade da população, formada desde séculos, transmitida de geração a geração. No sertão examinado por della Cava, havia moradores que sempre ali viveram, famílias que para lá foram de sertões mais isolados, pessoas que vieram do litoral e de sertões próximos ao mar em busca do "Padim Ciço" ou de trabalho. O sertão Crato-Icó-Juazeiro possuiu, também, seu momento de segregação, pois a estrada para Aracati, no litoral, era ruim, quando Gardner por ela passou, o que levava a região a se comunicar com a costa, através do sul de Pernambuco, utilizando os caminhos do sertão de Cabrobó.

O fato de a comunicação ser boa, em um determinado momento histórico, não descarta a influência de um isolamento secular. Já foi mencionado o estado de insulamento de populações'

sertanejas, entre os séculos XVII e XIX. No século XIX, quando os viajantes europeus percorreram alguns sertões, entraram em contato com a população e puderam observar a reação dela, em relação a regiões distantes, a outros idiomas, por exemplo. Koster, em uma de suas viagens, encontrou um grupo de sertanejos desejosos de conhecer o inglês, "um bicho que nunca tinham visto". No entanto, ficaram desapontados ao saberem que ele era inglês, uma vez que esperavam pelo criado John. O criado, vítima da curiosidade dos sertanejos, pôs-se a praguejar em inglês, ao que os homens exclamaram: "— Fala língua de negro" (53-134). Koster, também, se divertia com as idéias estranhas que os sertanejos possuíam de outros países, dos quais "sabem apenas o nome e, às vezes, algumas particularidades, mas de tal forma alteradas pela incompreensão, que tenho dificuldade em conhecer o que realmente pensam..."

(53-156). No sertão baiano, Wied Neuwied e sua comitiva tiveram os cabelos apalpados, foram olhados com ar estupefado e lhes perguntaram se sabiam ler, escrever, rezar, se eram cristãos, que língua falavam (59-2º-408). Apesar de os papéis de Wied Neuwied declararem sua cidadania alemã, ele foi preso como inglês, sendo provável que ninguém "suspeitasse que havia no mundo outros países além de Portugal e Inglaterra" (59-2º-441).

Tollenare confirmou a curiosidade em relação ao estrangeiro. Os habitantes do interior de Pernambuco ficaram com muita pena dele, porque não era batizado (58-70). Spix e Martius, a caminho de Oeiras, também foram olhados com estupefação (57-2º-410) assim como Burton, ao entrar no arraial de

Santo Inácio, no sertão baiano (45-267). Gardner comentou que, perguntado sobre vários assuntos, suas respostas eram recebidas com descrédito. Ao dizer que os navios a vapor ingleses eram feitos, inteiramente, de ferro, seu ouvinte respondeu que "no Brasil, ferro deitado na água sempre afunda" (49-109)

As notícias chegavam atrasadas aos sertões nordestinos. Gardner revelou que a província do Piauí demorou longo tempo para saber da independência do Brasil (49-220). A notícia da maioria chegou ao Pará um mês depois, com o auxílio do barco a vapor (52-29-230). Quando as notícias chegavam a um ponto da província, necessitavam ser veiculadas, o que era realizado de modo lento. Em Boa Vista, perto de Juazeiro, no rio São Francisco, em outubro, os últimos jornais eram de setembro, apesar de a localidade estar a 200 milhas da navegação a vapor (45-303).

Existia o isolamento geográfico, representado pelos campos gerais, pelas montanhas, pela semi-aridez e pelas distâncias. Também havia o insulamento cultural, decorrente do primeiro e da lentidão dos meios de transporte. O isolamento não era restrito ao interior do sertão, porque existia em sertões próximos ao mar. No entanto, quanto mais remoto estava o sertão, mais intensamente era atingido pelo isolamento.

II.2.6 - Intercâmbio litoral-Sertão Nordestino

Estas estradas citadas eram percorridas por pessoas utilizando os meios de transporte disponíveis em suas épocas. Levavam o gado para a feira litorânea, participavam de um "comboi" em direção ao sertão aurífero ou, ainda, varavam os

caminhos à procura da sobrevivência ou do vizinho distante. As pessoas notavam diferenças no meio ambiente e no modo de viver entre a região que deixavam e aquela em que penetravam. Pousavam em aldeias e vilas que recebiam prazenteiramente os viajantes das duas direções, dando-lhes alívio, preparando-os para a travessia, recebendo seus produtos para a venda. O intercâmbio estabelecido entre as duas áreas lembra a opinião emitida pelo procurador da Coroa, em 1720: os habitantes do sertão das minas não podiam "viver nem conservar-se sem o comércio das praias" (210-219).

Dentre as localidades prazenteiras, citamos a vila da Cachoeira, centro dispersor de estradas seculares para vários sertões, que recebe viajantes de ambas direções, que transitam ou ficam, por exemplo, para estudar. Em fins do século XVIII existia, ali, um seminário para atender estudantes pobres vindos do sertão, cuja fundação fora no século XVII (310-301). A vila da Cachoeira era o local onde as tropas descansavam, antes de seguirem viagem para Salvador (59-2º-446), porto exportador de produtos sertanejos. Na vila, as tropas eram abastecidas de mercadorias européias (56-2º-270).

Recife era outro porto exportador de produtos vindos de outros sertões nordestinos. No entanto, Bom Jardim, cerca de vinte e cinco léguas de Recife, era "o grande ponto de encontro para os mascates que vêm dos sertões e de outras partes mais longínquas" (53-270). Ali, os agentes compravam o algodão não descaroçado, colocavam-no em máquinas e o embalavam (58-121). As localidades perto do Recife tornavam-se sedes de feiras, locais de pouso, antes da entrada na cidade, como Bom

Jardim, ou Goiana, onde os matutos, "habitantes dos matos", iam vender os produtos e comprar manufaturas (53-82); ou Dois Rios, a duas léguas de Goiana, com uma feira semanal de gado sertanejo (53-97); ou Limoeiro, vila próspera com considerável comércio com o interior (53-275). Em Itabatinga, perto de Igarapé, havia uma feira de gado, que parecia ser prolongamento daquela de Pedras do Fogo, a sete léguas de Goiana. A feira de Itabatinga era tão concorrida que era comum "abaterem sessenta ou setenta bois para o seu sustento" (52-2º-129).

Através da bacia sanfranciscana, os pontos próximos ao litoral serviam de contato entre as duas regiões. Em Propriá, a cada sábado havia uma feira cujos produtos eram trazidos por terra ou pelo rio do interior (49-97). Em Penedo, existia uma feira que atraía "grande afluência de pessoas das terras rio-acima e rio-abaixo", "trazendo couros, açúcar grosso, vasos de barro, fumo e uma quantidade de outros artigos, que são expostos à venda em barracas na larga praia de areia que orla a cidade. Penedo é um porto de escala para vapores que passam por Bahia e tem comunicação a vapor rio-acima até Piranhas" (50-435). Várzea Redonda era outra localidade em que havia feira todos os sábados, para a qual os sertanejos vinham a cavalo e aproveitavam para assistir à missa dominical (45-338).

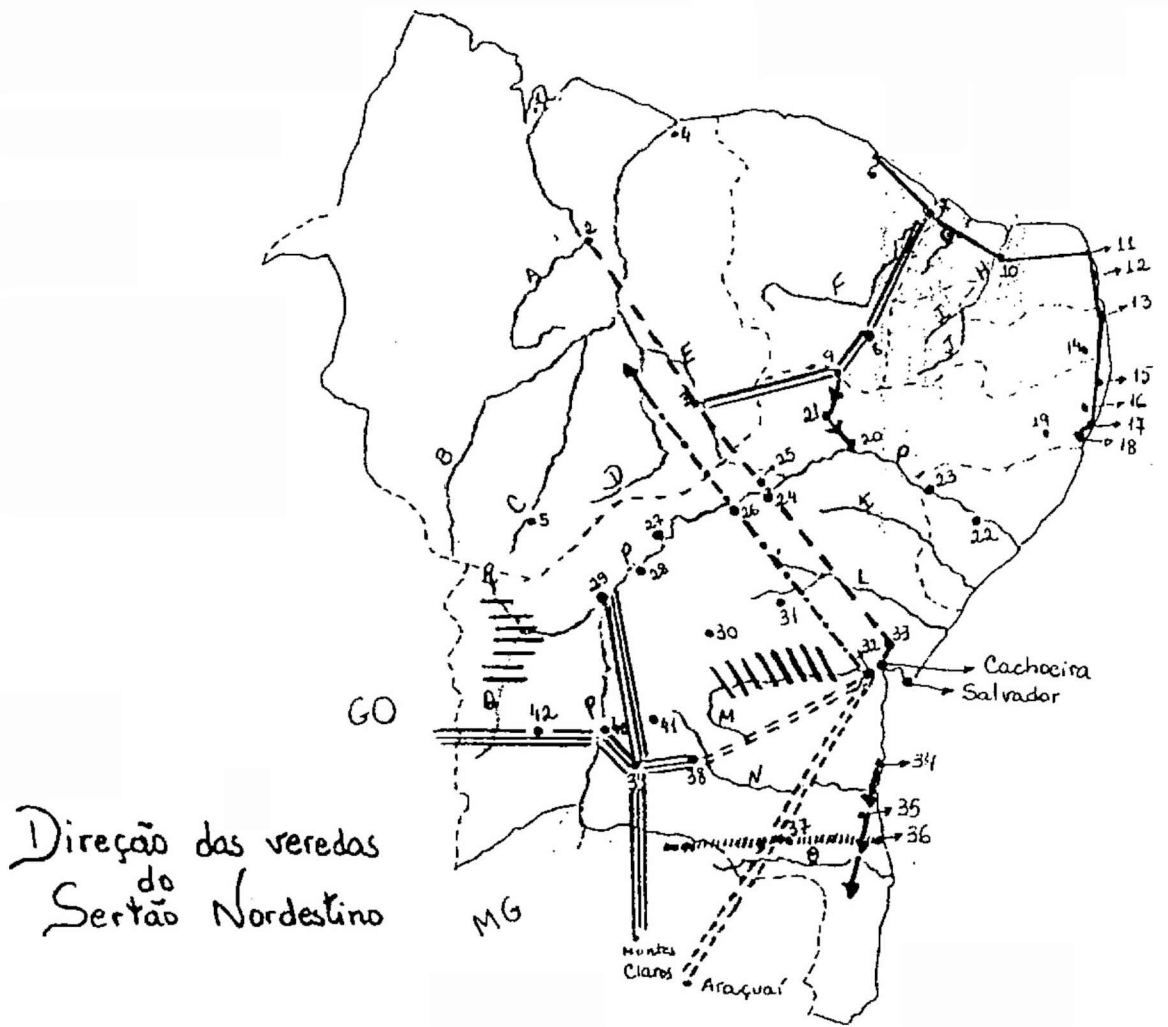
Houve, também, feiras em locais longe do litoral, como no arraial de Santo Inácio, na Chapada Diamantina. Ali, todas as segundas-feiras, realizava-se uma bem movimentada, atraindo gente de muito longe. Em 1867, a feira apresentava -

um movimento de £ 150 a £ 200: "Os preços são altos: o que custa 0\$100 no litoral, ali custa 1\$000" (45-267).

Burton identificava o litoral à civilização, cujo modelo era europeu. A caminho de Sobradinho, ele foi despertado para o fato de o patrão da barca do São Francisco usar "velhas roupas de procedência francesa, sinal de que estávamos nos aproximando da civilização" (45-283). O que era sinal também, de um litoral que se reeuropeizava e se distanciava de costumes que, por séculos, foram sertanejos e litorâneos. Ao continuar a percorrer este trecho do sertão baiano, o referido viajante ficou "surpreendido de ver tantas provas de civilização" onde, segundo se supõe no Rio de Janeiro, o atraso é total" (45-283). O comentário de Burton evidenciava, mais uma vez, um distanciamento entre o litoral e o sertão.

Contatos entre as duas áreas havia, muito lentos, lentos, um pouco mais rápidos com o trem ou o barco a vapor. Ora o litoral procurava o sertão para adquirir gado, extrair riquezas, acalmar os indígenas. Ora o sertão contactava o litoral, pois, como no século XVIII, o sertão não vivia sem a marinha (210-219).

Entretanto, as expressões "bonito pra chover" e "o tempo está ficando feio. Vai chover" (467-56) traem as diferenças, entre a maioria dos sertões nordestinos e o litoral, que os melhores meios de comunicação não apagam



Direção das veredas
do
Sertão Nordestino

LEGENDAS

Localidades:

- | | |
|--------------------------|--|
| 1 São Luís | 22 Propriá |
| 2 Caxias (Aldeias Altas) | 23 Piranhas |
| 3 Oeiras | 24 Juazeiro |
| 4 Parnaíba | 25 Petrolina (ex-Passagem do Juazeiro) |
| 5 Parnaaguá | 26 Sento Sé |
| 6 Fortaleza | 27 Pilão Arcado |
| 7 Aracati | 28 Xique-Xique |
| 8 Icó | 29 Barra |
| 9 Crato | 30 Morro do Chapéu |
| 10 Açu | 31 Jacobina |
| 11 Natal | 32 São Félix |
| 12 São José de Mipibu | 33 Feira de Santana |
| 13 Mamanguape | 34 Camamu |
| 14 Itabaiana | 35 Poções |
| 15 Goiana | 36 Ilhéus |
| 16 Paulista | 37 Vitória da Conquista |
| 17 Olinda | 38 Rio das Contas |
| 18 Recife | 39 Caetité |
| 19 Palmares | 40 Bom Jesus da Lapa |
| 20 Cabrobó | 41 Paramirim |
| 21 Ouricuri | 42 Santana |

Rios:

- | | |
|-----------------------|------------------------------|
| A Itapecuru | J Piancó (afluente) |
| B Parnaíba | K Vaza-Barris |
| C Gurguéia (afluente) | L Itapecuru |
| D Piauí (afluente) | M Paraguaçu |
| E Canindé (afluente) | N das Contas |
| F Jaguaribe | O Pardo |
| G Apodi | P São Francisco |
| H Açu | Q Grande (afluente) |
| I Piranhas (afluente) | R Preto (afluente do Grande) |

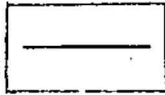
Caminhos:



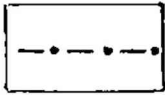
Rios Grande e Preto comunicavam Parnaguá com os sertões sanfranciscanos.



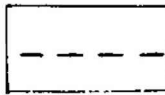
Primeiras estradas para o sertão cortavam a bacia (Spix e Martius).



"Grande estrada do Sertão" (Koster).



Travessia Velha, para a boiada (Miguel do Couto, João Pereira Caldas, Spix e Martius).

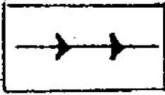


Travessia Nova, para a boiada, era mais freqüentada (João Pereira Caldas, Vilhena, Theodoro Sampaio, Spix e Martius).

(nas proximidades dessas Travessias, existiam mais três veredas para o gado passar, ao tempo de João Pereira Caldas; foram citadas, também, por Spix e Martius, sendo de difícil localização, em vista da toponímia modificada).



Ligação de Oeiras com Aracati (Gardner).



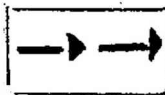
Ligação de Crato e Icó com Cabrobó. Em Ouricuri passava uma estrada real (Gardner).



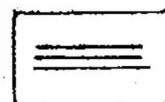
Ilhéus - interior da Bahia e Minas Gerais (Wied Neuwied).



Ligação vila da Cachoeira-Minas Novas (Vilhena).



Ligação Camamu-sertões da Ressaca-Gavião-rio Pardo (Vilhena).



Caminhos na rica região da chapada Diamantina (Theodoro Sampaio).

CAPÍTULO III - Lei e violência

Desde o século XVII, os sertões nordestinos recebiam homens que se ocupavam com o gado ou com a mineração. O "indulto do sertão" (114-327) também atraía "criminosos", "foragidos", "régulos" e "facinorosos", nomes que surgiram das fontes pesquisadas. O capítulo trata das dificuldades surgidas no relacionamento da população ordeira com os que estavam escudados no sertão. Examina, também, os esforços da metrópole para proteger os primeiros e tentar prender os segundos, em face da lentidão nas comunicações e do isolamento das populações.

III.1 - Crime nas Ordenações do Reino.

Houve necessidade de esclarecer o que os documentos queriam expressar com vocábulos como "facinorosos" ou "criminosos". A partir de 1514, as Ordenações Manuelinas e, após 1603, as Filipinas serviram de base à governança e determinaram o que era crime e qual a punição.

O título III, nas Ordenações Manuelinas, e o título VI, nas Ordenações Filipinas determinavam que o "mais abominável crime" (319-15/320-236) era o de Lesa Majestade, traição cometida contra a pessoa do rei ou de seu "Real Estado", incluindo os capítulos de segunda cabeça. Os capítulos eram referentes a desrespeito, desobediência aos oficiais de justiça, bem como aos assassinatos dessas autoridades, o que acontecia freqüentemente nos sertões nordestinos.

Outro crime praticado pelos sertanejos nordestinos e previsto no título VI da legislação Manuelina e no títu-

lo XII da recompilação Filipina era "o fazer-se moeda falsa" . Assim era denominada "toda moeda que não é feita por Nosso Mandado, em qualquer maneira que se faça, ainda que seja feita da quella forma, e matéria, de que é feita a Nossa verdadeira moeda, que se faz por Nosso Mandado" (319-29/320-247). A pena imposta aos infratores era morte natural por fogo e confisco de bens. O cerceio da moeda, que tanto preocupou as autoridades coloniais em vista de sua prática nos sertões-inclusive no Sertão Nordestino-constava das Ordenações como delito. Nos citados títulos III e XII, das Ordenações Manuelinas e Filipinas, respectivamente, figurava: "todo aquele que cercear moeda d'ouro, ou de prata, ou a diminuir, ou corromper por qualquer maneira, se as cerceaduras ou diminuições que assim tirar, quer juntamente, quer por partes, valerem mil reais morra por ele morte natural, e perca todos os bens" (319-31/320-249).

Crime bastante generalizado nos sertões nordestinos, em vista das distâncias e de "serem os sertões todos portas" (282-29), era o desrespeito aos juizes ordinários, vereadores e demais autoridades que administravam as vilas. Os títulos XXXVI, nas Ordenações Manuelinas, e XLIX, na legislação Filipina, previam que, se o infrator ferisse qualquer das autoridades, ao resistir a uma ordem, teria decepada uma das mãos (319-102/320-290).

As Ordenações Manuelinas (título XLIV) regulamentavam em "que casos se procederá por editos contra os malfeitores, que se absentarem ou acolherem às casas dos poderosos, para não serem presos, nem citados em pessoa. E dos que os encobrem depois que são condenados" (319-144), o que era frequentemente

desrespeitado no Sertão Nordestino.

A população ordeira reclamava da constante presença de "vadios", no Sertão Nordestino. Segundo os títulos LXXII e LXVIII, das Ordenações Manuelinas e Filipinas, consecutivamente, vadio era "qualquer homem que não viver com senhor, ou com amo, nem tiver ofício, nem outro mister em que trabalhe, e ganhe sua vida, ou não andar negociando algum negócio seu, ou alheio, passados vinte dias do dia que chegar a qualquer Cidade, Vila, ou Lugar... seja preso e açoitado publicamente; e se for pessoa em que não caibam açoites, seja degredado para as partes de Além por um ano" (319-224/320-327).

A proibição, constante do título CVI das Ordenações Manuelinas, relativa a um homem, de qualquer condição social, trazer consigo homens armados em tempo de paz (319-309), era visivelmente desobedecida no Sertão Nordestino.

III.2 - "Bandido" para Hobsbawm e "facinoroso" no Sertão Nordestino

Hobsbawm utilizou em seu livro o termo "bandido" (422), inclusive para denominar os indivíduos que agitaram os sertões nordestinos. Concordamos com o autor, quando se referiu ao banditismo como oriundo de "áreas remotas e inacessíveis, tais como montanhas, planícies não cortadas por estradas, áreas pantanosas, florestas ou estuários, com seu labirinto de ribeirões..." (422-14) e acrescentamos as áreas semi-áridas, de difíceis travessias.

O referido autor analisou o banditismo como favoreci

de pela "ineficiência administrativa e burocrática" (422-14) , porque as autoridades eram naturais do lugarejo onde atuavam . A ineficiência, também, decorria da facilidade de o criminoso fugir para outra jurisdição (422-15), o que foi um constante problema para as autoridades coloniais.

No entanto, os transgressores que surgiram das fontes examinadas não eram todos filhos das regiões em que se abrigavam, como acontecia aos bandidos analisados por Hobsbawm. Alguns "facinorosos" vinham de outros sertões e parte considerável era originária do litoral, além de não haver possibilidade de generalização quanto à condição de oprimidos e explorados.

Houve registros, quanto aos "criminosos" do Sertão Nordeste, que demonstraram a impossibilidade de todos serem enquadrados como pessoas oprimidas. Em 1710, o sargento-maior Fernão Pereira de Macedo e o coronel Bernardino Cavalcante de Albuquerque eram procurados por minerarem nas terras de Isabel Guedes de Brito e de Garcia de Ávila Pereira (94-285). Em 1721, Luís Cardoso Balegão fora preboste geral (239-289), mas, em 1728, era enforcado como um perigoso "facinoroso", que percorria os sertões nordestinos com mais de quarenta escravos fugidos (161-48). Em 1734, o sargento-maior Cristóvão Ribeiro cometia delitos na vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio das Contas, o que exigia reparos para acalmar a população (250-25). Nem explorado ou oprimido era Manuel Nunes Viana, quando passou a ser descrito como um "régulo", muito beneficiado pela ineficiência da máquina administrativa e pelas condições seculares de difíceis comunicações. Em 1723, o "régulo" estava tão bem escudado no sertão, que a solução encontrada foi

o oferecimento de um cargo, semelhante ao que tivera, a fim de que desse azo para sua prisão, ao cometer delitos semelhantes, estando as autoridades prevenidas (212-69).

Hobsbawm afirmou que o banditismo, no Nordeste, entrou em fase epidêmica após 1870, atingindo o clímax no primeiro terço do século XX (422-18). Refutamos o século XIX como epidêmico, em vista dos dados numéricos e do clima de violência que os documentos referentes ao século XVIII deixaram registrados. Em 1712, na jurisdição de Pernambuco, havia 2621 criminosos (213-122); entre 1712 e 1720, nas vilas de Jacobina e de Rio das Contas ocorriam "mais de setecentas mortes violentas" (286-367); em 1718, na Jacobina, encontravam-se 2000 homens "avenedissos (sic) criminosos e foragidos" (208-103); em 1722, na capitania do Rio Grande, eram contados 506 criminosos (216-179). Se a Chapada Diamantina só atrairia "gente de toda espécie", a partir de 1844 (56-141), os sertões auríferos de Jacobina e Rio das Contas já se agitavam no século anterior. Inclina-mo-nos pela hipótese de que o período epidêmico em violência, no Sertão Nordestino, corresponde ao século XVIII, quando a busca da lendária Manoa atraiu muitas ambições e esperanças, criando um clima violento, que a correspondência variada transcrita no capítulo deixou transparecer.

III.3 - "Régulo" e cangaceiro

Hobsbawm fez referência ao Sertão Nordestino como a "região clássica dos cangaceiros" (422-22). No presente trabalho, levantamos a hipótese de que os termos cangaceiro e jagunço são denominações mais modernas para designar um elemento es

trutural que, pelos sertões nordestinos do século XVIII, era chamado "régulo". Em 1711, o "régulo" Estêvão de Abreu de Lima cometia "vinte e tantos delitos" (124-106). Em 1721, José Nogueira e "sequazes" eram procurados por "roubos, insolências e mortes" nas ribeiras do Açu, Piranhas e Apodi (240-305). Em 1724, Vidal Afonso era resgatado, a caminho da prisão, em Jacobina, por "setenta e cinco homens armados com armas de fogo" (133-258). Em 1725, Luiz Cardoso Balegão adquiria a fama de "um dos régulos mais prejudiciais que tem todo o sertão" (138-195). No século XIX, a denominação "régulo" continuaria, porque, em 1800, a prisão de "levantados régulos", que infestava o sertão do Acaracú e vários distritos do Ceará, era ordenada (158-195).

O vocábulo "régulo", desde o século XVIII, foi dicionarizado. Em 1720, foi registrado por Raphael Bluteau como "Rei ou Príncipe, & Senhor de um pequeno Estado" (327-VII-s/v). Com o mesmo sentido chegou ao século XIX: "pequeno rei: soberano de um Estado bárbaro ou semi-bárbaro" (339-II-s/v); ou "Rei sinho, reisetete, rei de um pequeno Estado, de poucas forças, e poder" (354-II-s/v). É uma palavra de origem latina.

Brasileiros são os vocábulos jagunço e cangaceiro, que começaram a ser registrados no século XIX. Em 1879, na vila de Monte Alto, no sertão baiano, Theodoro Sampaio observou que ela estava quase abandonada pelos habitantes, refugiados nas fazendas e "receiosos de um assalto de jagunços" (56-99). Em 1889, Beaurepaire-Rohan fez referência a jagunço como termo próprio da Bahia, "o mesmo que capanga" (326-s/v) e a cangaceiro, como vocábulo próprio do Ceará, "homem que carrega Canga -

ço, isto é, armas em excesso afetando valentia" (326-s/v). Candido de Figueiredo, também, colocou iagunço como sinônimo de capanga (339-II-s/v). No entanto, quem melhor explicou os termos foi Pereira da Costa:

"Cangaceiro - malfeitor reunido em quadrilha, que infestava as estradas do interior, atacando os viajantes, e até mesmo as propriedades e povoados, retirando-se com os despojos de suas rapinas, e não raro deixando vítima das lutas travadas. Gente de má índole, estúpida, perversa, presta-se assalariadamente a vingança de alheias e ruins paixões..."

(332-s/v).

Pereira da Costa citou Alfredo de Carvalho, para quem as pessoas de má índole, dos sertões do Piauí aos da Bahia, "são chamados diversamente pelos nomes de valentões, iagunços ou cangaceiros" (332-s/v). Ao examinar o vocábulo iagunço, Pereira da Costa referiu que o termo fora dicionarizado por Beau repaire-Rohan e Aulete, acrescentando que "já o termo era corrente ao aparecimento dos dicionários daqueles dois escritores" (332-s/v).

De régulos a cangaceiros e iagunços. O cangaço era a violência sertaneja estrutural, combatida por um aparelho policial mais forte e que, mesmo assim, tinha idênticos percalços aos dos juízes e ouvidores nas travessias, nas estradas pedregosas e espinhentas. Era a violência secular alardeada por meios de comunicação mais rápidos, e esquecida por um litoral já aquietado, que ficou surpreso e reagiu. Assim como o vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes fizera com os régulos, usando os meios que possuía na época, também reagiu a autori-

dade republicana, com os seus.

III.4 - Fuga para o Sertão Nordestino e acoitamento

O "criminoso", o "régulo", o "facinoroso" tinham aliados. A vastidão, os mocambos, as aldeias indígenas, os espinhos e a floresta, a lenta comunicação tornavam o Sertão Nordeste um esconderijo perfeito. No século XVI, em 1554, "sin licencia del Governador osaron dos hombres yrse por el sértan dentro quasi como desesperados y enhadados de su distierro..." (307-55).

No século XVII, a serra de Ibiapaba abrigava indígenas e era um "refúgio conhecido e valhacouto seguro de malfeitores" (40-462). Entretanto, o sertão de Palmares estava mais efervescente, "tanto pela multiplicação dos que para eles (Palmares) se retiraram há perto, ou mais de cem anos; como pelos que em todo este tempo têm fugido para eles; uns levados do amor da liberdade, outros do medo do castigo, alguns induzidos pelos mesmos negros e muitos roubados nas campanhas por eles" (305-160).

Os fugitivos setecentistas procuravam sertões mais interiores. Em 1734, Caetano de Bastos cometia um assassinato no Recôncavo e fugia para as barreiras de São Romão, distrito de Minas Gerais (247-310). Em 1735, Tomé Pereira Pinto foi a Serra Fria cobrar certa quantia e com ela "se ausentara para o sertão" (252-78). Segundo João Pereira Caldas, a presença de fugitivos nos sertões decorria, também, do fato de ser pouco o ouro extraído. Os mineiros ficavam sem condições de pagarem as dívidas, perdendo tudo e mudando para outras minas. Para "não

pagarem no corpo o que lhes faltam em ouro, vão por último refugiar-se nos mais remotos Sertões. Freqüentemente se está vendo vagar por eles a muitos destes indivíduos sustentados à custa dos Sertanejos" (7-97).

Dentre os fugitivos, alguns se tornavam "acoitados sujeitos" e inúmeras eram as queixas contra o fato, principalmente no século XVIII, quando o povoamento de alguns sertões foi mais intenso. Contudo, desde o início da colonização, cada capitania hereditária possuía o direito de couto e homízio, prerrogativas dos "lugares mal povoados do reino" (411-32). Em 1717, Sergipe era "um diabólico país", levando à necessidade de um juiz de fora para Penedo, "que fica da outra margem do rio de São Francisco", porque os moradores de Sergipe faziam "mil insolências", "com o seguro de que da outra parte do rio têm todo o abrigo, de tal forma, que quem mais mata é o que mais depressa se respeita, e ocupa os postos da governança" (207-82). Em 1719, os moradores da ribeira do Jaguaribe reclamavam dos "acoitados sujeitos", que eram ajudados pela falta de correições e pela falta de autoridades (215-149).

A situação aflitiva dos moradores sertanejos não escapava ao conhecimento do rei, que, em 1728, escrevia ter mostrado "a experiênciã os grandes e atrozes delitos que têm cometido nas capitãniã desse Estado muitas pessoas facinorosas, dando ocasiã a se freqüentarem e refugiarem-se para os matos, mudando-se de umas capitãniã para as outras e por ser conveniente a meu real serviço e ao sossego e paz dos meus vassallos e evitar-se a assistênciã de semelhantes delinqüentes. Me pareceu ordenar-vos (Vasco Fernandes Cesar de Menezes) recomendeis

aos capitães-mores das terras do sertão desse governo tenham muito especial cuidado em prender os que se refugiam para eles, inquirendo donde vieram e observando o que dispõe a ordenação do Reino..." (287-365).

O vice-rei e as demais autoridades faziam esforço para cumprir as ordens régias. No entanto, por "serem os sertões todos portas" (202-29), em 1737, o problema do acoitamento era tão generalizado, na capitania de Pernambuco, que o governador precisava lançar um Bando "proibindo que os moradores consintam vagabundos em suas casas e que alguém, embora rico e poderoso, os possa recolher em número maior de dois, quer sejam brancos, pardos ou negros" (294-190)

No século XIX, o problema prosseguia, com fugas para outras capitanias (ou províncias, após 1821), o que garantia aos "criminosos" escaparem à jurisdição da força policial. As ações isoladas das autoridades não surtiam efeito, como o edital de 8 de janeiro de 1840, assinado pelo Presidente do Ceará: "Toda aquela pessoa que 15 dias contados da data desta em diante chegando a esta vila (Fortaleza), quer venha doutra vila desta capitania, quer venha doutra capitania não apresentar o competente passaporte ou guia, assinado pelo seu Juiz Ordinário, e se for de Povoação onde não haja Juiz pelo comandante dela, será preso na cadeia desta vila, onde será conservado como vadio até se lhe dar destino, e empregado entretanto na limpeza desta vila ou em outra qualquer faxina, mas fazendo-se suspeito por trazer armas proibidas será preso e empregado nas obras das fortificações de Mocuripe até que haja ocasião de o mandar sair da capitania" (463-1^a-463). Os presidentes das

províncias passaram, então, a adotar a ação conjunta, como, em 1878, fazia o presidente do Ceará, convidando os da Paraíba, Rio Grande e Pernambuco a participarem do combate à violência (439-85). "Os diversos sertões do interior do continente" (42-12-266) abrigavam, também, aqueles que não desejavam o recrutamento, e as asperezas do Sertão Nordestino protegiam, como no século XVII, as choças dos escravos fugidos (53-21º). Os "acoitados sujeitos" passavam a "jagunços".

III.5 - Indígena, Terço de paulistas e violência

O sertão, que os fugitivos quinhentistas encontraram não estava pacífico, porque "não se pode numerar nem compreender a multidão de bárbaro gentio que semeou a natureza por toda esta terra do Brasil; porque ninguém pode pelo sertão dentro caminhar seguro, nem passar por terra onde não ache povoações de índios armados contra todas as nações humanas..." (18-48). Os sertões próximos ao mar, também, possuíam aguerridos bárbaros, como os tupinambá, inimigos entre si. Os tupinambá que "se aposentaram entre o rio de São Francisco e o rio Real se declararam por inimigos dos que se aposentaram do rio Real até a Bahia, e faziam cada dia cruel guerra..." (36-2º-241).

A proporção que os jesuítas, bandeirantes, mineradores e criadores se adentravam pelos sertões do século XVII, iam contactando com as tribos que lá viviam, já tangidas do litoral, ou que lá possuíam seu habitat. Da serra da Ibiapaba, que abrigava indígenas aliados dos holandeses (40-462), até o Maranhão "tudo está cheio de selvagens, que a todos matam ou cativam; entram porém com eles algum destroutos índios de paz, quando vão tra-

tar algum resgate ou coisa semelhante, mas com grandes cautelas dos tapuias, que de ninguém confiam..." (13-122). Muitos esforços foram despendidos, prolongando-se pelos anos setecentos, para que a situação da região não constituísse um obstáculo à comunicação terrestre Estado do Maranhão-Estado do Brasil. Nas proximidades do litoral, os moradores do Recôncavo, da vila do Cairu e sertões lutaram quarenta anos contra o genócio, necessitando que os paulistas auxiliassem. Os indígenas foram perseguidos até seus redutos mais interiores, "mais de 100 léguas de suas aldeias" (151-125). Contudo, por vezes, tribos desconhecidas, moradoras de sertões além daqueles percorridos pelos paulistas, atacavam algum curral às margens do São Francisco.

Aos ataques indígenas as autoridades impunham o Terço de paulistas, que constituía mais um fator de violência, porque, além da tática de combate utilizada e temida, ao Terço eram prometidas terras. Em 1688, um Terço era formado para defender os sertões do Rio Grande do Norte, possuindo seus integrantes como atrativo as "mais seguras mercês que podem esperar na grandeza de Sua Majestade" (71-345). Após um período de cinco anos de lutas, pela idade avançada de Matias Cardoso, mestre de campo, houve retraimento das ações, que lançaram os sertões ao desamparo. Em 1699, Morais Navarro retomava a tarefa de expulsar os bárbaros.

Com o reinício da guerra, houve muita reclamação por parte dos proprietários de terra, que se viam ameaçados pelos paulistas, nos sertões do Açu: "As terras que por ordem de Sua Majestade prometi (D. João de Lancastro) aos paulistas, são as

que eles conquistarem aos Bárbaros, sem que se prejudique aos moradores dessa Capitania (Rio Grande), nem se falte à promessa que se fez; o que importa é, que eles fiquem livres dos ditos Bárbaros que as senhoreiam, para que todos se acomodem muito à sua vontade, pois a minha é, que uns, e outros não tenham a menor queixa" (81-39). "Veja Vossa Senhoria (governador de Pernambuco) que todos os interessados nas terras do Açú, são declaradamente opostos ao dito Terço, e me consta procuram a ...iná-lo (sic) por qualquer caminho que seja... Ao mestre de Campo aviso, não faça guerra, mais que aos Bárbaros do Rio Grande" (82-90).

O governador do Brasil, D. João de Lancastro, procurava defender o Terço e seu mestre de campo, Manuel Alves de Moraes Navarro, nas desavenças com os donos de terra. Os proprietários não podiam ocupar os sertões do Açú, Piranhas e Jaguaribe em vista dos ataques do gentio e conheciam as intenções dos paulistas em relação à recompensa, através de doação de sesmarias. As reclamações chegaram até Lisboa, cabendo ao rei ordenar, a 15 de dezembro de 1700, que o governador extinguisse o Terço "assistente no Açú", e restituísse "aos moradores do Rio Grande as terras que o dito Mestre de Campo lhes tivesse tomado" e "porque não só não destes a execução a esta minha ordem (3 de janeiro de 1700) mais ainda aprovais as insolências que o dito mestre de campo está fazendo, me pareceu estranhar-vos muito o não dardes logo cumprimento à dita ordem" (150-118). Moraes Navarro foi preso em 1701 e solto em 1703, ficando o Terço sob o comando de José de Moraes Navarro, seu irmão.

Outras vezes, o Terço servira à Coroa, sem notícia de questões com proprietários de terra. Por vários anos, os paulistas defenderam o sertão do Recôncavo e da vila do Cairu sob ataques indígenas (151-125).

A violência do gentio formava o pano de fundo ante o qual a colonização portuguesa se desenvolvia, assim como as tentativas holandesas e francesas de ocupação da terra. As tribos eram aliadas de uns e de outros europeus, atacavam as populações litorâneas e sertanejas, sendo, então, perseguidas e levadas a se refugiarem no interior do sertão. De outro modo, a inimizade entre os bárbaros servia aos colonizadores portugueses, porque tribos exterminavam outras, ou aldeias indígenas ' amigas poderiam servir como barreiras entre a população branca e os aguerridos gentios (151-123). O clima de violência gerado pelos choques com os "Bárbaros" contribuía para armar a população branca, que até o século XIX teve permissão para portar armas.

No entanto, a violência pré-existente aos portugueses possuía uma natureza e um grau diferentes daquela implantada nos sertões nordestinos. A violência, que era instalada pelos "facinorosos", "destemidos vagabundos", "acoitados sujeitos", "criminosos", estava ligada à falta ou à dificuldade de comunicação, tornando a ação da Lei bastante lenta e, muitas vezes, inexistente. O isolamento das populações sertanejas contribuía para tornar cada homem responsável pela sua sobrevivência e de seus dependentes.

As dificuldades para aplicação da Lei eram inúmeras, algumas decorrentes das grandes distâncias e da secular falta de comunicação.

No século XVII, os sertões remotos do Piauí começavam a ser conquistados e, no século seguinte, a população disseminada tornava difícil a cobrança dos dízimos. Os contratadores recorriam ao rei, "visto como são aqueles lugares ermos e só povoados de gentio, aqueles moradores poderosos e os suplicantes com poucas forças e só se pode ajudar da voz de Sua Majestade e da pena que impuser aos desobedientes" (231-183). No entanto, a violência dos moradores não diminuiu, porque, no século XIX, os proprietários das fazendas de gado do Maranhão e do Piauí, "situadas em distritos tão longínquos, são às vezes turbulentos, e um destacamento de soldados, enviado para prender um desses homens, voltou sem efetuar seu objetivo" (53-246).

Enquanto os sertões do Piauí estavam sendo conquistados por Domingos Afonso Sertão, seu irmão e pessoas ligadas à Casa da Torre, as cidades da Paraíba, Rio Grande e a Ilha de Itamaracá, sujeitas à relação da Bahia e distantes dela duzentas e trezentas léguas, tinham muita dificuldade em apelar. A comunicação por mar esbarrava na falta de embarcações e dependia das monções, enquanto que por terra, os moradores "faziam grandes dispêndios e muitas vezes se não apelava, nem agravava, ou por se não fazerem estes gastos, ou pelas partes por sua pobreza não poderem levar à Bahia as suas causas" (132-64). Assim, o príncipe ordenava ficassem as ditas cidades sujeitas ao ouvidor de Pernambuco, a partir de 17 de junho de 1682 (132-64). Tal problema fora levantado por Ambrósio Fernandes

Brandão, que referira ser mais rápido e fácil mandarem-se papéis ao Reino, do que apelar à Relação da Bahia. A maioria da população tinha parentes em Lisboa ou adjacências, bastando mandar um caixote de açúcar para as despesas, enquanto era preciso ir pessoalmente à Bahia, com muitos gastos e levando "dinheiro de contado, que custa muito a ajuntar-se no Brasil" (6-69).

Ainda no século XVII, o sertão de Palmares e Rodelas, não muito distante da costa, estava isolado pela presença da mata e do efervescente quilombo. Palmares resistiu a vários ataques portugueses e holandeses, reunindo negros desde o século XVI e acabando por cair frente aos paulistas. Em 1696, Palmares estava em luta, agitando a região, sobre a qual se fez um rol de mortes. Do documento constavam dezesseis óbitos, um dos quais fora natural e os demais por espingarda, em decorrência do temperamento dos habitantes brancos. Os moradores só não agiam pior, porque o indígena forçava alguma união entre eles, vivendo todos soltos, sem temor à justiça divina e sem conhecer a da Terra, que lá não chegava (312-354). Passados os séculos, em 1842, o presidente da província de Alagoas expulsava seiscentos e oito vagabundos e delinquentes e "ninguém se sentia seguro, principalmente nos sertões" (52-2º-61), situação semelhante àquela do século XVII.

No século XVIII, a Paraíba constituía uma comarca de muitos problemas. Em 1733, o ouvidor da comarca informava ao rei das dificuldades de uma correição aos sertões de Piranhas e Piancó: "...que a distância passava de cento e trinta léguas, sendo sertões indômitos com dificultosos caminhos, habi-

tados a maior parte de gentios sem persistência na paz, pois de contínuo se estavam (sic) com os moradores brancos, havendo em muitas partes distância de trinta léguas que obrigava (por falta de povoação) a passar muitas noites nos campos em barracas com grande perigo de cobras, onças e porcos do mato, e sujeição de diversas qualidades de bicharia que causava nos corpos grande detrimento, dificultosa passagem em partes de muitos rios pelo caudaloso deles e em outras tal falta de água capaz de se beber, que era necessário prevenção dela, para oito dias ao menos" (218-117).

Os moradores sentiam, também, as dificuldades da travessia e desejavam a autoridade mais perto. Em 1754, os moradores das ribeiras do Apodi e Açu estavam consternados com a falta de quem lhes administrasse a Justiça. Pediam um juiz ordinário e um escrivão, tal como possuía o sertão do Piancó, já que compreendiam quatrocentos e cinqüenta fogos, só na freguesia. Havia uma "extensão de cento e tantas léguas à cidade do Natal donde é distrito, tendo travessias por onde muita parte do ano se não anda e por isso inabilitados para recorrerem às justisas" (190-180). Para atender à solicitação, um juiz foi enviado ao Açu, mas os problemas causados pelas difíceis comunicações continuavam afetando a vida dos colonos. Em 1761, "não são bastantes juizes os do Açu e do Piancó pelas grandes distâncias que compreendem os seus distritos excessivas custas às partes e falta de administração de justiça a todas elas pelo referido e que seria muito útil em cada povoação ou matriz haver um juiz ordinário" (193-70).

Os sertões baianos, auríferos e nitrosos setecentis-

tas, contribuía muito para acentuar o clima de violência. Ali estavam presentes a ambição, a distância e a dificuldade de comunicação, já que as autoridades escolhiam o pior caminho para franqueá-lo aos mineradores. Quanto mais isolado, mais difícil seria uma invasão por potências estrangeiras e, em contrapartida, mais espinhosa era a tarefa de manter a ordem. Algumas autoridades, por outro lado, disputavam as riquezas, minerando em áreas proibidas (94-285) e agitando a região. Assim, em 1711, o capitão-mor da Jacobina recebia instruções para aguardar novas ordens, mas deveria coibir com rigor as violências "que já me seguram haver nesses distritos" (97-329). Contudo, em 1717, havia "muitos criminosos, malfeitores e ladrões" que deviam ser presos para a "boa administração da justiça, segurança e quietação dos moradores" (228-252). Os delitos praticados na área de mineração "pela sua natureza e atrocidade merecem um exemplar castigo" (108-96), porque alguns colocavam em risco a arrecadação dos quintos. Por exemplo, Constantino Gomes Vitória e Manuel Lopes Chagas, pela segunda vez, em 1725, roubavam "dois grãos de ouro, com poder de armas, introduzindo-se potenciosamente a minerarem nas mesmas lavras" de Manoel Francisco dos Santos e de seu sócio (108-96).

Por tantas dificuldades na manutenção da Lei, em 1734, houve necessidade de dividir a comarca da Bahia, sendo criada, então, a comarca de Jacobina, mesmo assim muito extensa (187-34). A nova comarca abrangia terras desde o rio São Francisco, ao norte, até Minas Gerais, ao sul e, na opinião do vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes, continha mais terras do que "todo o continente de Espanha" (42-1º-612). A comar

ca atravessava terras semi-áridas, elevadas, distantes e cobradas e, por isso, no século XIX, a administração da Justiça continuava difícil. Em 1844, as lavras da Chapada Diamantina se multiplicavam, "basta que se saiba que em dois anos de mineração deram-se para mais de cem assassinatos, pela maior parte impunes. A vida e a propriedade ficaram sem garantias" (56-141). Ódios antigos estavam espalhados pela região e uma guerra entre as famílias Militão e Guerreiro levava Pilão Arca do à decadência (45-263).

No aspecto de relação entre distância e manutenção da Lei, quem melhor sintetizou a aplicação da Justiça foi José de Sá Accioli, enviado, em 1799, pelo vice-rei ao distrito nitroso baiano:

"...O respeito da Régia Autoridade nestes lugares é bem à semelhança da luz, cujos raios são tão mais fracos quando maior é a sua distância do foco e para se poder conter na boa ordem e haver maior respeito é conveniente um Governo neste centro que faça respeitar as Leis" (2-415).

III.7 - Metrópole e manutenção da Lei

As autoridades metropolitanas e coloniais eram sensíveis aos problemas causados pela dificuldade de comunicação e pelo isolamento à aplicação da Lei. Procuravam atender aos clamores da população, dentro de um quadro estrutural de direito de couto e homízio, de pouca velocidade dos meios de transporte. A própria ocupação da terra dependia da ação das autoridades coloniais, ao darem condições de segurança para a população se fixar e produzir, a fim de que pudessem ser recolhidos!

os dizimos e os quintos.

O primeiro estágio para o estabelecimento da Justiça era a criação de uma freguesia: "Quando ouves o nome de algum distrito, os quais eles chamam freguesias...deves sob esta palavra entender vales inteiros, campos e colinas adjacentes a estes vales, aldeias neles situadas, todos os edifícios esparsos aqui e ali..." (22-261). Nas freguesias sertanejas havia alguns oficiais de justiça, cujos cargos foram criados pela carta-régia de 20 de janeiro de 1699:

"... sobre os danos espirituais, que se experimentam neste Estado por falta das missões, e de quem administre Justiça aos que vivem nos dilatados Sertões dele em sua liberdade, fazendo tão exorbitantes excessos, que obrigam aos que amam a quietação a retirarem-se, ficando as terras só povoadas de malfeitores. Fui servido resolver que em cada freguesia das quais tenho mandado formar pelos ditos Sertões, haja um Juiz à semelhança dos Juizes da Vintena, que há neste Reino, o qual será dos mais poderosos das terras; e para que este viva seguro fazendo seu Ofício. Hei por bem que se crie em cada uma das tais freguesias um Capitão-mor, e mais cabos de milícia, e que nestes postos se nomeiam aquelas pessoas, que forem mais poderosas, os quais serão obrigados a socorrer e ajudar aos Juizes... e os que resistirem aos tais Juizes serão castigados' como se o fizeram aos Juizes de Fora, e se lhe seqüestrem seus bens até sentença final, e se faça execução neles pelo que tocar às penas pecuniárias, que serão maiores por se não poderem executar as corporais, e os que recolherem os delinquentes serão castigados com os de direito do que auxiliam ex post fact e os

Corregedores e Ouvidores das Câmaras serão obrigados uma vez em seu triênio visitar a estes moradores, fazendo correições como fazem nas mais todos os anos..." (315-343).

A outra etapa, visando à aplicação da Lei, era erigir a freguesia em vila, sempre por uma carta-régia, recebendo o local um maior número de oficiais de justiça. No século XVIII, tal procedimento foi utilizado para a freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo dos Inhamus e outras do Ceará (194-111), para a freguesia de Jacobina, nos sertões baianos (208-103), e para as oito freguesias do sertão do Piauí:

"...pela vastidão da mesma capitania, vivendo seus habitantes em grandes distâncias uns dos outros sem comunicação, como inimigos da sociedade civil, e do comércio humano; padecendo assim os descômodos, e as despesas de irem buscar os magistrados a lugares muito remotos, longínquos, de sorte que quando lhes chegam os despachos, vêm tão tarde, que não servindo para o remédio das queixas, lhes trazem somente a ruína dos cabedais; seguindo-se daquela dispersão, e separação das famílias internadas em lugares ermos e desertos faltarem-lhes os estímulos, e os meios, para se fazerem conhecidos na Corte, e para serem nobilitados os que o merecerem, como sucede nas vilas, e cidades, onde seus habitantes entram na governança deles, e se graduam com os cargos de juizes e vereadores, e com os mais empregos públicos: - e crescendo a tudo, que até a própria religião padece, não só pela falta de administração dos Sacramentos, mas também pela propagação do Santo Evangelho, em razão de que os Índios, que se acham internados nos matos, não encontrando outros objetos, que não sejam o de verem

os cristãos quase no mesmo estado, e fora da comunicação e da sociedade, carecem dos estímulos...tenho resoluto, que em cada uma das oito freguesias, que compreende esse Governo, seja fundada uma vila na maneira seguinte... Hei por bem que em cada uma das mesmas vilas haja um juiz ordinário, dous vereadores, um procurador do Conselho, que sirva de tesoureiro, um escrivão do público, judicial e notas, que sirva também das execuções. O que se entende enquanto as povoações não crescem de sorte que sejam necessários os mais oficiais de justiça..." (272-152).

Apesar dos esforços metropolitanos, havia sertões tão agitados, que ficaram registrados na memória popular como sinônimos de violência. No sertão do Pajeú, havia um trecho chamado Riacho do Navio, um ninho de valentões: "É cabra do Riacho do Navio, diga-se, e é quanto basta para ser tido na conta de um valentão" (448-136). O sertão do Moxotó, berço de turbulentos ancestrais de Ulisses Lins de Albuquerque, levou o escritor a pensar se a valentia era questão de temperamento ou "por injunção do meio - aquele Moxotó queimado de sol, segregado do mundo, escondido nas caatingas fechadas e ermas, eriçadas de espinhos, terra sem rei e sem lei" (377-109). Outros sertões violentos eram os do rio São Francisco, onde o bacamarte e o rifle ficaram em uso e com destaque até meados do século XX. Ali, entre Sobradinho e Glória, as armas são, até hoje, conhecidas pela criativa e realista locução "justiça-do-rio-de-baixo" (467-108).

O expediente da ereção das freguesias em vilas, às vezes, não dava certo por vários motivos. Um deles estava ligado à escolha de um indivíduo para exercer determinado cargo, principalmente no interior, onde o "indulto do Sertão" atraía muitos. Em 1748, no Ceará, a maior parte dos habitantes "são homens criminosos que buscam aqueles sertões para neles se refugiarem" e escolher alguém para capitão-mor não era empresa fácil (188-76). A mesma dificuldade fora encontrada, em 1726, na Jacobina (143-343).

Outro fator a considerar era o assassinato da autoridade, que poderia ser um sargento-maior (119-64) ou um juiz. Em 1795, na Vila Nova d'El Rei, cerca de trinta malfeitores invadiram a casa e matavam o juiz daquela localidade cearense; após, os criminosos se ocultaram nos confins da comarca de Pernambuco, lá nos sertões do Piauí, sendo impossível a captura (296-417).

Nem sempre a distância e o isolamento eram os únicos responsáveis pela impunidade de um facinoroso, uma vez que, em 1749, a "maior de todas as dificuldades é haver quem faça alguma prisão, porque não só a temem os homens a quem estas se encarregam o perigo a que se expõem... mas seu maior temor é a vingança" (188-76).

O desempenho do juiz ordinário, aquele que atuava na vila, tinha uma dificuldade extra por ser ele um morador e, às vezes, parente ou amigo de um criminoso, o que levava à impunidade dos delitos na maioria das vezes. Em 1678, em Salvador, os juizes ordinários não sabiam o que fazer e nem tiravam as devassas, sobrecarregando o ouvidor (169-138). Em 1715, no

Recôncavo, os delinqüentes "publicamente tratavam com os juízes ordinários das vilas, sem que nenhum os prendesse por serem parentes e amigos" (204-195). Em ambos os casos, a solução apontada era a vinda de um juiz de fora.

A parcialidade dos juízes ordinários muito preocupava os governadores do Brasil. Em 1708, o juiz ordinário da vila de São Francisco de Sergipe do Conde era advertido " porque nem a desobediência era a que Vossa Mercê quis que fosse, nem o pretexto com que se formou a culpa era o verdadeiro, antes, parecia o fora querer Vossa Mercê rematasse os talhos uma pessoa a quem favorecia...por isso saiu (o réu) livre da culpa com Justiça e Vossa Mercê das custas dos autos por misericórdia" (93-225). Em 1726, o juiz ordinário de Jacobina era advertido pelo vice-rei, em vista de sua parcialidade (143-343). No século XIX, o problema continuava, porque alguns juízes passavam três anos sem julgar e, quando o faziam, absolviam a maior parte dos criminosos das vilas alagoanas (52-2º-61).

A figura do ouvidor também não estava imune a erros. No século XVII, em 1694, os oficiais da Câmara de Sergipe de El-Rei clamavam "a necessidade que têm de ouvidor letrado trienal, provido por Vossa Majestade, porque assim se evitará o grande prejuízo que aquele povo padece, que como os juízes eram homens de capa e espada, e os ouvidores sem ciência, nem experiência, ignoravam as leis, e eram notáveis os erros que cometiam, no judicial" (180-258). No século XVIII, o abuso de poder era um problema geral, conforme o vice-rei relatava "das desordens do Ouvidor Geral do Ceará José Mendes Machado e das vexações e mortes que se tem seguido das suas imprudências en-

tre aqueles povos e do que tão despoticamente tem obrado no seu lugar o Ouvidor Geral da Paraíba Manuel da Fonseca e Silva, e absurdos que tem cometido o da vila das Alagoas e o da capitania de Sergipe de El-Rei cujas idéias se encaminham às suas utilidades e se haver casado o Ouvidor do Rio não obstante o denegar-lhes esta licença e finalmente dos excessos que tem cometido o da capitania de São Paulo, Manuel de Melo Godinho Manso" (182-76).

O Conselho Ultramarino apontou, como solução para terminar com os desmandos dos ouvidores, que os substitutos deveriam estar nas ouvidorias ao perfazerem-se três anos, tempo de permanência no cargo. Também deveriam ser escolhidos "Ministros de boa opinião não só na literatura mas na limpeza das mãos, que este requisito último mais serve para os que vão administrar justiça nos lugares ultramarinos" (182-77). Contudo, os ouvidores continuavam a causar embaraços ao cumprimento da Lei (163-83).

Tal como os juizes ordinários, os ouvidores também tomavam partido nas disputas locais. Em 1724, nos sertões cearenses das ribeiras do Jaguaribe e do Icó, a população estava efervescente. O ouvidor Mendes Machado era parcial da família Feitosa, inimiga dos moradores das ribeiras, que se revoltavam contra a autoridade. O ouvidor tentou fugir "porque em tumulto de povo na largura desses sertões se deve usar de prudência e dar tempo para que se possam fazer as diligências do serviço de Sua Majestade" (299-169). A situação se prolongou até 1725, quando o governador de Pernambuco, através de um Bando, pregou a paz nas ribeiras, sob pena de confisco de bens dos moradores

(292-271). Outro exemplo de tumultos causados por ouvidor acontecia, em 1799, na cidade da Paraíba. Ali, o novo e o antigo ouvidores eram inimigos, dividindo a cidade em dois partidos; o fato foi agravado em vista de o atual ouvidor, sua família e futura esposa residirem na mesma comarca, trazendo muitas "suspeições" na aplicação da Lei (195-134).

Os ouvidores tinham muita dificuldade para exercer seu trabalho. A correição era uma tarefa arriscada e uma prova de resistência física, pois as regiões a serem percorridas eram díspares e muito extensas. Em alguns locais, rios cheios, com seções malignas, necessitavam ser atravessados ou margeados; em outras áreas aparecia o leito de um rio seco e havia falta de alimentos (218-117). No século XVIII, em 1717, o sertão do Ceará não foi visitado pelo ouvidor geral da Paraíba, porque ele adoeceu e o esperava uma travessia de duzentas léguas (214-28). Em 1723, o ouvidor da comarca da cidade da Bahia se queixava da distância a ser percorrida até as vilas de Santo Antonio das Minas de Jacobina e de Rio das Contas, aproximadamente a cento e cinquenta léguas de Salvador; para atingi-las havia "três dias de travessia, onde não há água e se conduz com o mais mantimentos em cavalos" (184-90). Os gastos dessas visitas corriam por conta do próprio ouvidor, o que levou, em 1723, o Conselho Ultramarino, a providenciar uma ajuda de custo (184-90).

Tentando solucionar os problemas da correição, algumas vezes, a metrópole optou pela divisão de comarca, como aconteceu, no século XVIII, com a comarca da Bahia, criando-se a de Jacobina (187-34). No século XIX, em 1816, o rei resolveu

criar a comarca do Crato, no Ceará, compreendendo as vilas de São João do Príncipe, Campo Maior de Quixeramobim, Icó, Santo Antônio do Jardim e São Vicente das Lavras, por ser "impossível que um só ouvidor possa fazer as devidas correções (sic) em tão grandes extensões, e ouvir a mais de cento e cinquenta mil habitantes, com que a dita província se achava povoada" (291-495).

Algumas vezes, o trabalho do ouvidor era prejudicado por problemas de jurisdição, ocasionado pelo desconhecimento geográfico ou pela rebeldia dos moradores. No século XVIII, em 1724, os moradores do Itapecuru e outros pertencentes ao termo de Salvador faziam queixas sobre a "violência com que o Ouvidor Geral da Capitania de El-Rei (Sergipe) procede contra eles, intrometendo-se a exercitar jurisdição em distrito alheio" (135-8). Tal acontecia porque, desde fins do século XVII, a comarca de Sergipe tivera a jurisdição ampliada até Itapoã, por determinação de D. João de Lancastro. No entanto, os moradores da área, outrora pertencente à comarca da Bahia, não aceitavam a nova jurisdição. Esta não aceitação, provavelmente, estava em função de a região do Itapecuru e arredores não ser muito controlada pela comarca da Bahia, que tinha um vasto sertão aurífero para atuar. Assim, os moradores não desejavam estar sob um controle maior. Os problemas da jurisdição, envolvendo os moradores e o ouvidor geral se arrastaram por dez anos, quando, em 1734, o vice-rei relatava os últimos acontecimentos, pedindo ao rei uma divisão da comarca da Bahia. O vice-rei, que não via com simpatia a jurisdição ampliada do ouvidor geral de Sergipe de El-Rei (187-34), foi atendido pelo

monarca, com a criação da comarca de Jacobina (42-1º-612), enorme, e onde era difícil administrar a Lei, enquanto a comarca da Bahia recuperava a jurisdição sobre Itapecuru e arredores.

O comportamento dos juizes ordinários, ouvidores gerais e demais agentes da Justiça, algumas vezes, era tão comprometedor que, no século XIX, por exemplo, a vila Nova d'El Rei, no Ceará, era conhecida como vila Nova dos enredos, em alusão às intrigas provocadas pelas autoridades judiciais, na localidade (276-2º-75). Os moradores sertanejos, observando e sofrendo as dificuldades para a aplicação da Lei e o comportamento nem sempre correto das autoridades, criaram uma mentalidade bem próxima à do tio de Ulisses Lins de Albuquerque. O tio do referido autor, nascido e criado no século XIX, teve um problema de terras, sobre o qual o sobrinho lhe aconselhou recorrer e confiar na Justiça, ao que o tio replicou: "— Qual justiça, qual nada! Quem vai a Juízo, perde o juízo" (377-159).

III.9 - Seca e violência

Os períodos de seca vinham agravar os problemas causados pela distância e pela lentidão dos meios de comunicação. Normalmente, a correição, uma árdua tarefa, ficava muito mais difícil se necessário fosse transportar água e mantimentos para todo o percurso.

Com a seca, morriam os gados, secavam as plantas e freguesias ficavam abandonadas, como ocorreu nos anos de 1792-1796. Esse período de seca não foi único em intensidade e em duração, mas ficou na memória dos moradores sertanejos. Por

aquela época, bandidos, vadios e ladrões assolavam os territórios flagelados "mais do que a mesma seca", assim, em 1792, o capitão-mor do Ceará assinava um Bando, impondo " cem açoites' para os escravos, cabras ou mestiços; rodas de pau nos que forem ou parecerem brancos; e palmatoadas para as mulheres", que fossem apanhados praticando atos prejudiciais aos moradores' (293-404)

No sertão do Apodí, por ocasião da mesma seca, "então foi que se viu neles o crime e o delito de sorte que os bons se tornaram maus, e os maus ficaram piores. A mesma justiça não havia quem a administrasse"(29-180).

A seca afetava a vida dos sertanejos e dos habitantes litorâneos, que viam as localidades da beira-mar se encherem' de migrantes, tal como os cem mil que Fortaleza recebia em 1878 (464-15), tornando mais difícil a manutenção da Lei.

III.10. - Lei e violência

Para Oliveira Vianna, a violência sertaneja estava ligada ao Bandeirismo, porque a grande capacidade de penetração dos bandeirantes não era acompanhada pelo poder público (472-152). A "cobertura tutelar de um poder público organizado" vinha posteriormente com a fundação de vilas. O referido autor registrou que os chefes de bandeiras, "essas podestades dos remotos sertões se erigiam naturalmente em centros sociais, em forças reguladoras, em agentes espontâneos e lógicos de governo - e foram organizando, nessas periferias longínquas essa atormentada sociedade sertaneja" (472-152). No entanto, se alguns chefes bandeirantes assim agiam, outros não, pois os pró-

prios homens ligados à governança, como um Balegão, um Jorge Dias Mataroá (226-233/133-258), um Manuel Nunes Viana acabavam por se deixar contaminar pelo mal que deveriam combater.

O governo, é certo, não possuía a mobilidade bandeirante, porque estava despreparado de pessoal, quanto ao conhecimento geográfico, de meios de comunicação, de iniciativa, já que tudo partia de Lisboa ou por ela devia ser aceito. Se os caminhos marítimos, bem conhecidos, estavam sujeitos a tempestades e dependentes das monções, durante séculos, muitas outras dificuldades enfrentava uma ordem a percorrer o trajeto Lisboa-sertão oeste baiano.

A mobilidade bandeirante, apontada por Oliveira Vianna como fator básico no desenvolvimento da violência sertaneja, vinha tocar no calcanhar de Aquiles da colonização portuguesa no Brasil: os despreparos referidos frente à vastidão da terra. Contudo, não há desmerecimento na atuação dos governadores, ouvidores, juizes de várias atribuições específicas e demais autoridades que lutavam contra os "régulos", os "facinorosos" ou "acoitados sujeitos". As autoridades faziam o que podiam dentro das condições seculares em que viviam. A documentação é farta em ordens do conde de Sabugosa (vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes), sempre preocupado com o "indulto do sertão" e de outros muitos governantes do Brasil. Os homens que se destacavam, citados nos documentos, como Pedro Barbosa Leal, Matias Cardoso, Domingos Jorge Velho, Pedro Leilou não agiam sozinhos; também tinham os seus "sequazes" anônimos a serviço da administração portuguesa. Essa administração recebeu muitas flechadas em seu calcanhar, sem ter sido mortalmente atingida,

pois litoral e sertão formam a quarta nação do mundo em terras contínuas.

CAPÍTULO IV - Civilização material

IV.1 Máquinas e energias

"Levei três meses iscavando
uma cacimba bem funda,
pro meu roçado moiá!
Mas porém, já tão cansado,
pru mais que a terra iscavasse,
não achei d'água siná!" (394-509).

Entre os séculos XVI e XIX, o boi, a água, o cavalo, o vapor foram as "fontes energéticas de substituição" (362-277) ao trabalho do homem, embora a energia humana fosse marcante.

Neste segmento, consideramos os conceitos de máquina e engenho conforme aparecem registrados pelo padre Raphael Bluteau em sua obra setecentista. Máquina: "engenho mecânico composto de muitas peças, com que a arte obra extraordinários efeitos" (327-IV-s/v). Engenho: "máquina mecânica com engenhoso artifício" (327-III-s/v).

IV.1.1-Engenho de açúcar

No Nordeste, mereceu destaque o engenho de açúcar, também existente nos sertões próximos ao mar que "por este meio se iam povoando" e "donde se tiravam os melhores açúcares..." (174-210). Alguns engenhos moíam utilizando a força dos bois, os trapiches, enquanto a maior parte o fazia usando a energia da água (18-27), despertando todos a atenção de quem vinha ao Brasil. Para Fernão Cardim, cada engenho "é uma

máquina e fábrica incrível, uns são de água rasteiros, outros são de água copeiros" (8-54). Os engenhos movidos por bois ' gastavam mais e moíam menos (8-54), mas tinham a vantagem de funcionar o ano todo, independente da quantidade de água disponível.

No século XVII, houve uma inovação técnica relativa' ao engenho de açúcar: "uma nova invenção de moenda, a que chamam palitos, para a qual convém menos fábrica, e também se ajudam para moenda deles de água e de bois" (6-150). A novidade foi trazida no governo de D. Diogo de Menezes (1608-1612), quando um clérigo espanhol introduziu um novo tipo de moenda nos engenhos de açúcar. O sistema difundido pelo clérigo "consistia em três cilindros ainda verticais, que por meio de entrosas se faziam girar com a rotação do cilindro do meio" (6-177).

A fonte energética seiscentista continuava a ser animal ou a da água, como apontam as crônicas holandesa (5-73) e portuguesa (6-150). No entanto, em 1697, houve notícia de uma "inventiva", que dispensava as duas formas de energia:

"Eu El-Rei faço saber aos que este meu Alvará virem' que tendo respeito a utilidade que se pode seguir aos senhores de engenho do Estado do Brasil e minha Fazenda da nova inventiva com que Antônio Carvalho Guimaraães morador na povoação do Cabo quer fabricar à sua custa um engenho de açúcar que há de moer sem águas nem bestas nem a maior parte dos escravos que são necessários para semelhante fábrica... e ser justo que deste seu trabalho e despesa que há de fazer na dita nova fábrica tenha alguma satisfação das pessoas que quise

rem da mesma invenção... toda a pessoa de qualquer qualidade que seja que logo ou em outro qualquer tempo e era fazer em todo Estado do Brasil moenda como a que o dito Antônio Carvalho Guimarães levantar com a nova inventiva que tem tratado ou à sua imitação que se conheça ser a sua inventiva a causa e origem dêem e paguem por uma vez somente 400\$ réis ao dito Antônio Carvalho Guimarães ou a seus herdeiros e descendentes ou ascendentes e não querendo cada um de tais pessoas... pagar-lhe os ditos 400\$ réis por uma só vez para sempre lhe pagarão 4 arrobas de açúcar branco por cada 1000 que fizer o tal engenho..." (61-221).

O documento não fornecia maiores detalhes, mas há uma possibilidade de a nova inventiva corresponder ao uso de bagaço de cana como combustível, do qual houve notícia precisa no século seguinte (446-259).

No século XVIII, a metrópole procurava incentivar a produção brasileira, havendo preocupação em introduzir melhorias técnicas na fabricação de açúcar. Uma delas era a tentativa, antes referida, de utilização do bagaço de cana como combustível, nos engenhos, em um tipo de maquinaria que reduziria em $\frac{2}{3}$ o consumo de energia (446-260). Outra opção estava em uma nova máquina de moer "feita por dois franceses que se tem oferecido à fazenda por vinte e quatro mil cruzados" (446-261). Em 1798, alguns "inventos úteis ao Estado e ao bem público sobre açúcar, anil, arroz, algodão e mineralogia" eram apresentados e descritos a D. Rodrigo de Sousa Coutinho por Jerônimo Vieira de Abreu (446-261). A disposição das fornalhas dos engenhos sofria modificação (42-1º-184/446-261),

inda que a inovação não fosse bem aceita. O motivo da má receptividade à nova técnica era a teimosia do "dono" que "não quer ainda usar daquelas fornalhas em que o fogo dista só cinco palmos do fundo das tachas, mas sim conserva as fornalhas antigas no chão com a distância de dez palmos de alto, só pela razão que seu Pai e Avô assim usaram..." (42-1º-184) e nem o exemplo de vizinhos convencia os mais renitentes. Assim como agiam em relação às fornalhas, resistiam às demais tentativas da metrópole em melhorar a técnica.

No século XIX, as fontes de energia, tradicionalmente utilizadas nos engenhos, permaneceram em destaque. Koster observou, em Pernambuco, que os bois eram "um melhoramento recente, porque os cavalos é que são empregados usualmente quando não se obtém água" (53-312). Contudo, à medida que o século avançou, houve uma aceitação maior das novidades nos maquinismos, em relação ao século anterior, porque o senhor de engenho era afetado pela reeuropeização do Brasil litorâneo. Em 1865, Hartt registrou haver, em Pernambuco, segundo o presidente da província, 1106 engenhos de açúcar, 18 dos quais operavam a vapor e 346 a água (50-468). A produção pernambucana de açúcar prosperava por causa dos "maquinismos aperfeiçoados que foram introduzidos pelos irmãos De Mornay" (51-1º-262).

Tollenare observou que os proprietários "dos velhos motores" dos engenhos pernambucanos tinham ouvido falar das máquinas a vapor. Eles se queixavam de que o governo não encorajava a importação. No entanto, o viajante francês não aprovava a utilização da energia a vapor: "quando quis expor o motivo que me fazia preferir as rodas de água; quando entrei nos deta

lhes sobre o consumo de lenha, a conservação do maquinismo, o juro do capital empregado nestes poderosos instrumentos, complicados e dispendiosos, comparados com a simplicidade e a economia de suas belas cachoeiras e mesmo a dos seus preciosos cavalos, tão baratos e tão fáceis de nutrir, não tive mais ouvintes..." (58-71).

IV.1.2. - Maquinismos ligados ao algodão

Apesar de chuvas irregulares e solos difíceis para a agricultura em certos trechos, o algodão se adaptou bem ao Sertão Nordestino.

Para o descaroçamento do algodão havia a utilização de um maquinismo, que permaneceu igual desde o século XVI até o século XIX (6-27). Alguns anos antes de 1812, esse tipo de máquina era encontrado a duas léguas de Recife, de onde se transferiu para Goiana, alcançando, naquele ano, as localidades de Limoeiro e Bom Jardim, acompanhando a interiorização da cultura de algodão (53-452).

Para descaroçar o algodão "primitivamente era usado um engenho de madeira, no qual um veio era puxado por duas pessoas, uma de cada lado, passando o algodão por uma espécie de prensa, deixando de lado o caroço. (O meu bisavô Antônio de Siqueira possuiu um desses aparelhos). Mais tarde, surgiram as bolandeiras, puxadas por bois, e isso foi uma grande descoberta! As almanjarras davam impulso a uma correia grossa, de sola, ligada à polia, a qual fazia girar a serra onde era jogado o algodão e ali era separado o caroço de lã. Os fardos eram amarrados numa prensa de madeira, com grossos ci-

pós, pois só muito mais tarde passaram a usar cordas de caroaá (Cordas que eram feitas pelos sertanejos desde tempos imemoriais)" (377-153).

Os sertanejos torciam o algodão no fuso, colocando os fios nos teares, que "ainda hoje (século XX) são usados, especialmente ali na serra do Jabitacá... (Pernambuco) " (377-152).

Spix e Martius informaram que, no Maranhão, havia "521 máquinas a mão para descaroçar algodão, no interior; 230 teares para algodão, na cidade (São Luís)" (57-2º-544).

Os tecidos grosseiros eram costurados com espinhos de mandacaru, à falta de agulhas, até que "apareceu a máquina de costura" (377-177), privilégio de poucos sertanejos.

IV.1.3 - Extrativismo de sal

A técnica de extração de sal, no Sertão Nordeste, não incluía maquinismos e objetos metálicos, porque o sertanejo acreditava que o uso de metais extinguiu a salina (56-42).

A técnica permaneceu igual à praticada pelo tapuia do século XVI. Os indígenas queimavam uma serra de salitre e lançavam a terra queimada em vasilhas com água. A água "fica logo salgada, e põem-na ao fogo onde a cozem e ferve até que se coalha, e fica feito o sal em um pão" (36-2º-304). Trezentos anos após, Burton relatou que o sal e o salitre eram retirados de maneira semelhante, continuando o processo indígena. Após a raspagem da crosta de sal, ela era atirada na água e coada em banguês (couro de boi). A seguir, a solução ia ao fogo, para evaporar, e ficava a cristalizar. Algumas vezes, o

sal era exposto "em cochos à ação solar e essa simples operação poderia ficar mais compensadora se fosse feita em larga escala" (45-255).

O sal obtido, às vezes, era branco como o marinho e, de outras, era amargo e trigueiro só servindo para os animais, precisando ser separado de outros sais nocivos como o de magnésio (45-255).

IV.1.4 - Máquinas para a mineração

No sertão aurífero, nem só de batéia necessitava o sertanejo minerador. No século XVIII, as minas dos Cariris Novos requeriam maquinismos para a extração mais rápida e proveitosa de seus minerais. Embora esses maquinismos existissem, não foram utilizados, porque, em 1758, os escravos trabalhavam com "27 almocreves velhos, 17 alavancas muito gastas e rombudas, 11 picaretas no mesmo estado, três espigas e três argolas de mão de pilão e esta era toda a grandeza, máquina e fornecimento de 68 escravos ou 71" (42-2^o-709).

Havia, dentre outras máquinas inventadas para moer os minerais, o engenho real de pilões, "em que cada uma mão de ferro pesa quintal e meio" (42-2^o-709). Contudo, nos Cariris Novos, nada havia para pisar os metais, além de "uns pedaços de pau de quatro a cinco palmos de alto, com uma espiga de ferro cravada em uma ponta, de que a cabeça teria uma polegada de grossura, abarcado o pau com uma argola de duas polegadas de largo, para que não rachasse, ao cravar a espiga e com estes pilões à mão é que nos Cariris se pisavam os cristais e rochedos para extrair o que continham entranhado"

(42-2º-711).

O desinteresse no uso de máquinas, no caso, decorria do objetivo de desacreditar as minas, através de uma produção insuficiente, uma vez que as terras eram necessárias à pecuária.

No século XVIII, paralelamente às resistências dos mineradores em aplicar novas técnicas à atividade extrativa, o governo estava interessado em incentivar as inovações para aumentar os rendimentos. Após um período em que acreditou que os quintos diminuían pelos "descaminhos", a metrópole aceitou os argumentos dos estudiosos de mineração. Os estudos apontavam que a escassez de ferro era um dos responsáveis pela paralisação do desenvolvimento das técnicas de lavar minas, porque, à proporção que os veios ficavam mais profundos, as técnicas não correspondiam à complexidade da extração. Por isto, em 1795, a metrópole consentiu na manufatura de objetos de ferro e, em 1799, o conde de Rezende recebia instruções no sentido de estabelecer uma fábrica para "fundir e coar ferro" (446-284).

Os esforços do governo foram perdidos. No século XIX, nas lavras da Chapada Diamantina, mesmo nas mais importantes, "não se empregavam maquinismos, mas o processo geralmente seguido de desviar as águas para se lavar o cascalho no leito posto a seco, e trabalhado tão somente com ferramentas de uso manual" (56-144).

IV.2 - Pesos e medidas

O sal, o salitre, o ouro, o açúcar precisavam ser

pesados. A indispensável farinha de mandioca necessitava ser ensacada para as longas viagens, ou para o uso cotidiano. O caminho entre o engenho e o canavial, entre o tear e o algodão, entre a casa-grande e o porto era mensurado e as medidas utilizadas vararam séculos. A permanência delas estava relacionada ao lento compassar do coração das terras, à dificuldade de acesso às áreas interiores do Brasil, notadamente ao sertão semi-árido, alto sertão.

IV.2.1 - Alqueire e cuia (cabaço)

No século XVI, Gabriel Soares aludiu ao alqueire, medida utilizada para a farinha de mandioca, farinha de guerra e grãos variados, equivalendo ao dobro do similar português (36-1^o-325). O alqueire permaneceu em uso, através dos séculos (26-289/158-175), sendo encontrado, na década de 1950, em quase todo o vale do São Francisco, onde era representado pelo salamim ou celamim, sua décima-sexta parte (467-169); no entanto, a equivalência variava de local para local: em Paratinga, 1 salamim era igual a 3 litros; em Barra, a 5 litros; no baixo São Francisco, ora a 10, ora a 20 litros (467-169).

A cuia era outra medida de capacidade, empregada para as mais variadas substâncias e apresentando diversos valores, através do tempo e do espaço. No século XVI, em 1564, um índio se privava da liberdade em troca de uma "cua de farinha", por ser época de grande seca (332-269). No século XVII, Brandão fez referência aos cabaços, em que era colocada a farinha (6-198) e, como tal, no século XIX, Koster informou

(53-203). A cuia correspondia a uma das metades do cabaço (53-203), fruto botanicamente classificado como cucurbita lagenaria Linn. (332-s/v). Por isso, ora os relatos registravam "cabaço", ora aludiam à "cua".

Essa antiga medida para cereais e outros gêneros é, ainda no século XX, usada nas feiras e no comércio do Sertão Nordestino. Na década de 1950, cada cuia correspondia a quase cinco tigelas, que continham cada uma um litro (467-83); no baixo São Francisco, a cuia valia em geral, dez litros, sofrendo variação de uma localidade para outra (467-83). O termo "cua" sofreu alterações, uma vez que, hoje, não se aplica apenas à cua natural, metade do cabaço, mas a qualquer vaso que tenha a mesma forma e serventia daquela, seja de metal, prata ou madeira (332-s/v).

IV.2.2 - Mingel

Durante a ocupação holandesa, a medida mingel, mingelen, termo popular para mengel foi utilizada. A medida valia quase um litro e estava relacionada principalmente ao leite, embora servisse para outros líquidos. Nieuhof informou que a copaíba fornecia, em três horas, cerca de doze mingelen(s) de bálsamo (26-73). No entanto, após 1654, não houve continuidade no emprego.

IV.2.3 - Libra e oitava

Nos sertões auríferos e nitrosos, os pesos mais utilizados eram a libra e a oitava. No século XVIII, Antonil as

mencionou, com a arroba, em relação ao ouro (3-172), assim como José Bittencourt Accioli, ao visitar o sertão dos Montes Altos (2-408). Vilhena também as registrou (42-2º-705).

Todos esses pesos constaram do dicionário de Bluteau, que explicou: "arratel - entre os Portugueses pesa o arratel dezesseis onças" (327-I-s/v); "arroba - peso de trinta, & dous arratéis" (327-I-s/v); "libra - nas boticas é o peso de doze onças" (327-V-s/v); "oitava - A oitava parte de uma onça (termo de botica). (termo de Moedeiro). No Rio de Janeiro não se conta o ouro por onças, nem por arratéis, mas por oitavas" (327-VI-s/v); "onça - Peso. É a duodécima parte de uma libra romana. Nas boticas de Portugal, a onça tem oito dracmas... Na casa da Moeda... a onça é a oitava parte de um marco, & cada onça tem oito oitavas, & cada oitava tem de grãos grandes quatro, & meio, & de pequenos, setenta & dous".

Na segunda metade do século XIX, Theodoro Sampaio, na Chapada Diamantina, aludiu a quilate para a pesagem da produção diária de ouro (56-267). O vocábulo quilate também foi registrado no dicionário de Bluteau: "... é uma declaração de fineza da prata & ouro ou do peso das pedras preciosas, a qual fineza, & peso das pedras preciosas são como qualidades ocultas, que pelos quilates se manifestam. Segundo Mestre Venegas, Quilate é um grão de preço, & estimação, escondido ao vulgo. Contam-se no ouro (em sua maior fineza) 24 quilates, & em cada quilate 4 grãos, & cada grão se reparte até uma oitava parte, que vem a ser uma oitava de um grão" (327-VII-s/v).

No Sertão Nordestino, o sal possuía valores variados para pesagem. A menor medida era chamada igualmente por "medida" (45-227). No século XIX, em vila da Barra, a "medida" equivalia a "24 pratos, isto é, 25 quilos" (45-255), mas, em Juazeiro, 20 "medidas" correspondiam a 16 quilos (45-227), adquirindo um valor bem menor. Às vezes, a "medida" equivalia a 2 quilos (45-227).

O prato, também, não possuía um valor constante, porque em alguns locais era igual a 1 quilo, em outros, a 2 quilos e, às vezes, possuía pouco mais de 1 quilo (45-227). A bruaca ou surrão, quando Spix e Martius estiveram no Brasil, era um "saco de couro de boi para o empacotamento de sal" (57-2^a-404), mas, em 1867, a "antiga bruaca de 24 pratos (cada um de dois quilos) já não é mencionada" (45-227).

Burton informou ser uma "quarta" formada por uma quantidade de sal que variava entre 40 e 60 quilos (45-227), dependendo do local.

IV.2.5 - Légua

Outro tipo de medida sertaneja é a légua, medida de extensão até hoje empregada, vagamente, como sempre o foi. Registrada pelos cronistas portugueses (36-1^a-84/24-188/6-83) e holandeses (26-12/5-259), a medida empregada no Brasil adquiriu feição própria. No século XVIII, os portugueses tinham dificuldade em calcular as distâncias pelas léguas fornecidas pelos habitantes do sertão: "As léguas com que mostro as distâncias, não são matemáticas, são as mesmas, que contam os habitantes os quais as regulam arbitrariamente... os habitantes

"Uma indicação que servia de data em muitas circunstâncias" era um grande período de seca, cu uma intensa fome, como a de 1793 (53-398).

IV.2.7 - Sistema métrico decimal

No século XIX, a lei nº 1.157, de 27 de junho de 1862, tornava obrigatório o uso do Sistema métrico decimal, com um prazo de dez anos para substituir os antigos pesos e medidas (462-21). Esta lei não foi obedecida pelos sertanejos' que, até hoje, usam os avoengos métodos. As multas (de 100\$000) e as prisões (de até um mês) previstas pelo documento "davam à Lei, de qualquer forma, uma aura de violência contra' hábitos que vinham desde os tempos da Colônia e que não eram, na época, simples determinações legais, constituindo-se em pagtas culturais bem estratificadas" (462-22).

A população sertaneja e litorânea não conseguia absorver a novidade, pois, em 1873, o barão de Capanema assim sintetizava o problema: "O grande número de indivíduos que se serve hoje de pesos e medidas é obrigado a mudar de chofre os seus hábitos; a lei dava-lhes dez anos para se prepararem. Não o podiam fazer, porém, sem que o governo cumprisse o que ela determinava, que era a expedição de regulamento e a distribuição de padrões. Houve prorrogação do prazo da lei, porque dentro dele nem mesmo os regulamentos foram expedidos. Chegará o termo desse novo prazo, e quem não tiver pesos ou medidas de quilograma, metro, litro pagará multa e irá para a cadeia. Devia dizer-se ao consumidor onde encontrar-se essas medidas e pesos" (462-22). Esta declaração evidenciava o problema do isq

lamento da população, notadamente a sertaneja, em face da deficiente comunicação, tornando difícil o cumprimento da lei, até por parte do governo. As cuias, os cabaços, encontrados nas proximidades das casas, o peninsular alqueire continuavam em uso.

Em 1874, estourou no Nordeste a revolta do Quebra-Quilos, onde interagiam a desconfiança popular em relação ao Sistema métrico decimal, a má situação econômica das províncias nordestinas e a insatisfação com o recrutamento militar. O sertão participou da revolta: em 1874, na Paraíba, duas colunas de soldados foram enviadas pela estrada dos Brejos e pela do Sertão; em 1875, o presidente da província da Paraíba do Norte declarava que o "alto sertão, onde os mais graves atentados se reproduziam a cada momento, e sob os mais fúteis pretextos, hoje oferece um aspecto muito diverso" (462-52). No sertão pernambucano, as localidades de Goiana, Caruaru, Brejo, Limoeiro, Garanhuns, Buíque, Panelas, Lagoa dos Gatos sofreram influência do Quebra-Quilos, porque muitos sediciosos paraibanos invadiram Pernambuco, em 1874. O movimento atingiu, também, localidades de Alagoas e Rio Grande do Norte.

A revolta foi debelada, mas persistiram os hábitos avoengos misturados ao quilograma, litro e metro.

IV.3 - Moeda, açúcar, letra, ouro em pó, vale...

No período colonial, a escassez da moeda era um problema crucial, atingindo todo o Brasil (200-250/201-48).

IV.3.1 - Escassez de moeda, de letra e os gêneros da terra como meio circulante

No século XVII, os moradores da capitania da Paraiíba adquiriam o necessário em Pernambuco, "fazendo levar, para esse efeito, muitos açúcares que comutam pelo que compram" (6-58) porque era muito demorado juntar "dinheiro de contado" (6-70). Em 1680, era impossível recolher o donativo, lançado à capitania de Sergipe de El-Rei, a não ser que fosse pago "na mesma espécie em que lavram" (171-176). No século XVIII, em 1732, os moradores de Olinda viviam problema semelhante, pois, não possuindo dinheiro para um donativo, solicitavam ao rei que fosse possível o pagamento "em gêneros da terra, como sejam açúcar e sola, que são os que servem ao comércio..." (217-105).

A falta de moeda portuguesa foi uma constante até o século XIX, ao lado da presença da moeda espanhola (59-2º-390). No século XVII, em 1612, François Pyrard observou, na Bahia, que: "Je n'ay iamais veu pays où l'argent soit si commun qu'il est en cest endroit du Bresil, & y vient de la riuiere de la Plata, qui est a cinq cens lieues de ceste baye. Il ne s'y voit gueres de petite monnoye, mais seulement des pieces de huict, de quatre & de deux reaux; dõt le demy vaut 5.s. & recherchent en Portugal les pieces de 5. sols., & de 6 blãcs, pour les vendre lá pour petite monnoye, & y ont du profit. Car ils usent fort peu d'autre monnoye que d'argent" (6-172).

No entanto, a moeda boa, de alto valor, que Pyrard encontrou na Bahia, acabou desaparecendo, pouco tempo depois, expulsada do mercado pela moeda má. Em 1690, havia pouca disponi

bilidade de moeda portuguesa, enquanto a estrangeira era de má qualidade:

"Os oficiais da Câmara da cidade da Bahia, em carta de 16 de julho do ano passado, fazem presente a Vossa Majestade em como a moeda que tem naquela praça é toda estrangeira, por serem selos, meios selos e quartos e não era muita nem da melhor, tanto no peso como na qualidade da prata e da moeda portuguesa tinham somente tostões e meios tostões, antigos, que hoje valiam duzentos e quarenta réis, cento e vinte e a outra moeda miúda era tão pouca que se podia reputar por nenhuma, de que nascia a geral queixa da pobreza do povo que se obrigava a que em seu nome representassem a Vossa Majestade de os descômodos que padecem por falta de trocos, de que muito necessitam para as compras miúdas e esmolos.

"Que lhe parecia se podia remediar este dano com Vossa Majestade mandar fazer moeda de vintém, dois vinténs, meios tostões, três vinténs, quatro vinténs e tostões, e que tivesse toda esta moeda de valor intrínseco, vinte e cinco ou trinta por cento menos para assim se não poder levar e também para pagar o custo da brassagem" (177-155).

O problema não foi resolvido, porque, em 1692, o "dinheiro" que circulava na Bahia "não chegava a um milhão". A moeda estava tão escassa que não era possível pagar os soldados, nem recolher os dízimos. Os moradores pediram, então, ao rei que mandasse "declarar valesse a moeda que se achasse naquela praça vinte por cento mais de seu valor" (178-219). Semelhantemente, queixavam-se os oficiais da Câmara de Pernambuco (178-219).

Ao findar o século XVII, em 1699, a questão da falta de moedas e de letras afetava o pagamento do Terço de paulistas, que combatia o gentio bárbaro, no Açu: "remeteu por ordem minha (D. João de Lancastro) o Provedor-mor da Fazenda Real 6 mil cruzados em letras ao de Pernambuco, para que logo se enviassem ao Capitão-mor da Paraíba e dali ao Almojarife dessa Capitania, as quais são para socorrer o Terço dos Paulistas, e por se não acharem letras, para mais 4 mil cruzados, deixaram de ir" (81-31). Dez anos antes, a dificuldade fora, ainda, maior: "Veja Vossa Mercê agora donde há de sair o dinheiro que é necessário para uma tão larga despesa, como pedem os paulistas, se até para pagar o socorro costumado a esta infantaria foi necessário puxar eu pelas minhas (Arcebispo Governador do Brasil) cõngruas eclesiásticas, e acudir com três mil e quinhentos cruzados que se me estão devendo" (73-374).

A letra a que D. João de Lancastro fez referência era "letra de câmbio, ou letra, sem mais nada" (327-IV-s/v). Havia três "maneiras" de câmbios: "Câmbios Reais - quando recebeis em lugar & tempo o dinheiro, & depois em outro tempo, & lugar o pagais, segundo o dinheiro vale, & quando, & onde se paga. Câmbios a letra vista - & são quando dais vosso dinheiro em Lisboa ao mercador, de quem recebeis letra, para que se vos dê em outra parte. Câmbios por miúdo - como quando um cruzado novo se troca por quatro tostões, & quatro vinténs" (327-II-s/v).

No século XVIII, as descobertas auríferas levavam o ouro em pó a ser o meio circulante nas regiões de mineração.

Entretanto, a Coroa estava atenta ao perigo de a cobrança dos quintos não ser correta. No Regimento das minas de ouro, o rei ordenou às autoridades locais o maior cuidado em vigiar a entrada de pessoas, que levassem gado para a venda aos mineiros. Pela quantidade de gado que entrasse e pelo preço de cada rês poder-se-ia calcular a cobrança dos "quintos de ouro que se lhes der em pagamento..." (268-336).

Contudo, a falta de moeda continuava. Em 1712, a quantidade que circulava em Salvador não excedia a quinhentos mil cruzados. Era tão pouca que, "sendo o ouro o gênero mais vendível até este se não vendia naquela cidade senão fiado por muitos meses, e a este respeito com muita mais demora os açúcares e os tabacos, e que não se podendo comprar os escravos, e mais gêneros de que precisamente necessitam as fábricas dos engenhos e fazendas, senão a dinheiro, daqui resultava a suma miséria em que viviam" (203-70).

A intensa penetração e o povoamento dos sertões remotos contribuíam para aumentar a falta de moeda. Em 1750, a capitania de Pernambuco sofria "extraordinária falta de dinheiro", em parte porque se extinguiu, havia muitos anos, a Casa da Moeda. Outro motivo para a "grande opressão", em que se achavam os moradores, decorria de "se ter extraído no curso deles (dos anos) uma grande parte da moeda provincial no comércio dos gados e couros do sertão, de onde não tornava a girar naquela praça". Para agravar a situação, "o produto dos gêneros que dali se navegam para o Rio de Janeiro, e para a Bahia ia todo reduzido a dobras de 6\$400 réis dos quais nenhuma só aparece na terra para o uso comum, porque todas se guar

dam para os pagamentos dos gêneros que iam deste Reino". O procurador da Fazenda lembrou, a respeito, que, outras vezes, o problema fora relatado pelo governador de Pernambuco e pelos oficiais da Câmara de Olinda "e para se mandar algum dinheiro de cobre se fizera uma consulta que subiu, haverá três anos, e Vossa Majestade não resolvera nada" (189-138).

Uma das causas pela qual o dinheiro, que ia para o sertão, não voltava a circular nas áreas litorâneas poderia estar na mentalidade do sertanejo. Pantaleão, fundador do povoado de Jaritacó e tetravô de Ulisses Lins de Albuquerque, "tornou-se um grande pecuarista. Vendendo as boiadas (de 10 a 12 mil réis o boi), fazia questão de ser pago em ouro, ameaçando-o carinhosamente" (377-105). A moeda possuía valor intrínseco e aquela de boa qualidade era expulsa do mercado pela moeda de má qualidade.

IV.3.2. - Cerceio, falsificação de moeda

Circulando em quantidade insuficiente, a moeda sofria adulterações por parte dos moradores da Colônia. Eles não respeitavam o valor da moeda, causavam o "mal do cerceio", e fabricavam moeda falsa. Tais irregularidades eram difíceis de ser corrigidas e sanadas pela metrópole, em vista da distância entre os núcleos de povoamento, em um período de lentos meios de comunicação.

No século XVII, em 1663, a necessidade de recunho da moeda levava o conde de Óbidos a lançar prazos, de acordo com as distâncias dos locais, para que a ordem régia fosse cumprida (264-108). Em 1688, para evitar o "lamentável mal do

cerceio", toda a moeda deveria ser circulada, "pondo-se-lhe' um cordão de umas marcas tão chegadas a ele que visivelmente' fossem conhecidas..." (148-64). O prazo para circular e marcar a moeda foi estabelecido segundo "as distâncias das terras e a quantidade de moedas" (148-65). Não havia necessidade de circular a "moeda miúda, que serve mais para o uso das gentes do que para cabedal", possuindo valor menor do que seis vinténs. Toda moeda que não fosse de ouro e prata seria cortada "como se costuma fazer com moeda falsa". No entanto, o problema continuou, porque, em 1689, "o uso comum das gentes e moradores sem lei e sem ordem tinha dado à moeda valor a seu arbítrio" (176-147).

No século XVIII, a metrópole voltava a combater a questão do cerceio, mandando serrilhar a moeda. Em 1733, o provedor da Casa da Moeda deveria remeter ao vice-rei "uma relação de todo o dinheiro que entrou nela para se lhe por a serrilha na forma da lei, e quando teve princípio declarando' o número de dobras que se acham cerceadas, ou com outra falsidade e também que letra tinham, e se todo o referido dinheiro é só dos moradores desta cidade ou se entra já algum vindo do Recôncavo e sertão" (243-170). A letra mencionada pelo conde de Sabugosa poderia ser "B", colocada nas moedas da Bahia, "M", nas moedas de Minas Gerais e "R", nas do Rio de Janeiro (42-12-118). Sete meses depois, o vice-rei, que já prorrogara por dois meses o prazo para a serrilha das dobras, resolvia dar mais dois outros "por estarem vindo presentemente muitas do sertão, cuja distância dificultou o chegarem no tempo determinado" (244-231)

IV.3.3 - Barricas de bolacha, sal, vale

O meio circulante, do Sertão Nordestino, não era representado apenas pela moeda, pelo ouro em pó e pelos "gêneros da terra". Em alguns sertões, após o período de seca, a moeda nada adquiria, nenhum valor possuía (53-188/49-195).

Durante a seca de 1877, o coronel Chico Bernardo conseguiu construir várias casas na vila de Alagoa de Baixo. Para tal, pagava ao pedreiro Sapo Magro "barricas de bolacha por conta de seu salário" (377-10).

O coronel Chico Bernardo, "espécie de banco ambulante da região", emprestava dinheiro a 2% ao mês aos amigos, que assinavam um "Fica": "Fica em meu poder, como fiel depositário, a importância de X, pertencente ao Sr. Fulano, a qual lhe entregarei quando for reclamada, etc. (Nesse tempo não se falava em promissória)" (377-10).

Em alguns sertões, o sal era o meio circulante. Nas salinas entre Sento Sé e Juazeiro, Spix e Martius encontraram, além das pessoas que ali trabalhavam, vendedores e pescadores, "entretendo-se comércio animado para o qual serve geralmente o sal como moeda. Os magistrados e párocos, que só raro aparecem nessas paragens solitárias, também se encontram nessas feiras e recebem suas espórtulas e jura stolae pagas exclusivamente em sal. Um prato de sal vale aqui \$020 a \$040 e um saco cheio, \$300 a \$400" (57-2º-494). Fernando Denis (46-137) Kidder (52-2º-146) e Handelman (421-333) registraram, também, o uso de sal como meio circulante.

No século XIX, em Buíque, sertão pernambucano, a primeira tipografia sertaneja imprimiu "vales" para os comer-

ciantes. Os "vales" passaram a constituir o meio circulante, em vista da falta de moedas divisionárias (377-122). A moeda era escassa, tal como o fora nos séculos anteriores.

IV.4 - Doenças e mezinhas

"Quem quiser ter vida longa
fuja sempre que puder
de médico, boticário,
melão, pepino e mulher..."

trova popular sertaneja
anônima (376-163)

O Sertão Nordestino, apesar da seca, da fome, das febres após as chuvas e da existência, no século XIX, de remédios velhos nas poucas farmácias, era mais saudável do que o litoral. Na costa, as cidades iam crescendo sem infra-estrutura e os navios traziam doenças exógenas, através dos negros e dos marinheiros.

Para curar as doenças, os sertanejos, como os indígenas, valiam-se do meio-ambiente, das ervas medicinais e de práticas variadas. Neste segmento são enumeradas as moléstias sertanejas, através dos séculos, e os procedimentos para a cura.

IV.4.1 - Doenças

A geofagia, desde o século XVI (36-1^a-264) até o XIX (53-508), foi citada como um vício, que atingia indivíduos nos sertões próximos ao mar e no interior do sertão. Em

verdade, tratava-se de um sintoma de necatoriose, que era descrito como "estranho vício de comer areia e barro, contraído algumas vezes pelos africanos" (53-508). A Tollenare disseram que a doença tinha como causa a melancolia, a preguiça, já que aos negros atacava frequentemente (58-47). Até hoje, no Sertão Nordestino, quando se diz que um menino é viciado, significa que se entrega ou ao onanismo ou à geofagia (53-532).

Os cronistas revelaram, também, a existência de sarampões e bexigas, que os indígenas contraíam, "vindas do Reino de Congo e Arda" (6-119). No século XVII, entre 1616-1617, morreram muitos escravos, atingidos pelos males, deixando alguns proprietários arruinados (6-119).

No Brasil Holandês, o médico Guilherme Piso estudou as causas e terapêuticas de doenças tais como febres, bicho de pé, stupore, disenteria, tétano, moléstias oculares ou contagiosas e boubas, doenças que continuaram a afetar a saúde do sertanejo durante séculos. Coube a Piso e a Marcgrave enunciar a primeira noção de que o envenenamento por mordida de cobra era transmitido pelos dentes do ofídio (22-7).

Doenças, como boubas, já apareciam dicionarizadas, no século XVIII. O padre Raphael Bluteau registrou o vocábulo boubas como "mal torpe & açoute da luxúria. Chamou-se assim por começar de ordinário por tumor de virilha, que em grego se chama Boubon" (327-II-s/v).

A seca era responsável por muitas doenças sertanejas, dentre as quais a pleurisia, a disenteria, a oftalmia, a heme-ralopia, devidas à "grande diferença de temperatura entre o dia e a noite" (49-139). Além dos efeitos dos raios solares

nos olhos e no corpo, em geral, a seca leva a uma absoluta falta de alimentos e de água. Os habitantes precisam apelar para qualquer pocinha d'água, para qualquer tipo de alimento, o que lhes afeta a saúde.

No século XVIII, em 1792, por ocasião de terrível ' seca, no sertão do Apodi, as pessoas precisavam comer vege - tais agrestes, que povocavam "inchações disformes, vômitos de sangue, extraordinários, disenterias ferinas, males cutâneos cruéis, marasmos últimos", havendo muitos casos fatais (30-176). No século XIX, Spix e Martius registraram a morte de quinhentas pessoas, entre os anos de 1801-1808, na região perto da vila de Rio das Contas, em decorrência da fome causa da pela seca e pelos elevados preços dos alimentos (57-2º-260). Em 1879, a situação foi semelhante: em Penedo, a população estava faminta e os robustos vaqueiros pareciam "esqueletos vestidos de couro" (56-11); a fome dizimava aos centos e, quem dela escapou, contraiu varíola (56-11). A disente ria acometia quem comera mucunã (465-49), um dos vegetais agrestes.

As chuvas, também, traziam doenças, representadas pelas febres. O transbordamento dos rios e o mosquito da malária se uniam para afetar a saúde do sertanejo. Os sertões do Piauí eram conhecidos pelas febres que atacavam o viajante ou morador menos precavido (57-2º-122/49-215). No século XIX, Gardner observou que todo viajante, ao penetrar no Piauí, trazia uma porção de casca de quina branca para combater as febres intermitentes. A casca era facilmente retirada dos troncos das árvores de quina branca, que abundavam na estrada, o

que levava estes troncos a estarem descascados (49-215). No século XX, o médico Carlos Eugênio Porto, ligado ao Serviço Nacional de Malária, classificou as febres intermitentes piauienses como malária (454-166).

No entanto, as febres também atacavam intensamente os moradores de outros sertões: a duas léguas dos Montes Altos (2-416), ao longo do São Francisco (59-2º-424); em Juazeiro (57-2º-406); no Ponto do Escuro, no rio Carinhanha (45-223). Por causa do mal, alguns caminhos foram abandonados, como os que cortavam a bacia do rio Paraguaçu (57-2º-266). Por vezes, a febre era tão terrível, que o povo a denominava "febre de mau caráter", como a ocorrida, em 1899, em Custódia, diagnosticada como febre amarela (377-23); ou chamavam "carneiradas", porque as febres matavam homens como se fossem carneiros, identificadas como febres tifóides malignas (45-223).

Por vezes, a seca agia em conjunto com uma chuva ex temporânea, trazendo graves conseqüências. No século XIX, em 1878, no Ceará, a seca levava os sertanejos a migrarem para Fortaleza; uma chuva, fora de época, trouxe a varíola à capital, só escapando os vacinados. O povo pensava que era a peste negra, em vista do grande número de mortes: das 124 mil pessoas que estavam amontoadas em Fortaleza, morreram 57.780 de varíola, febres, disenteria, beriberi e outras moléstias (465-20).

A má alimentação prejudicava a cura de doenças, como as que alguns moradores dos arredores de Ilhéus traziam na pele e manifestas por feridas; estes moradores trabalha -

ram, no início do século XIX, na construção da estrada das boiadas, que terminava na localidade e, provavelmente, contraíram as doenças durante o trabalho (59-2º-398).

Outras enfermidades também faziam o sertanejo padecer: úlceras nas pernas (mais raras do que no litoral), hidropsia (comum), hérnias (frequentes) (53-212), sífilis e suas manifestações secundárias (49-139), disenteria maligna (43-532), "moléstias dos olhos e das pernas", em caráter endêmico (270-2º-173).

As moléstias sertanejas tinham nomes bem característicos, criativos, tais como "sol na cabeça" (dor de cabeça forte), "fogo salvage" (urticária), "moléstia do tempo" (congestão), "mal de monte" ou "maldita" (erisipela) (395-151), "caminhadeira" (desarranjo intestinal), "cobreiro" (herpes), "doença do ar" (paralisia), "doença do sol" (pneumonia), "males" (qualquer doença afetando a caixa torácica), "arca caída" ou "espinhela caída" (qualquer mal-estar, anemia etc) (467-12). Todas eram combatidas por uma medicina folclórica, da qual faziam parte os remédios populares de origem vegetal, animal, mineral e mística. Os três primeiros remédios podiam ser aplicados em casa, com ou sem um orientador raizeiro, enquanto os remédios místicos dependiam de curandeiros e rezadores (447-41).

IV.4.2 - Mezinhas de origem vegetal

Nos séculos XVI e XVII, os cronistas destacavam o óleo da copaíba, para curar feridas, sem deixar cicatrizes (36-1º-34/8-37/6-123). Brandão relatou que, quando o buraco

a ferida era pequeno para a introdução do óleo da copaíba, era feito um buraco no chão. Dentro desse buraco "lançam brasas envoltas em fogo pondo em cima de tal cova uma taboinha com um buraco pequeno no meio, sobre o qual acomodam o lugar da ferida, com se lançar para o efeito o enfermo em terra, e ali com o calor do fogo que se lhe comunica pelo buraco despe de a ferida de si todo o sangue podre e maligno que tinha..." (6-123).

Com uma flora tão rica, até hoje sendo testada cientificamente, inúmeras aplicações tinham os vegetais, tão bem conhecidos dos indígenas, seus propagadores. No século XVII, no Nordeste sob domínio holandês, Maurício de Nassau incentivou os trabalhos de uma missão científica, da qual fazia parte Jorge Marcgrave, naturalista que descreveu as ervas, as plantas frutíferas, os arbustos e as árvores do Brasil. Marcgrave fez referências a várias plantas medicinais, entre elas a caacica ou erva de cobra, "remédio poderosíssimo" contra mordida de cobra e para demais feridas (22-7); a paiomirio - ba, que "distila uma água, cujo uso dissolve e expelle cálculos vesicais" e "a raiz serve contra venenos" (22-9); a jurupeba, cujas folhas "são empregadas vulgarmente para curar feridas nas pernas" (22-89). Outro pesquisador de plantas e de doenças brasileiras foi Guilherme Piso, médico que mostrou a ação terapêutica da copaíba, do tipi, do sassafrás, da japecanga, entre outras. Contudo, Piso teve sua atenção mais concentrada nas doenças e seus sintomas, estendendo suas pesquisas às plantas medicinais, apenas (22-2).

No século XVIII, Antonil afirmou que mascar o tabaco

não era muito sadio. No entanto, ouvira dizer que beber o fumo do cachimbo, em jejum, era bom para a digestão, asma e dor de dentes. Para acabar com a dor de cabeça, o melhor remédio era o tabaco "de torcidas dentro dos narizes" (3-107).

Os viajantes estrangeiros exploraram o Brasil, durante o século XIX. Alguns eram botânicos e tiveram o cuidado de recolher folhas, raízes e outras partes dos vegetais, para suas coleções, além de se referirem ao valor medicinal de cada uma das plantas pesquisadas. Spix e Martius mencionaram inúmeras variedades de vegetais úteis ao combate de todo tipo de doença, dentre as quais, a baiana "Para-tudo" (febres atônicas, com função estimulante e diurética); a preciosa "Quina-do-Piauí", natural das margens do rio Itaim; o "Remédio-de-Vaqueiro" (para resfriados e com efeito diurético), abundante na Bahia (57-2º-425). Nem as pimentas eram desperdiçadas, porque, nas florestas úmidas, resguardavam das febres (59-2º-349).

Koster precisou utilizar a medicina sertaneja, porque, mordido por lacraia, valeu-se de sumo de limão para mino- rar as dores, ajudado pela lua, que era favorável à cura (53-376). De outra feita, arriscou a vida, porque, durante um ataque de febre, uma mulata velha lhe administrou um chá de pinhão, aliviando os sintomas. O chá, posteriormente analisa- do por um médico de Recife, mostrou ser bastante potente para matar uma pessoa (53-381). Gardner contraiu febres e disente- ria, longe de sua maleta de remédios, ficando sujeito às me- zinhas sertanejas (49-107). Ele observou que, na caatinga, nasce o tingi, nome indígena de uma árvore que serve na cura de

lceras (49-144), o cardo santo, ótimo como chá para debelar a esterícia (49-144).

A aguardente era o remédio inseparável do barão de Botegipe: "— ... façam como eu e como todos os que vivem naquela terra em que nasci (Vila da Barra): tragam sempre à cabeceira a sua garrafinha de aguardente e pelo amanhecer não ponham o pé em terra sem primeiro tomarem o seu gole, aquilo é um tiro às maleitas..." (56-48).

Também de origem vegetal era a garrafada, milagroso remédio, tônico de efeitos gerais, composta por várias ervas, que, para serem extraídas, necessitavam de um cerimonial. O preparo da beberagem incluía a proibição de se aproximar mulher grávida ou no período catamenial, uma vez que a garrafada ficaria sem força, se não obedecido tais preceitos. A garrafada é usada até nossos dias e aqui vai uma receita, para quem desejar: "raiz de caiubim, raiz de velame, cipó guar-dião, raiz de caninam cabeça de negro, cabacinho, pós de joana, mercúrio doce, cristal mineral, jodorêto (iodureto) e aguardente" (395-146).

IV.4.3. - Mezinhas de origem animal

Quanto às mezinhas de origem animal, havia "uma solução da matéria com que é feito o ninho de cupim", para combater a febre (53-335). Para curar moléstia eruptiva e boubas usava-se carne de tamanduá (395-146). Um medicamento que se encontrava sempre na casa dos camponeses do Brasil era a gordura do lagarto "teiú" (59-2º-435), para ser ingerida, quando o problema fosse mordida de cobra. Bofe de lagartixa era óti-

mo anti-inflamatório. Sobre esta mezinha, Ulisses Lins de Albuquerque recordou, de sua infância, um ferimento que tivera, causado por um toquinho de malva seca, encravado no tornozelo. No local do ferimento lhe aplicaram, sem sucesso, sebo de carneiro, banha de ema, tentando fazer com que o toquinho saísse. Um dia, o negro Higino, vaqueiro, disse à mãe de Ulisses: "— Ora, isso não é nada! Vosmicê mande pegar uma lagartixa, mande tirar-lhe o bofe e bote em cima. No outro dia o pauzinho sai do pé do menino...". "E deu certo" (377-62).

IV.4.4 - Mezinhas de origem mineral

Referente a remédios de origem mineral, foi encontrada uma menção, na Portaria de 12 de dezembro de 1733. No século XVIII, a intensa penetração nos sertões e o combate ao gentio, que aí se encontrava, tornavam necessária a inclusão de remédios nos equipamentos das expedições que iam à conquista do indígena. Assim, Francisco Marques de Oliveira deveria receber "quatro arrobas de pólvora, dez arrobas de munição grossa, duzentas pedras de fogo, doze clavinas, uma caixa de guerra, seis alqueires de sal, uma libra de verdete, e seis frasquinhos de água da Rainha de Hungria para se curarem as feridas das flechas como se tem praticado..." (245-240).

IV.4.5 - Curado de cobra, curador de cobra, remédios de fonte mística

Uma constante, no litoral e nos sertões nordestinos, além das flechadas e das febres, era, certamente, a mordida de cobra. Observando o tejuaquu, um grande lagarto, o ser

t mejo aprendeu que o chá de "cabeça de negro" é ótimo anti -ofídico. O lagarto, ao ser picado, corre para morder a batata dessa planta ou o pinhão brasileiro (377-154), o que lhe garante a sobrevivência. Para a cura de mordida de cobra, havia, também, o recurso da magia, aparecendo a figura do curado de cobra e do curador.

As práticas mágicas para curar e evitar mordida de cobra incluíam o agente da cura - o curador - que atuava, também, sobre outras doenças, e aquele que estava imunizado a cobras - o curado de cobra. Eles não eram, necessariamente, a mesma pessoa, porque o curador precisava ser, também, um imunizado a cobras, mas nem todo curado de cobra tinha dons de curador (53-335). No século XVII, Brandão relatou um acontecimento visto por ele, que talvez seja a origem do curado de cobra e do curador, no Brasil. O cronista observou um escravo de Angola segurar cobras venenosíssimas, que, apesar de mordê-lo, não lhe causavam mal. Ao fazer amizade com o negro, conheceu umas raízes e uma erva, cujos sumos, passados nas juntas do corpo, imunizavam dos efeitos das mordidas. O sumo da erva servia, também, para curar as mordidas de cobra de quem não se precavesse e era usado junto de "outras diligências" que o escravo fazia..." (6-168).

No século XIX, Koster relatou parte de uma cerimônia, por que passava o curado de cobra, permitindo levantar a hipótese de que, anteriormente ao fato observado por ele, houvesse a ação das tais raízes e erva referidas pelo cronista seiscentista. Escreveu Koster: "um dos processos que é adotado pra esse fim é permitir que uma cobra envolva com

seus anéis a cabeça, a face e as espáduas do que deve ser curado de cobra, como é chamado. O senhor das cobras repete algumas palavras durante a operação e sua tradução, se contém alguma, só é conhecida pelos iniciados..." (53-327).

Sobre o curador, Tollenare relatou que uma negra de propriedade de um amigo fora picada por cobra. Mandaram chamar "um feiticeiro", que, não podendo comparecer, mandou o chapéu, cuja presença logo aliviou a moribunda, tudo presenciado pelo amigo de Tollenare. No entanto, o amigo perdeu os acontecimentos seguintes, a ele relatados posteriormente: "à tarde, o feiticeiro veio ver a doente que já não o estava mais, colocou-se no batente da porta, chamou a cobra culpada, "que compareceu", fê-la percorrer o quarto e, com grande terror dos assistentes, enroscar-se várias vezes em volta da negra, que nenhum mal sofreu, e matou-a depois" (58-83). A vítima de mordida de cobra tinha uma porção de regras a seguir, para o seu pronto restabelecimento, sendo uma delas não olhar, durante trinta dias, qualquer animal fêmea, principalmente mulher (53-219/59-2º-434).

Curador famoso, "rezador de cobra", foi Quinca de Queirós, cuja reza era infalível. A propósito da reza, um escravo do curador dizia: "Cascavel mordeu; Seu Moço Quinca de Queirós não deu jeito... Nem Deus!" (377-155). Quinca de Queirós vinha a ser parente do coronel Quinca Ingá, de quem Ulisses Lins de Albuquerque relembrou em seu livro. Um dia, Ulisses conversava com Quinca Ingá sobre não haver curador capaz de salvar alguém picado por cobra do Salgadinho, onde o coronel residia. Quinca Ingá respondeu não ter medo, porque "dia-

riamente rezava o seu padre-nosso e sua ave-maria em louvor ' de Senhor São Bento" (377-155), evidenciando a mentalidade mágica do sertanejo.

Outro curador foi José Alves de Siqueira, que tratava um picado de cobra da seguinte maneira: "de pé, colocando o pé direito sobre o esquerdo, abriu os braços e rezou: "Virgem gloriosa, luminosa, Mãe amantíssima de Deus fazei com que o veneno da serpente que mordeu fulano se converta no precioso sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo" (Repetir três vezes, rezando de cada vez um padre-nosso e uma ave-maria em intenção das Cinco Chagas, Morte e Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo" (377-156). José Alves curava as doenças humanas e dos demais animais. "Enfim, é quase um mago!" (377-157).

Sobre as orações fazerem parte do processo de cura, Wied Neuwied escreveu que cada habitante do campo "conhece um remédio que é muito melhor do que o dos outros; depois recomenda-se por cima um certo número de Padre-Nossos e Ave-Marias" (59-2º-435).

IV.4.6 - Curandeiro e remédios de fonte mística

Até aqui foram referidas as práticas mágicas para curar mordida de cobra e para ficar definitivamente livre dela, evidenciando as figuras do curador e do curado de cobra. No entanto, havia uma terceira pessoa, envolvida com a cura através de magia, que era o curandeiro. O curandeiro podia exercer suas curas pela reza - curandeiro rezador - ou pela manipulação de ervas - doutor de raiz. Ele e o curador de cobra, que, às vezes, eram a mesma pessoa, manipulavam os remé-

dios de fonte mística. Ulisses Lins de Albuquerque lembrou o célebre curandeiro do sertão, Manuel "Sinhô", que tinha como fonte de consulta o Chernoviz (377-164). Mencionou, também, o curandeiro Figueirões, que fora enfermeiro no Rio de Janeiro, como dizia, e que, em 1923, atuava na serra da Baixa Verde, sertão de Pernambuco. Aos tuberculosos Figueirões recomendava sangue de urubu creosotado (377-165). O doutor de raiz Firmi- no da Canafístula, por cinquenta anos, receitara em Alagoa de Baixo (377-165).

Eis algumas rezas dos curandeiros, respectivamente para espinhela caída e para curar entorses e dores:

"Espinhela caída,
Portas para o mar;
Arcas, espinhelas,
Em teu lugar!

"Assim como Cristo
Senhor Nosso, andou
Pelo mundo, arcas
Espinhelas levantou" (389-1º-304)

"Quando Deus andou no mundo
Três cousas deixou,
Arcas e ventos
E espinhelas levantou" (389-2º-28)

"Carne trilhada,
Nervo rendido,
Osso torto,
Assim mesmo eu coso,
Nas horas de Deus,
E de São Frutuoso"

"(O curandeiro ou curandeira ')

usa um novelo de linha, fingindo estar cosendo a parte doente, e a agulha ficará enfiada até a cura)"

(389-2º-26).

Tinha-se o cuidado de passar as rezas de um curandeiro para uma curandeira, ou vice-versa, para que elas continuassem fortes (395-149). Cumpre lembrar que a mulher não podia ser curadora, no sentido de curadora de obra, já que ela própria prejudicava a cura, como foi visto. Daí porque foi necessário fazer a distinção entre o curador e o curandeiro, que eram confundidos, algumas vezes. O termo "curado", na década de 1950, no vale do médio São Francisco, adquiria um sentido figurado, de cabra valente, que acreditava nada de mal poder lhe suceder. Por esta época, o vocábulo "curador" designava quem cura através de mezinhas da farmácia sertaneja, ou de rezas (467-85).

IV.4.7 - Os que exerciam a medicina

Aqueles que professavam a "arte da Medicina" (327-II-s/v), inicialmente, denominados cirurgiões e, a partir do século XIX, médicos, não atuavam em todas as localidades do Sertão Nordestino e não eram muito procurados pela população.

No século XVI, Gabriel Soares de Sousa, em vista dos poderes dos vegetais na cura de doenças, não sentia necessidade da presença de um cirurgião, em Salvador, porque

"cada um o é em sua casa" (36-1^a-36). No século XIX, Spix e Martius encontraram dois cirurgiões, em Oeiras (57-2^a-422) . Em Malhada, Burton encontrou o médico João Lopes Rodrigues , que estudara no Rio de Janeiro e se lhe queixou da vida sem estímulos (45-224). No sertão de Pernambuco, o primeiro médico chegou a Alagoa de Baixo, hoje Sertânia, em 1899, para combater a febre amarela (377-23).

À medida que, no século XIX, os médicos foram clinicar no Sertão Nordestino, entraram em choque com as práticas dos curandeiros e curadores. As queixas foram recíprocas. O curandeiro Manuel "Sinhô" reclamava com Ulisses Lins de Albuquerque sobre a perseguição dos médicos à sua pessoa. (377-164). O motivo das perseguições ligava-se ao fato de o médico perder, às vezes, no sentido estrito da palavra, o paciente para o curandeiro. Quando perguntado sobre um doente, que abandonara o tratamento do médico pelo do curandeiro, Manuel "Sinhô" respondeu que "morreu já bastante melhorado!" (377-165).

O médico Carlos Eugênio Porto, relatando sua experiência médica no Sertão Nordestino, notadamente no Piauí, escreveu que o sertanejo achava que o doutor deveria entender de tudo (454-95). O fato decorria do costume de o sertanejo consultar o doutor de raiz, que curava todos os males. O citado médico observou que, se o paciente era a mulher, cabia ao marido relatar os sintomas, o que, evidentemente, dificultava o diagnóstico. Havia o inconveniente das distâncias que os remédios precisavam percorrer, demorando até um mês para chegar, já em meados do século XX (454-95). Entretanto, as ervas e as

raízes se encontravam no fundo dos quintais ou na mata próxima.

Muitos desses chás, xaropes, aplicações de ervas, têm origem indígena, sendo aproveitados pelos brancos desde o início da colonização. Todas as práticas de cura foram enriquecidas pela presença do negro; o curado de cobra, que Ambrósio Fernandes Brandão encontrou, era um escravo, que já trazia da África o conhecimento de plantas tropicais. Assim, além dessas influências, a distância, a lentidão dos meios de comunicação, os difíceis caminhos, a falta de médicos e de remédios obrigaram o sertanejo a se valer do meio ambiente, conservando, até hoje, como consequência de seu lento passar de tempo, as práticas de medicina natural. A magia auxiliava a cura pela autosugestão, tal como o pajé e seu equivalente negro dramatizaram.

IV.5 - Alimentação: carências e farturas

"As bondades do sertão
são leite, coalhada e queijo.
Tirante destas bondades,
outras bondades não vejo."

"verso popular no sertão" (389-2º-125)

Sertanejar em busca de metais preciosos, afastar o gentio para longe da povoação, fazer uma correição no interior do sertão, construir uma estrada no coração das terras ou manter uma povoação envolvia o problema da alimentação. Era uma questão difícil, dependente da dificuldade em conduzir os

alimentos, da estação do ano, da influência da alimentação indígena ou da mentalidade européia em relação aos alimentos disponíveis. Muitas vezes, dois ou mais fatores se reuniam para acabar com as esperanças de sonhadores, soldados e missionários. Por exemplo, em 1675, "a falta de mantimentos foi cá na conquista dos Bárbaros, que por tantas vezes se intentou a mais evidente causa de não haver conseguido em outros tempos. E ainda no meu (Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça) comecei a experimentar o mesmo prejuízo: mas eu o reparei na dificuldade das conduções, porque eram oitenta léguas..." (68-135).

IV.5.1 - Pão de trigo e pão de bró

No século XVI, as observações dos cronistas estavam limitadas à vida litorânea e aos sertões próximos à costa, onde o pão e a farinha de trigo europeus eram substituídos em algumas casas pelos beijos de farinha de mandioca (18-43/36-2º-26/37-89). No século XVII, "alguns e não poucos" moradores comiam o pão de farinha vinda de Portugal, feito em casa ou em padarias (6-272).

Em épocas menos fartas, com a vinda da seca, a população sertaneja consumia o pão de farinha de bró, menos substancioso. Este tipo de farinha era obtido do miolo de uma palmeira, chamada pelos indígenas de uricuri ou auricuri (18-43/36-2º-26/37-8). Adicionada à água, a farinha se transformava em pão, após secar ao sol (57-2º-378). O consumo deste alimento se estendeu desde o século XVI até o XIX.

IV.5.2 - Farinha de mandioca

A farinha de mandioca foi o alimento mais consumido no Brasil, entre os séculos XVI e XIX. Ela poderia ser utilizada fresca ou ser preparada para durar alguns dias, transformando-se na farinha de guerra, alimento essencial na conquista do sertão.

A mandioca pertence à mesma família botânica da maniçoba. No entanto, por vezes, o termo maniçoba denominava a folha da mandioca (324-3^os/v). No baixo curso do São Francisco, a mandioca doce era e é conhecida como macaxeira, e como aipim, no alto e médio curso do mesmo rio (467-113).

No século XVII, o plantio da mandioca e o transporte da farinha constituíam uma grande preocupação para as autoridades coloniais portuguesas e holandesas. Em 1654, as autoridades portuguesas estavam preocupadas com um ataque marítimo inimigo, que impossibilitasse o transporte de farinha de mandioca. Para evitar o mal, foi aberta uma estrada desde Boipeba até Salvador (223-36).

Em relação às plantações, a partir da guerra de 1645, coube às autoridades holandesas ordenarem o plantio obrigatório de "cerca de mil covas de mandioca por ano" (26-289), a todos os habitantes da zona rural (26-289). O motivo estava nos altos preços alcançados pela farinha, no Brasil Holandês: "seis, sete, oito, nove, dez e onze florins por alqueire" (26-289).

Em 1688, o rei de Portugal impôs medida semelhante, sobre a qual o procurador da Fazenda opinou que, por um lado, resultaria na queda do preço da mandioca, mas, por outro, levaria "maior prejuízo à lavoura de açúcar porque os se

nhores de engenho e lavradores de cana não tinham os negros ' que são necessários para o seu benefício e precisamente não de faltar a ele, divertindo-os para a planta da "farinha" (175-95).

No século XVIII, novamente, faltava farinha de mandioca: a ordem régia não fora obedecida no século anterior.

Em 1715, o marquês de Angeja considerava que a cultura de tabaco prejudicava o plantio de mandioca, além de os moradores não seguirem a lei de 15 de fevereiro de 1688. Assim, ordenou que "obriguem a cada morador do distrito de sua companhia, seja senhor de engenho, lavrador de canas, lenhas, ou de outra qualquer lavoura, a que plante as 500 covas de mandioca por cada escravo, ou escrava, que tiver a serviço, conforme dispõe a mesma Lei..." (100-225). O problema era agravado em 1722, com uma grande escassez, provocada, em parte, por uma "rigorosa invernada que nela (capitania da Bahia) houve, e ainda continua, que fez apodrecer quase toda a mandioca que se achava na terra" (154-109). Em 1724, a seca trazia nova carência desse alimento (157-169), cuja aquisição continuou problemática até o findar do século. Em 1793, o conde de Rezende pretendeu, mais uma vez, obrigar os agricultores ao plantio, em vista da grande falta de farinha de mandioca (446-263).

No século XIX, a farinha de mandioca constituía a base da alimentação (49-134), como nos séculos anteriores. Para Tollenare, 7/8 dos pernambucanos consumiam mandioca, "quase que a única planta que nas vizinhanças do Recife dá lugar ao emprego da enxada, todas as demais parecem ser dons gratuí

os da providência (observemos que aqui estamos longe das grandes culturas de cana e de algodão...)" (58-38). O preço da farinha não deveria ser tão alto, como nos séculos anteriores, porque estava incluída entre os poucos alimentos baratos (58-200).

Para o sertanejo, acostumado a qualquer tipo de alimento, a presença da farinha de mandioca e da água era sinônimo de fartura. Spix e Martius relataram que, na estrada Jacobina-Juazeiro, perguntaram a um cavaleiro até quando o deserto os acompanharia: "- Até o rio São Francisco; Ali está farto de tudo! foi a resposta; e acrescentou hesitante: "Tem farinha e água" (57-2º-387).

IV.5.3 - Carne fresca, carne do sertão, carne do Ceará

O consumo de carne era tão importante quanto o de farinha de mandioca. Desde o século XVII, nos sertões do Piauí, ocupados graças à pecuária, a carne fresca era muito consumida (12-386).

No século XVIII, João Pereira Caldas opinava que os sertanejos piauienses alimentava-se "como feras unicamente de Carnes e frutas silvestres" (7-84), evidenciando que seu regime alimentar era diferente daquele observado. Apesar de a carne fresca ser suficiente nos sertões do Piauí, ela faltava em outros locais. Em 1711 (225-101), 1713 (98-136), 1723 (120-105), 1729 (162-53) houve escassez de carne em Salvador. As causas para o insuficiente abastecimento, que também atingia outros locais, estavam relacionadas às secas que assolavam o Piauí e outros sertões ligados à pecuária, às dificuldades

des no transporte, ao imposto cobrado na passagem do Juazei-
ro, ao papel pernicioso dos atravessadores, ao desvio das boi-
adas para o Recôncavo, que pagava fora da tabela, e para as
regiões de mineração. Apesar dos cuidados das autoridades co-
loniais, alguns deles ligados à abertura de caminhos para a
condução de boiadas (165-63/104-166), a carência do alimento
foi uma constante, em Salvador, no século XVIII.

Desde o século XVIII, no baixo Açu até o Aracati,
existia o fabrico de carne do Ceará, como indústria regular
(53-534). Esta variedade de carne, que correspondia à charque
atual, era diferente da carne do sertão, também conhecida
por carne seca ou carne de vento. A carne do sertão era obti-
da sem se salgar a carne de boi, que era cortada em camadas
finas a serem secas ao sol, sob tiras de couro, durante dois
dias. A tarefa, aparentemente simples, exigia perícia para
que o sol penetrasse igualmente em todas as partes
(59-2º-404). Contudo, Câmara Cascudo aludiu ao povilhamento
da carne, com sal, para exposição ao sol (53-534). A carne do
sertão era essencial na alimentação do vaqueiro e do viajan-
te, porque durava um mês em boas condições para o consumo.

IV. 5.4 - Outros alimentos

Desde o século XVII, o mel, as frutas e a caça tam-
bém constituíam a alimentação dos sertanejos(7-84/57-2º-387).

Com a ocupação do Nordeste pelos holandeses, os ser-
tões próximos à costa consumiam produtos vindos da Holanda.
Em 1639, houve proibições de se enviar ao interior "a carne
salgada, o toucinho, a manteiga e o queijo, o peixe seco, o

pacalhau, a farinha de trigo, o azeite e o vinho espanhol", sob a alegação de que faltariam na cidade. Também eram consumidos o peixe da Terra Nova, o vinho francês e o toucinho moscovita (436-183). Entretanto, a influência holandesa na alimentação ficou restrita à sobrevivência da palavra brote, um biscoito duro (436-183), ou um tipo de pão: o hart broot (437-11).

Entre os séculos XVIII e XIX, o leite e seus derivados foram sempre mencionados (3-296/57-2º-387/49-134), mas apenas abundavam no período das chuvas. A coalhada era obtida rapidamente, a partir do leite não consumido pela manhã, sendo comida com açúcar mascavo (49-134). Contudo, o queijo e a manteiga do sertão eram mais complicados quanto ao fabrico.

Fazer manteiga do sertão não era uma prática geral, assim como o fabrico de queijo, derivado da manteiga do sertão (53-213). A técnica utilizada era artesanal, a partir da produção de coalhada, uma das permanências na alimentação sertaneja. A manteiga do sertão obedecia às seguintes etapas de fabricação (a fonte que melhor descreve a técnica de fabrico de manteiga e de queijo do sertão data do século XX. Contudo, no lento batimento do "coração das terras", a técnica pôde ser preservada gostosamente, sem pressa, sem máquinas, sem gelo ou aditivos químicos):

"Diariamente temos coalhada em todas as refeições sazonais. Esse alimento é produto do leite puro que cria grossa camada de nata na superfície da vasilha de barro em que se solidifica, protegendo o produto principal. Antes de ser servida a coalhada, tira-se essa nata para tornar o alimento menos

gorduroso. A nata retirada é depositada em outra vasilha de barro adicionando-lhe um pouco de sal, o suficiente para conservá-la inalterada. No fim da semana, a dona da casa leva essa nata ao fogo, também em panela de barro e extrai a parte gordurosa da mesma. Essa gordura, depois de passar por uma peneira bem fina (peneira feita com palha de carnaubeira), é colocada em garrafas bem limpas e enxutas. Aí está a manteiga do sertão. Não passa por qualquer processo de pasteurização e é magnífica, especialmente para condimentação do feijão verde" (429-252).

Para a fabricação de queijo do sertão, um "grande" tacho de cobre ou panelão de barro é colocado sobre trempes de pedras postas no centro da grande cozinha da casa-grande. Já estão ali os sacos de coalhada escorrida, muitas garrafas de manteiga do sertão, muita gente para trabalhar e chegar fogo no panelão. A coalhada é retirada dos sacos de morim onde foi posta para escorrer o soro, é fervida para adquirir consistência e depois ser separada em pequenas partículas, ainda quente. Terminada esta primeira operação, aquela massa volta ao fogo, adicionando-se a ela sal, leite puro e manteiga do sertão. Uma colher de pau de forma oval, com cabo de um metro de comprimento, é usada por quem não deve parar de mexer tudo aquilo que se contém no tacho. Não tarda a massa se transformar num bolo sólido e brilhante, quando é retirado do fogo. Em pratos, são postas quantidades suficientes para o consumo da casa, e o restante é posto em formas retangulares de madeira, com capacidade para dois, três e cinco quilos. Estas são destinadas ao comércio, depois de bem curadas. Aí está o quei

jo de manteiga do sertão do Nordeste, saboroso como não existe outro igual" (429-254).

Esses alimentos de procedência animal possuem alto valor nutritivo e compensavam as carências vitamínicas das "comidas brabas".

IV.5.5 - "Comidas brabas"

As chamadas "comidas brabas" eram aquelas a que o sertanejo recorria em período de seca. No século XVII, Luiz Figueira necessitou comer ervas, maniçoba brava e lagartos para sobreviver no sertão do Ceará (13-115).

No século XVIII, a seca de 1792 obrigava os sertanejos a comerem alimentos agrestes que lhes danificavam a saúde (30-175). As "comidas brabas" possuíam baixo poder substancial e eram de difícil digestão, como a farinha feita de folhas de macambira, de xiquexique ou de parreira brava, de macaúba e de mucunã; havia o recurso ao xiquexique descascado e assado, ao palmito de carnaúba nova, aos beijus de catolé, de macambira mansa.

No século XIX, Euclides da Cunha descreveu a situação do sertanejo, obrigado a comer alimentos pouco saudáveis durante a seca: "Ali está, em torno, a caatinga, o seu celeiro agreste. Esquadrinha-o. Talha em pedaços os mandacarus que desalteram, ou as ramas verdoengas dos juazeiros que alimentam os magros bois famintos; derruba os estípetes dos ouricurus e rala-os, amassa-os, cozinha-os, fazendo um pão sinistro, o bró, que incha os ventres num enfarte ilusório, empanzinando o faminto; atesta os jiraus de coquilhas; arranca as

raízes tumbidas dos umbuzeiros, que lhe dessedentam os filhos, reservando para si o sumo adstringente dos cladódios do xique xique que enrouquece ou extingue a voz de quem o bebe, e demasia-se em trabalhos, apelando infatigável para todos os recursos..." (398-94).

O mesmo pão de bró mencionado pelos cronistas portugueses, no século XVI (18-43/36-2º-26/37-8).

IV.5.6 - Carestia de alimentos

Os constantes problemas da Colônia, em matéria de alimentação, eram a escassez de alimentos e a carestia. A economia voltada para o mercado externo considerava mais lucrativo o plantio de cana-de-açúcar e do tabaco, do que o de mandioca. A mão-de-obra, cara, não abundava e o seu desvio para o cultivo de mandioca não era visto como compensador.

Para resolver esses problemas, garantindo o abastecimento das populações, as autoridades coloniais e metropolitanas valeram-se de meios legais e de força. No século XVII, em 15 de fevereiro de 1688, o rei obrigou ao plantio de 500 covas de mandioca por escravo ou escrava que o proprietário de terra possuísse (175-95).

No século XVIII, a ordem régia não estava sendo cumprida, o que determinou medidas por parte do marquês de Angeja (100-225). Outro fator que influía na carestia dos alimentos era o papel dos atravessadores. Em 1723, Vasco Fernandes Cesar de Menezes escrevia ao rei que os "gêneros principais de que se provê esta cidade (Salvador) vêm do sertão e do Recôncavo dela mas com uma tal desordem que os senhores deles

eram os mesmos que arbitravam os preços à proporção dos seus interesses; e não obstante estes excessos acrescia serem revendidos pelos atravessadores negros e negras vendedeiras que os compravam...". Em vista desta situação, o vice-rei tomou a providência de impor penas gravíssimas aos atravessadores e a qualquer pessoa que alterasse os preços por ele ordenados (285-385).

A carestia do século XVIII continuava no século XIX. Entre 1807-1808, no sertão da vila de Rio das Contas, quase quinhentas pessoas morriam de fome, em função do alto preço dos alimentos (57-2º-260). A subida dos preços, em grande parte, devia-se à seca que assolava o Sertão Nordestino, pelo início do século. Em 1817, em Pernambuco, Tollenare considerava que a vida não era barata "para quem não está habituado a viver de farinha de mandioca e de carne seca" (58-200).

IV.5.7 - Preconceitos na alimentação

O consumo de um alimento não era apenas prejudicado pela carestia ou pela escassez. Havia a interferir na alimentação a crença de que determinado alimento causava malefícios. Este fator levava o sertanejo a trocar alimentos de alto valor nutritivo por outros, às vezes, menos substanciais.

Embora Josué de Castro coloque o Sertão Nordestino na "área do milho", em função do uso abundante do cereal (393-65), no século XIX, Fernando Denis e Koster aludiram a um preconceito que prejudicava o consumo desse alimento. De acordo com registro de tais viajantes, os sertanejos acredita

am que as moléstias da pele eram provocadas pelo consumo de milho (46-293/53-213). Entretanto, em 1867, em Sento Sé, Burdon notou a preferência por pão de milho, um "pão de sete dias", sem fermento, feito de farinha de milho amassada com água fervendo (45-282). Assim, um alimento não possuía um consumo sincrônico em toda a área do Sertão Nordestino.

Fato semelhante ocorria com o café. No século XIX, em Sento Sé, na primeira refeição do dia, conhecida por café, era servida uma xícara da bebida junto com batatas doces (45-282). No entanto, João Brígido informou que, no Ceará, "matutos havia que, não se sabe porque, embirravam até com o nome (café)" (385-137). O citado autor fez referência a um episódio que presenciara havia cinquenta anos: um matuto "indo a uma mesa de vila, mui prevenido e receoso de fraudes, para lhe meterem no bandulho algum café, não quis participar duma torta; porque, com muita certeza e desembaraço, declarou à dona da casa: Ela o queria enganar... aquilo era café!" (385-137). João Brígido aludiu a outros casos entre matutos e café.

Os sertanejos desprezavam a salada e, dentre as verduras, apenas consumiam abóbora, maxixe, cebolinhas e coentros, os dois últimos usados como temperos (393-78). As frutas não eram cultivadas, em parte por envolverem um tempo maior para a produção, que poderia ser prejudicada por um período seco. O sertanejo recorria às frutas silvestres, das quais apenas o umbu e o piqui produzem frutos mais nutritivos, e eram um dos últimos recursos alimentares de que o sertanejo lançava mão. Contra as quixabas, os juás, os frutos de caç-

tos, de xiquexique, de cardeiros, as cajaranas, os umbus e os piquis existiam tabus como "fruta só de manhã, de tarde dá sezão e maleita, de noite chega a matar" (393-78). Não era aconselhável comer manga com leite, manga com cachaça; mulher, durante o período menstrual, não podia ingerir manga, limão, pinha (459-45).

Eram considerados alimentos reimosos, em qualquer época, as frutas citadas e o abacaxi, as carnes de aves (pato e galinha d'angola em particular), carne de porco, os crustáceos, os peixes de água doce (principalmente traíra e curimatã), certos peixes de água salgada (bacalhau, camurupim) (459-45). Reimoso é um alimento que tem reima ou reuma, que faz mal ao sangue, que produz coceiras (324-4º-s/v).

IV.5.8 - As refeições

Quando não havia seca, o número de refeições era quatro. O "café", tomado às seis horas da manhã; o almoço, servido entre nove e dez horas da manhã; o jantar, entre duas e três horas e a ceia, ao cair da noite (45-282 / 454-153 / 437 - 47).

As refeições eram anunciadas por "o di-comer está botado" ou "a janta está na mesa", dependendo ser uma casa mais simples ou mais refinada. As mulheres não participavam e comiam no fundo da casa (385-136).

Os pratos servidos em cada uma delas foram descritos por Ulisses Lins de Albuquerque, mas cumpre lembrar que nem toda casa sertaneja era farta como a dos pais do escritor, embora alguns pratos se fizessem presentes em qualquer

morada, em épocas de invernos regulares.

"...chamando-nos para as refeições, nas quais, além da coalhada, nas épocas de inveno, ou da umbuzada - quando os umbuzeiros estavam carregados de frutos (a safra do umbu - ou imbu - vai de janeiro até quase abril), o prato invariável, no almoço, era o xerém de milho, para dar melhor sabor à carne assada na grelha ou cozida na panela; no jantar, o feijão era obrigatório, com a farinha de mandioca; e à noite, na ceia, quando não se servia também a coalhada ou a umbuzada, dominava o mugunzá (de milho) e o xerém com leite, ou o jerimum, também com leite.

O queijo de coalho e o de mandioca (de fogo) era abundante nos meses em que, no inverno, a vacaria enchia o curral. A buchada, servida no segundo dia após o sacrifício do carneiro ou do bode, era, como é ainda, a grande novidade nos almoços sertanejos. E a panelada, que aparecia quando se abatia uma rês.

O pão de milho - cuscuz -, tão comum no sertão, não era usado em casa de minha avó. Entretanto, na fazenda de Padrinho Ezequiel, era o prato da ceia - com leite.

O xerém era feito do milho quebrado num "moinho" (uma pedra redonda, puxada por um torno, girando sobre outra); o milho do mugunzá era desolhado no pilão, no qual também era pisado o café torrado.

Para refeições avulsas, Rita preparava a paçoca (carne pisada com farinha), o pirão de galo (com ovos) e a mal-assada, de ovos com a manteiga do leite da vaca. (O fubá de milho, adocicado com rapadura, era muito apreciado na fa -

zenda, especialmente misturado com o leite).

Sobremesa (nem sempre): mel de rapadura ou de abelha, e, por vezes, de engenho, vindo de alguma engenhoca de Pajeú, município de Afogados de Ingazeira, -ali próximo; e, às vezes, xerém com rapadura, ou rapadura com farinha. Frutas...nunca! Nesse particular, o descaso entre os sertanejos' naquela região do Moxotó era absoluto. O exemplo deixado por Antônio de Siqueira, que possuía o seu pomar de cajueiros, goiabeiras e bananeiras, não fora seguido. Apenas minha avó possuía uma horta de pinheiras, bem como minha mãe plantara uns mamoeiros e goiabeiras, cujos frutos eu açambarcava, devorando-os, colhidos ao pé das fruteiras...

Entretanto, às vezes, vinham mangás, goiabas e bananas daquela zona do Pajeú, onde havia açudes na maior parte das fazendas, cujos proprietários plantavam árvores frutíferas e cultivavam a cana-de-açúcar que moíam nos seus engenhos, alguns de ferro, puxados a bois.

Os meninos - eu inclusive - recorriam às frutas silvestres, algumas saborosas: a quixaba, a pitomba, o umbu, o jatobá, o juá, o araçá..." (377-67).

As sobremesas indicavam a prosperidade das fazendas em forma de doce de buriti, de bacuri ou de leite servidos até no Piauí, que não tinha e não tem tradição açucareira. Os doces transformavam-se em uma espécie de marca registrada de certos locais, como os doces de leite de Oeiras e de Valença, ou o doce de buriti dos municípios piauienses ao sul. O "bolo de caroço", os "pastéis de nata", o "cariri" e outros doces das fazendas piauienses dos séculos XVIII e XIX continuam a

deliciar crianças e adultos (454-154).

IV.6 - Habitacões, utensílios e mobiliário

"Lá na margem do Poti,
onde a palmeira farfalha,
tenho saudade de ti,
de tua casa de palha..."

José Bento Gonçalves

(376-109)

IV.6.1 - Habitacões

As moradas do Sertão Nordeste revelavam o material encontrado no meio ambiente e, até o século XIX, não apresentavam diferenças marcantes do construir litorâneo.

No século XVII, Brandão observou, para as áreas costeiras e sertões próximos ao mar, que o prego nas construções era substituído por cordas - o cipó e o timbó. Havia, inclusive, um adágio sobre não ser possível o povoamento do Brasil sem o cipó, tal a sua utilidade (6-205).

O sapê, uma erva, ou a pindoba, uma palha, eram os materiais de cobertura das habitacões, permanecendo em uso desde o início da colonização até o século XIX, em vários sertões, remotos ou próximos ao mar. Esses materiais tinham o inconveniente da fácil combustão, o que levou, em 1646, a Câmara de São Luís a instituir a penalidade de "mil réis pagos da cadeia" a quem desse fogo que não em panela, em vista do risco de um incêndio (278-567). Contudo, sua utilização continuou,

pois, no século XIX, a pindoba cobria muitas casas de São Luís (53-231).

Nos sertões do Rio Grande do Norte, o mesmo tipo de cobertura era encontrado no século XVII: "levantam (os moradores) primeiro os esteios e as escoras, estendem sobre elas um ripado sobre o qual armam o telhado, coberto de telhas ou folhas de coqueiro" (5-72). Nesses sertões, no século XIX, as "choupanas pequenas e miseráveis" empregavam "ramos ou palhas das palmeiras" e outras tinham "paredes de barro, mas são cobertas pelas mesmas folhas, como todas" (53-108). Este mesmo quadro podia ser observado nas moradas oitocentistas de Santo Antônio do Urubu (45-245) e Santo Sé (45-281), nos sertões baianos, ou nas habitações dos sertões do Ceará (53-203).

A telha ficava restrita a habitações de sertões mais prósperos, como aqueles em que a pecuária dominava. No século XVIII, nos sertões que ficavam entre Maranhão e Goiás, "levantada uma casa coberta pela maior parte de telha, feitos os currais, e introduzidos os gados, estão povoadas três léguas de terra, e estabelecida uma fazenda" (7-88). No século XIX, Koster observou, nos sertões do Rio Grande do Norte, raras casas cobertas com esse material, "anunciando que o morador está acima da linha comum da população" (53-108), o mesmo ocorrendo nos sertões cearenses (53-203). A cobertura de telhas das moradas de Parnáiba (276-2^a-185) evidenciava o prestígio que esta cidade piauiense ganhou, a partir de 1855, em comparação com a capital, Oeiras, no interior do sertão, de lenta e difícil comunicação. As vilas sertanejas piauienses de Príncipe Imperial, Campo Maior, das Barras, Jurumenha e de

Nossa Senhora do Livramento, também, possuíam esse tipo de cobertura em algumas moradas de boa construção, destacando-se das demais localidades (53-203).

Para o descanso do viajante sertanejo, havia casas que colocavam à sua disposição um abrigo. No século XIX, no distrito de Parnaguá, Gardner deteve sua atenção em habitações "muito diferentes das que se encontram em qualquer outra parte do Brasil, ou mesmo do Piauí". Elas eram construídas com uma das partes voltada para o caminho, onde havia "um grande cômodo com uma mesa e um banco sem encosto, visivelmente destinado à acomodação dos viajantes, porque sem comunicação com o resto da casa" (49-239). Wied Neuwied encontrou, em uma fazenda do sertão, um tipo de construção que servia ao mesmo fim, mas sem ser parte da casa: "um alpendre de forma perpendicular, aberto dos lados e coberto por um teto", comumente encontrado (59-2º-437).

A partir do século XIX, alguns sertões acompanharam o litoral que se assobradava. A cearense Icó construiu seus sobrados de madeira, no início dos anos oitocentos (276-2º-172), enquanto Crato começou a tê-los entre 1850-1860 (400-29). Penedo, no sertão alagoano, em decorrência de seu comércio e da localização estratégica, às margens do São Francisco, possuía muitas casas de pedra, com dois ou três andares (276-2º-136). Vila da Barra, na Bahia, possuía alguns sobrados (45-252) e Juazeiro, em 1867, ostentava apenas uma morada deste tipo, sem vidraças, pertencente a quatorze proprietários (45-291).

Na Bahia, a rota sertaneja percorrida, em 1867, por

Burton, ou seja, o rio São Francisco de sul a nordeste, forneceu o retrato do material empregado na construção das casas sertanejas. Em Carinhanha, todas as casas eram térreas e, embora houvesse madeira de lei, só utilizavam madeira ordinária (45-225). Em Barra da Ipueira, a presença de calcáreo servia de alicerce para as moradas (45-232). Algumas léguas abaixo, destava-se na paisagem uma "aparatosa casa - cantos do telhado enfeitados com pombos de gesso branco e assim por diante, pertencente a um criador de gado" (45-238). Na cidade de Santo Antônio do Urubu, as habitações eram baixas, de adobe, cobertas de palmeira, à exceção de duas, com "vidraças entre as rótulas, janelas de pau e pedaços de pano", uma delas pertencente a um comerciante (45-245). Em vila da Barra, havia casas caiadas de branco, de amarelo, embora poucos sobrados e meio-sobrados ostentassem vidraças. A urbanização de vila da Barra, porém, não prosseguiu, porque, em 1879, a vila apresenta aspecto de abandono, com casaria baixa e de feio aspecto (45-246). Em Xique-Xique havia uma morada espalhafatosamente pintada, alguns meio-sobrados, e jardins suspensos nas casas térreas, feitos com uma canoa velha, sobre estacas (45-262). Pilão Arcado, que no início do século apresentava casas térreas e de madeira (276-29-142), não estava diferente, em 1867 (45-271). Nem mesmo a privilegiada Juazeiro, ponto de encontro de várias estradas, possuía boas casas (45-291); doze anos após a passagem de Burton, suas habitações não apresentavam melhor aspecto (45-36). Nos arredores de Juazeiro, as construções voltavam-se para a estrada, "onde o comércio é constante", e, às vezes, ficavam mais protegidas das enchen-

tes (56-33).

Ainda na Bahia, em Curralinho, as casas eram construídas com o material encontrado nas vizinhanças. Todas as habitações eram cobertas "de casca de árvore, que disseram-me ser pau-d'-arco, cobertura que sendo bem feita nos afirmaram durar quinze anos e mais" (56-96). Na fazenda das Campinas, a caminho da Chapada Diamantina, foi empregado na construção o xisto calcáreo, como ladrilho, porque tinha semelhança com a ardósia (56-98). No sertão de Jacobina, as moradas utilizavam pedra, e a tabatinga para alvear, enquanto a vila Nova da Bahia e a vila de Rio das Contas apresentavam casas de pau-a-pique, ou de adobe, térreas, branqueadas, também, com tabatinga (276-2º-101). No caminho para as minas, na vila de João Amaro, as moradias usavam madeira e cobertura de telhas (276-2º-96).

O interior de algumas moradas referidas poderia ser semelhante ao das habitações de Canudos:

"Feitas de pau-a-pique e divididas em três compartimentos minúsculos, as casas eram paródia grosseira da antiga morada romana: um vestíbulo exíguo, um átrio servindo ao mesmo tempo de cozinha, sala de jantar e de recepção; uma alcova lateral, furna escuríssima mal revelada por uma porta estreita e baixa. Coberta por camadas espessas de vinte centímetros, de barro, sobre ramos de icó, lembravam as choupanas dos gauleses de Cesar..." (398-123).

Quanto ao modo de construir, Ulisses Lins de Albuquerque recorda uma conversa que tivera com o coronel Quinca Ingá:

"O sertanejo levantava o arcabouço da toska vivenda, enfiando paus pelo chão, amarrava as varas de uns para outros com cipós, e lá um dia juntava gente para cobri-la de telha e rebocá-la de barro. Era uma festa. Muitas pessoas vinham prestar seus serviços, sem nenhuma remuneração, agasalhando o novo morador que, num dia, estava com sua casa fechada, graças àquela ação de solidariedade humana que, ainda hoje, funciona no sertão" (377-178).

Cipós... "que se não houvera cipó, não se pudera povoar o Brasil pelas diversas cousas de que se aproveitam dele", dissera Ambrósio Fernandes Brandão, no século XVII (6-205).

O modo de confeccionar casas, descrito por Ulisses Lins, não é válido para todos os sertões, cabendo, apenas, aos mais próximos à costa, onde os vizinhos estavam menos isolados.

As habitações litorâneas e sertanejas não guardavam, até meados do século XIX, diferenças marcantes. As moradas que se destacavam, no sertão, pertenciam, como afirmou Koster, a alguém que estava "acima da linha comum da população" (53-108), como um criador de gado ou um comerciante. No litoral, eram propriedades de senhores de engenho, de comerciantes, por exemplo.

Nos anos oitocentos, houve mudanças marcantes nas habitações de São Luís, Fortaleza e Recife. A capital maranhense possuía, quando Koster a visitou, casas cobertas de pindoba (53-231), enquanto Kidder, cerca de trinta anos depois elogiou a construção das moradas de São Luís (52 - 2º - 151). Em

Fortaleza, o viajante inglês encontrou um único edifício assobalhado (53-203), ao passo que, em 1838, muitos prédios estavam em construção, empregando como material "uma espécie de tijolo grande, rústico...feitos de barro, de tal forma que se torna possível construí-los e mobiliá-los no curto espaço de um ou dois dias" (52-2º-137). Recife, em 1812, na segunda viagem de Koster, possuía um aspecto bem modificado (53-257), com as janelas de vidro substituindo as sombrias rótulas. Enquanto transformações nas habitações se operavam nos centros litorâneos, o Sertão Nordestino permanecia com as mesmas moradas, aproveitando os recursos naturais, quando de fácil extração. A simplicidade, a pobreza e a dificuldade para a obtenção de telha eram comuns aos sertões. À época que o litoral se assobradava, alguns ramos do Sertão Nordestino possuíam apenas algumas moradas, acompanhando a arquitetura em sobrados.

IV.6.2 - Utensílios

IV.6.2.1- Utensílios das tropas

No século XVII, para sertanejar havia necessidade de "seis milheiros de anzóis, seis dúzias de facas de resgate para os índios amigos e vinte facões para os soldados" (238-193). No século XVIII, André da Rocha Pinto estava no sertão do Rio das Contas e precisava de "Duzentas pedras de fogo / Doze machados / Seis foices de roçar / Vinte e quatro facas do mato que tenham palmo e meio de ferro, direitas / Uma alavanca de quatro palmos e meio / Três almocreves / Duas en-

xadas / E vinte e quatro armas de fogo, por empréstimo para se tornarem a entregar acabada a diligência" (221-99).

IV.6.2.2 - Utensílios domésticos

No século XVII, nas fazendas do Piauí, a carne era comida assada, porque não havia "panelas em que se coza" (12-373). A dificuldade em possuir panelas e o exemplo indígena levaram a população a utilizar a cabaça. Até o século XIX, o utensílio - cabaço ou cabaça - esteve presente na vida sertaneja (26-290/5-229/42-2º-941/53-203), chegando a substituir toda a louça caseira, em algumas moradas (53-203). As poucas panelas eram feitas de barro (45-231).

O utensílio apareceu ora denominado cabaço, ora cabaça. No século XVIII, o padre Raphael Bluteau apenas registrou a forma "cabaça", "vaso da casca do fruto que tem o mesmo nome (cucurbita cameraria) (327-II-s/v). No século XX, Pereira da Costa, no "Vocabulário pernambucano", registrou ambas as formas: "Cabaça. Espécie de cuia ou coité do fruto do cabaço, cuieira ou coitezeira (Crescentia cujete, Linn) oval ou esférico, serrado ao meio e extraído o miolo que o enche por completo" (332-s/v) e "Cabaço. O chamado Cabaço de cóllo (cucurbita lagenaria, Linn), que atinge grande volume, de uma casca grossa e consistente, exteriormente pardacenta, e que tirado todo o miolo serve de vaso para a condução de água, guardar farinha e outros usos domésticos, é comumente muito usado na vendagem de mel e caldo de cana" (332-s/v).

Os talheres eram difíceis de ser encontrados. No século XVIII, em 1759, na residência piauiense dos jesuítas,

havia "sete talheres de prata" (426-V-558). No século XIX, Koster observou insuficiente número de garfos, facas e colheres todas as vezes em que foi convidado para uma refeição e comentou que, no Sertão Nordestino, "não são muito conhecidos e, nas classes pobres, nenhum uso possuem" (53-108).

Em relação a copo, somente Koster a ele fez referências, quando esteve em uma recepção, na fazenda de Santa Cruz, produtora de algodão: "Um único copo surgiu e no qual toda gente bebeu" (53-268). Este utensílio era substituído pelo cabaço. Quanto à caneca, "é feita da metade do casco do côco, ao qual é fixado um longo cabo. Pessoas ricas possuem côco de prata, como esses vasos são chamados" (53-360).

As borrachas eram utensílios que podiam ser utilizados em casa, ou durante a travessia, para carregar água. Os indígenas as chamavam de mipibu e eram feitas de couro de boi, formando um saco (53-144/398-389). Do mesmo material eram confeccionados os chapéus que, além de serem parte do traje, serviam "de estojo e de cuia para beber água..." (56-31).

Outros objetos domésticos podiam ser os pares de caçuás (jacás de cipó), os balaios de taquara, as rocas e os fusos, que eram "usança avoenga tenazmente conservada" (398-389); os instrumentos de pesca - rede, anzol e vara - eram observados desde o século XVII (5-229/42-2º-941/45-231). Os objetos de ferro eram importados do litoral (57-2º-262) e, embora raros, podiam ser encontrados em alguns sertões nordestinos, como em Canudos (398-389). Os alfinetes eram substituídos pelos espinhos de mandacaru, possibilitando às rendei-

ras das margens do São Francisco confeccionarem seus trabalhos (56-34).

IV.6.2.3 - Utensílios para o estrativismo de salitre e de sal

Para a extração de salitre era possível o uso de objetos metálicos. Contudo, quando o salitre aparecia associado ao sal (50-361), a atividade incluía, apenas, utensílios de madeira "ou de procedência vegetal, porque é crença arraigada do sertanejo que o ferro extingue a salina" (52-2º-146).

Em 1699, Pedro Barbosa Leal administrava as minas de salitre e pedia o envio de "sete foices roçadeiras, das de carregação, seis machados feitos na terra, de boa têmpera que servem para cortar lenha e necessita-se que sejam pela dureza das madeiras, cem varas de tranqueta para os coadores de coar salitre, uma mó para amolar as ferramentas que não há lá em que" (269-11). Em 1799, os utensílios metálicos continuavam em uso, porque José de Sá Bittencourt Accioli, enviado às nitreiras dos Montes Altos, sertão baiano, comentou sobre a necessidade de se ter ferreiros e caldeiros ali (2-417). Na região, só em alguns locais o salitre aparecia associado ao sal.

Para extrair o sal, desde o século XVI, o tapuia usava a panela de barro para misturar a terra com água e levar ao fogo para ferver (36-2º-304). A técnica e os utensílios foram absorvidos pelos colonizadores. Os sertanejos usavam a folha de carnaubeira para raspar a terra (56-42); após a raspagem, utilizavam gamelas de madeira (57-2º-403) ou um

banguê, que é um couro de boi (42-2º-596) esticado sobre quatro estacas (57-2º-404/52-2º-146) para que da terra, misturada à água, se separasse o sal. Para evaporar mais rápido, podiam ferver a água em panela de barro, rara em alguns sertões, como o de Parnaguá (49-241). Na maioria das vezes, a mistura de água e terra era deixada ao sol. No século XIX, o sal obtido era colocado em sacos retangulares de couro de boi, chamados surrões ou bruacas (57-2º-404).

IV.6.3 - Mobiliário

As casas sertanejas possuíam um mínimo de mobiliário. A rede, de variado uso, substituía a cama e a cadeira (53-203/49-151/398-123). Mesmo as casas mais respeitáveis do sertão não possuíam cadeira (49-151), pois o hábito era acocorar-se em volta de uma esteira e "aí comer sua refeição sobre o solo" (53-105). Assim, rara era a casa onde havia mesa. Koster, em Papari, sertão próximo ao mar do Rio Grande do Norte, encontrou uma mesa a seis polegadas do solo e esteiras para sentar (53-105). Theodoro Sampaio mencionou mesas, encontradas em Barra do Rio Grande, e confeccionadas em ardósia, material abundante naquele sertão (56-48).

As casas do Sertão Nordeste também podiam conter um jirau, um couro para dormir, alguns bancos (45-231), duas ou três caixas de cedro ou canastras (398-123).

O sertanejo tinha um mínimo de utensílios e de mobiliário, o que lhe facilitava a migração durante uma seca cruel e prolongada. Ele se servia da natureza que o cercava, transformando o cabaço em cuia, ou em copo; o mandacaru em al

cinete e o barro em panela.

IV.7 - Festas, instrumentos musicais e trajos

"Viola dos meus amores,
levo-te pelos caminhos
para que faças de flores
a estrada que tenha espinhos..."

Constantino Gonçalves (376-150).

IV.7.1 - Festas

Mesmo com medo de invernos insuficientes e de verões prolongados, a festa e a dança estavam presentes nos sertões nordestinos, porque "Filho de raças cantadeiras e dançarinas, o brasileiro, instintivamente, possui simpatias para essa atividade inseparável de sua alegria" (392-33).

Contudo, nem todas as danças foram bem recebidas pelas autoridades coloniais. No século XVIII, o lundu era tido por "diabólico folgado" que levava à prisão "todas e quaisquer pessoas ou sejam brancas ou pretas que se acharem no referido exercício ou assistindo a ele" (251-78). Tal rigor proibitivo, no entanto, não o fez desaparecer, pois, no século XIX, Spix e Martius colocavam-no junto à tonda e à baiana como sendo nacionais, além de graciosas (57-2^a-357). Também a Chegança foi proibida, em 1745, por D. João V, a pedido de frei Gaspar da Encarnação, que não aprovava a dança por ser lasciva. Sobre ela restaram alguns versos:

"Já não se dançam cheganças
Que não quer o nosso Rei,
Porque lhe diz frei Gaspar
Que é coisa contra a lei" (53-420).

No século XIX, o povo participava de festividades que remontavam à Idade Média peninsular, tal como o Batismo do Rei dos Mouros (53-415), ou as comemorações do dia de São Sebastião, com mascaradas, mouros e cristãos (59-2º-345). No Batismo do Rei dos Mouros, a população ficava dividida em mouros e cristãos, com seus reis sentados em um trono; existia uma réplica de fortaleza moura, que era atacada pelo rei cristão e seus homens, através de uma batalha naval ao longo da praia. Finalmente, o rei infiel era preso e batizado (53-420).

Especificamente ao sertão remoto, ao interior das terras, havia as Cavalhadas e as Mouramas, "divertimentos anacrônicos que os povoados sertanejos reproduzem, intactos, com os mesmos programas de há três séculos" (398-90). Existia, também, o Quilombo, que não tinha relação com os acontecimentos de Palmares, e, sim, com as lutas entre mouros e cristãos (457-38). Sobrevivia, desde o século XVII, a festividade de Coroação do Rei de Congo, que acontecia por ocasião da festa do Rosário, no sertão do Rio Grande do Norte, municípios de Jardim do Seridó e Caicó (53-335).

Nos sertões do São Francisco, Burton observou uma atmosfera de festa, porque, à noite, ouvia cânticos: "A ceia é feita ao anoitecer, e em todas as ocasiões possíveis, os cantos, o pandeiro e a dança se prolongam até o amanhecer" ' 1

(45-282). A cidade de Xique-Xique "não era menos "divertida" que suas vizinhas...apesar da ausência de uma festa, a folia não estava ausente" (45-334).

Para uma atmosfera de festa contribuía o domingo, os trinta e cinco dias santos, além de mais dezoito dias de feriado (57-2º-301). Os dias de feriado "no entender de muitos naturais do país são aqueles aos quais todos os outros dias estão subordinados" (52-2º-80).

IV.7.2 - Instrumentos musicais

Os instrumentos musicais permaneceram os mesmos, desde a colonização até o século XIX.

Dependendo da festa ou da reunião, havia instrumentos a acompanhar a alegria, que podiam ser uma banda de pífanos, para uma cavalhada (457-39), uma gaita, uma flauta (53-281), uns pandeiros, uns maracaxás e uns tambores (45-376/441-218). Tocava-se, também, a rabeca, um tipo de violino de timbre mais baixo, com quatro cordas de tripa, que eram friccionadas por um arco de crina passado em breu (391-136). A viola possuía destacada importância.

IV.7.3 - Trajos

O trajar simples do sertanejo foi, por vezes, mal visto pelos que não viviam no local. No século XVII, em 1697, o padre Miguel do Couto registrou sobre os moradores do sertão do Piauí que eram "miseráveis homens vestindo couros e parecendo tapuias" (12-373). A matéria-prima continuou a ser empregada na vestimenta, servindo, também, para confec

cionar o chapéu. Até o século XIX, o couro utilizado era o de veado (59-2º-376/49-69), que foi rareando até ser necessário substituí-lo por couro de boi.

O traje de couro era próprio do vaqueiro e constava de sete peças: chapéu, fabricado com "perícia e arte (56-64), gibão ou jaqueta, guarda-peito, perneiras ou calções, botas (59-2º-376), joelheiras de sola e luvas (398-83). A vestimenta "talha-se à feição do meio. Vestidos de outro modo não romperiam, incólumes, as caatingas e os pedregais 'cortantes" (398-84). Desde "a cabeça até aos pés, sem exceção em nenhuma parte do corpo, o sertanejo aparece vestido de uma verdadeira armadura de couro de cor aleonada" (46-124).

A vestimenta, mesmo em dia de festa, revelava o material existente no meio ambiente. No século XIX, em 1867, na festa do padroeiro de vila da Barra, os homens importantes estavam de terno preto, enquanto "o resto da multidão andava com chapéus de todos os tipos, altos, de palha de buriti ou de feltro e metida em ternos, brancos ou marrons de algodão" (45-376). O vaqueiro renovava seu traje com uma bromélia no chapéu, ou vestia um colete de pele de gato do mato ou de suçuarana (398-84). Às vezes, para ir à cidade, o sertanejo caprichava um pouco, podendo usar um chapéu de pindoba "com a forma de um pão-de-açúcar, acostumado a todas as variações de tempo..." (51-1º-261).

Em casa, na intimidade, o trajar era bem simples. O sertanejo usava calça e camisa e sua mulher vestia saia, camisa e calçava chinelos (53-204). A "verdadeira indumentária de um brasileiro do interior" consistia em camisa, ceroulas,

alpargatas, espingarda ao ombro, espada ao lado e uma faca de caça à cintura (53-121). Mesmo um presidente de província, como o Barão de Parnaíba, recebia algumas pessoas com esse traje simples. Gardner o viu, em Oeiras, com uma leve camisa de algodão branca e calças que iam até um pouco abaixo do joelho, embora não apresentasse as armas referidas, mas "diversos rosários, com crucifixos e outros berloques de ouro a ele presos" (49-211). As botas não eram utilizadas, sendo substituídas por chinelos e sapatos de couro (49-67).

CONCLUSÃO

1. A partir do exame da documentação histórica, referente aos séculos XVI a XIX, a concepção de Sertão Nordeste no como área semi-árida foi acrescida de outras significações.

A abordagem de "sertão" como mato longe da costa, também não explicou os sertões surgidos das fontes examinadas, que ficavam a variáveis distâncias do mar.

Assim, do Sertão Nordestino passaram a fazer parte os matos do sertão do Cairu, a barra do rio São Francisco, os sertões povoados do Piranhas e de Jacobina, os sertões desertos do Piauí, o sertão do caminho, o sertão alto e o alto sertão. O último, uma das expressões resgatadas à documentação, pode-se dizer, é o verdadeiro sertão, no sentido da semi-aridez.

2. O fato de ser área despovoada não caracteriza "sertão", porque Leonor Pereira Marinho, da Casa da Torre, no século XVIII, considerou suas terras povoadas e com esse argumento se justificou junto ao rei (90-14).

A parca população também não foi fator comum aos sertões nordestinos, pois áreas auríferas continuaram com a denominação de "sertão" mesmo após estarem bastante povoadas (Jacobina, Rio das Contas e áreas da Chapada Diamantina).

Contudo, os sertões do Nordeste possuíram uma população disseminada, o que ocorreu, até, com as regiões de mineração (202-28).

3. Embora haja referência ao Sertão Nordestino como área por excelência da pecuária (342-XI-s/v), encontramos os sertões auríferos e nitrosos, os dedicados à agroindústria açucareira ou tabageira, aqueles onde foram extraídas madeiras para a Coroa e, também, os dedicados à criação de gado. Entretanto, qualquer que haja sido a atividade econômica em evidência, todos os sertões possuíram dificuldades grandes para escoar a produção em face da lentidão na comunicação, de corrente do estado dos caminhos, quando havia, e dos morosos meios de transporte para cobrir distâncias de variáveis léguas.

4. A dificuldade de comunicação interferindo na procura e na chegada da autoridade, do vizinho, do pároco e na busca da sobrevivência foi comum a todos os sertões nordestinos, mesmo àqueles situados próximos à costa. O isolamento da população foi efeito direto da precariedade ou ausência de estradas, sempre à mercê das intempéries.

Ressaltou-se que a intensidade da comunicação, em alguns sertões nordestinos, foi modificada, diminuindo o isolamento, em momentos distintos e por motivos diferentes. Em fins do século XVII, o sertão de Jacobina possuiu uma área de mineração que se comunicou com Salvador, ainda que as tropas levassem quinze dias no percurso. No século XVIII, o sertão da vila de Rio das Contas, mais distante da capital da colônia, teve caminhos freqüentados, embora lentamente. Ambos foram áreas de extrativismo mineral. No século XIX, alguns sertões beira-rio receberam animação através do barco a vapor,

quando o curso fluvial o permitiu. Nesses anos oitocentos, os sertões próximos à costa saíram de seu isolamento pela vitória da energia a vapor sobre os ventos alíseos. Outros sertões, contudo, continuaram insulados, morosa e esporadicamente percorridos, como o sertão de Oeiras, cuja cidade perdeu o caráter de capital justo por essas características de comunicação.

Embora Ralph della Cava tenha defendido uma comunicação intensa da área sertaneja Crato-Icó-Juazeiro (do Norte) a níveis nacional e internacional, em fins do século XIX, não pode ser esquecido que, em 1837, o escoamento da produção algodoeira cearense teve como rota preferencial não a estrada Crato-Aracati, no litoral do Ceará, mas sim o trajeto Crato - sertão do Cabrobó (Pernambuco) - rio São Francisco - litoral. Isso foi causado pelas más condições da estrada que ligava sertão-litoral cearenses.

Dessa maneira, não se pode negar o isolamento para o Sertão Nordestino, que teve forte aliado na dispersão da população - "os sertões são todos portas" (202-29) -, na recomendação do rei para que fosse escolhido o pior caminho para determinados sertões e no lento caminhar ou navegar. Quando, em 1867, o sertanejo porto sanfranciscano de Piranhas galvanizou a região ao redor, por receber uma embarcação a vapor semanalmente, já sofrera trezentos anos de dificuldades para ser atingido e, em 1852, Hartt afirmara que a navegação, ali, pouco progredira. Não estar isolado em determinado período de tempo ou possuir comunicação menos demorada ou mais intensa não invalida a ação de um insulamento anterior.

5. Outro elo entre os sertões nordestinos foi a dificuldade para a manutenção da lei, reflexo, em grande parte, da lenta comunicação. Fosse no sertão do Recôncavo, do Piauí, de Jacobina ou no da vila do Cairu, os indígenas, os roubos, as mortes violentas estiveram presentes.

Para chegar até os sertanejos, as autoridades necessitavam abrir veredas, vadear rios, precaver-se das febres intermitentes ou da falta de água. A população, que se embrenhou pelo "coração das terras", possuiu uma mobilidade maior do que as autoridades, indo em busca da legendária Manoa, do indígena ou de áreas para pastagem.

O sertão a todos perdoou e abrigou: o "indulto do sertão" foi referido pelo vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes e aconteceu a 8, a 70 ou a 200 léguas da costa.

Nos sertões auríferos, a busca da lagoa dourada, de onde nasceu, por muitas décadas, o rio São Francisco, empolgou, também, as autoridades; de mantenedoras da lei passaram a participar das disputas locais. Quando não estava em jogo a riqueza mineral, um elo de parentesco ou amizade poderia, igualmente, afetar a ação da justiça. Em alguns sertões, a árdua tarefa era achar alguém adequado à função de "oficial de justiça": limpeza de mãos e conhecimento da legislação.

Sertanejar em uma correição, fazer uma prisão não eram tarefas invejáveis e envolviam risco de vida. A observação que o ouvidor Mendes Machado fez, em 1724, bem demonstrou o pensamento da época a respeito das dificuldades em aplicar a lei: "em tumulto de povo na largura desses sertões se deve usar de prudência e dar tempo para que se possam fazer a dili

gências do serviço de Sua Majestade" (299-169).

Mesmo com todos os obstáculos: roubo de grãos de ouro, assassinatos, falta de autoridades, demora na resolução de problemas judiciais, fuga, a população se fixou no Sertão Nordeste. O sonho da riqueza rápida, o encontro de boa área de pastagem ou de solo fértil foram mais fortes que as asperezas do sertão.

Foi possível determinar o esforço metropolitano e de seus representantes coloniais para atenuar os problemas. No entanto, as soluções eram morosas, porque percorriam o longo trajeto sertão-Salvador-Lisboa, em uma época dependente da energia eólica. A população aprendeu a resolver por si e a conviver com problemas que se lhes acometeram secularmente: "Quem vai a Juízo, perde o juízo" (377-159).

6. No âmbito da civilização material, o quadro geral da comunicação e o isolamento da população, também, tiveram influência. Esses fatores mantiveram o modo de fazer queijo e manteiga, protegeram o traje da influência da moda européia, passaram, através de gerações, o conhecimento e o aproveitamento da flora medicinal.

Se, por um lado, houve vantagens na proteção, por exemplo, do saudável hábito de usar chapéu de palha ou roupa de algodão, mais adequados ao clima, por outro, o isolamento e a lentidão da comunicação deixou o sertanejo avesso à novidade. Uma modificação na fornalha, na área de agroindústria açucareira, as tentativas da metrópole em incentivar novas técnicas de extração mineral, a notícia de navio feito de ferro não

atingiram o objetivo, já que esbarraram na desconfiança e no uso avoengo.

A natureza, exceto no período de estiagem, era pródiga. Ela fornecia palha de buriti para o chapéu, cabaço como utensílio doméstico, bromélia como adorno, pindoba para o teto, bofe de lagartixa ou sebo de ema como anti-inflamatório, chá de pinhão contra mordida de cobra, quina do Piauí contra febre intermitente, couro de veado para a roupa do vaqueiro.

Comum a todos os sertões nordestinos foi o viver simples, baseado na observação da natureza, como o instinto do lagarto teiú para se livrar dos efeitos da mordida de cobra, o canto da acauã a indicar chuva ou seca, por exemplo. A substituição da telha por outros materiais, os poucos utensílios, a essencial mobília, a escassez de moeda estiveram presentes em todos os sertões examinados.

No século XIX, a cozinha, os hábitos alimentares, os remédios, os utensílios, as habitações e o construir, a pesagem e a mensuração remontavam ao século XVII e, alguns traços culturais, ao XVI, como o emprego do cipó, em lugar dos pregos, ou o uso de óleo de copaíba, para tratamento de feridas. Quando a energia a vapor atingiu alguns pontos do Sertão Nordeste, como Juazeiro e Jatobá, através do trem, e o porto de Piranhas, por meio de barco, não mudou o viver da população. A dispersão dos moradores fez com que fosse diluída a possível influência de novos hábitos, advindos de comunicação mais célere entre Europa-litoral-sertão. Juazeiro, no sertão sanfranciscano, teve placas indicando a direção de carruagens, mas não as possuiu e nem preparou suas veredas para tal.

O mesmo não aconteceu no litoral e nos sertões nordestinos próximos ao mar, como Cachoeira, Cairu, Goiana e Limoeiro, onde as feiras, a convergência de caminhos e a proximidade de centros litorâneos fizeram o encontro de viajantes e moradores das duas direções. Aos poucos, as áreas mais próximas ao Atlântico foram galvanizadas pelos hábitos que chegaram apesar dos alíseos, a qualquer época do ano; trocaram as mezinhas pelos remédios ingleses, a bromélia por um adorno francês, as cores indígenas pela sobriedade européia.

BIBLIOGRAFIA

Optamos por numerar as obras e documentos consultados para facilitar a leitura do texto. Embora a bibliografia esteja dividida, a numeração é sequencial.

Lista de Abreviaturas

ABN -	Anais da Biblioteca Nacional
BCG -	Boletim Carioca de Geografia
BG -	Boletim Geográfico
CCU -	Consulta ao Conselho Ultramarino
CNG -	Conselho Nacional de Geografia
DH -	Documentos Históricos da Biblioteca Nacional
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
R3G -	Revista Brasileira de Geografia
RG -	Revista Geográfica
RIAHGP -	Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco
RIHGB -	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RSGRJ -	Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

Fontes

Crônica Colonial

- 1 ABBEVILLE, Claude d' - História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.
São Paulo, Livraria Martins, /s. d./
- 2 ACCIOLI, José de Sá Bittencourt - Memória sobre a viagem

ao terreno nitroso. In: SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. Memórias históricas e políticas da província da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1925, 2ª v, p 405-19.

- 3 ANTONIL, André João (João Antonio Andreoni). Cultura e opulência do Brasil. Salvador, Livraria Progresso, 1950
- 4 ARANHA, Manoel Guedes. Papel político sobre o Estado do Maranhão. In: RIHGB. Rio de Janeiro, Typ. Universal de H. Laemmert, 1883, tomo XLVI, parte 1ª, p. 1-60.
- 5 BARLEU, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. São Paulo, EDUSP; Belo-Horizonte, Itatiaia, 1974.
- 6 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogos das grandezas do Brasil. Rio de Janeiro, Dois Mundos, /s.d./.
- 7 CALDAS, João Pereira. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí. In: RIHGB. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, tomo LXII, parte 1ª, p. 60-161.
- 8 CARDIM, Fernão. Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica... Lisboa, Imprensa Nacional, 1847.
- 9 CASTILHO, Pero de. Carta ao provincial Henrique Gomes. In: LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro, INL, 1945, tomo V, p. 510-24.
- 10 CORTESÃO, Jaime. A carta de Pero Vaz de Caminha. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943.
- 11 COUTO, Domingos do Loreto. Desagravos do Brazil e glorias de Pernambuco. In: ABN. Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1904, v. XXIV e XXV.
- 12 COUTO, Miguel do. Descrição do certão do Feauhy. In: ENNES, Ernesto. As guerras nos Palmares. São Paulo, Brasiliense, 1938, p. 370-89.

- 13 FIGUEIRA, Luiz. Relação da missão do Maranhão (26 de março de 1608 (1609 ?). In: LEITE, Serafim. Luiz Figueira, a sua vida heróica e a sua obra literária. Lisboa, Agência Geral de Colónias, 1940, p. 105-52.
- 14 _____ Dificuldades da missão do Maranhão (26 de agosto de 1609) In: LEITE, Serafim. op. cit., p. 154-7.
- 15 _____ Relação de vários sucessos acontecidos no Maranhão e Grão-Pará, assim de paz como de guerra, contra o rebelde holandês, ingleses, e franceses e outras nações (1631). In: LEITE, Serafim. op. cit., p. 167-77.
- 16 _____ Memorial sobre as terras e gente do Maranhão & Grão Pará & Rio das Alamazonas. In: LEITE, Serafim. op. cit., p. 206-11.
- 17 _____ Carta bienal da província do Brasil (1602-1603). In: LEITE, Serafim. op. cit., p.91-104.
- 18 GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil. Rio de Janeiro, ed. do Anuario do Brasil, /s. d/, p. 23-61.
- 19 _____ História da Provincia de Santa Cruz. Rio de Janeiro, ed. do Anuário do Brasil, /s. d/, p. 62-151.
- 20 JONGE, Gedeon Morris de. Breve descrição apresentada aos srs. diretores da outorgada Companhia das Indias Ocidentais delegados a Assembleia dos Dezenove sobre os lugares situados no Brazil septentrional denominados Maranhão, Ceará, Cametá, Grão-Pará...". In: RIHGB. Rio de Janeiro, Companhia Typ. do Brazil, 1895, tomo LVIII, p.237-50.
- 21 LAET, Joannes de. História ou anais dos feitos da Compa -

- nhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o seu começo até o fim do ano de 1636. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1916.
- 22 MARCGRAVE, Jorge. História Natural do Brasil. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1942.
- 23 MORREAU, Fierre. História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tanuias / Pierre Moreau e Roulox Baro. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1979.
- 24 MORENO, Diogo de Campos. Jornada do Maranhão. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão. Rio de Janeiro, Nova Typ. de J. Paulo Hildebrandt, 1874, tomo 2º
- 25 NANTES, padre, O.F.M. Cap. Martinho de. Relação de uma missão no Rio São Francisco; relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1979.
- 26 NIEUHOF, Joan. Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil. São Paulo, Livraria Martins, 1942.
- 27 PARENTE, Bento Maciel. Relação do Estado do Maranhão (Madrid, 4 de agosto de 1636). In: ABN. Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1905, v. XXVI, p.355-9.
- 28 _____ Petição dirigida pelo Capitão-Mor Bento Maciel Parente ao Rei de Portugal D. Philippe III, acompanhada de um Memorial. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. op.cit., p.35-8.
- 29 _____ Memorial para conservar y augmen -

tar la conquista y tierras del Maranhão, y los Índios que en ellas conquistó el Capitan Maior Benito Maciel Parente, son necessarias y convenientes las cosas seguintes. ' In: ALMEIDA, Candido Mendes de. op. cit., p. 38-44.

- 30 PEREIRA, Joaquim José. Memoria sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody da Capitania do Rio Grande do Norte, da comarca da Parahyba de Pernambuco; onde se descrevem os meios de ocorrer a estes males futuros, etc, etc. In: RIHGB. Rio de Janeiro, Typ. Universal da Laemmert, 1857, tomo XX, p. 175-83.

- 31 Memoria que contém a descrição problematica da longitude e latitude do sertão da capitania geral de S. Luiz do Maranhão, que igualmente diz respeito ao numero das freguezias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; dirigida e consagrada ao Il^{mo} e Exm^o Sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho... In: op. cit., p.165-9.

- 32 SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. 3^a ed. São Paulo, Melhoramentos, /s.d./.

- 33 SANTIAGO, Diogo Lopes de. Historia da guerra de Pernambuco e feitos memoraveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, heroi digno de eterna memoria, primeiro aclamador da guerra. In: RIHGB. Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro & C., 1878, tomo XLI, parte 1^a, p. 143-81; parte 2^a, p. 387-425.

- 34 SILVEIRA, Simão Estacio da. Relação summaria das cousas do Maranhão. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. op. cit., p. 3-31.

- 35 SOARES, Francisco. Coisas notáveis do Brasil. In: CUNHA, A.G. Dicionário da língua portuguesa. Textos e vocabulos. Rio de Janeiro, MEC / INL, 1966, v.I.

- 36 SOUSA, Gabriel Soares de. Notícia do Brasil. São Paulo, Livreria Martins, /s.d./, 2 v.
- 37 TRAVASSOS, Simão. Sumario das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do Rio Paraíba. In: RIHGB. Rio de Janeiro, Garnier, 1873, tomo XXXVI, parte 1ª, p. 5-89.
- 38 VAN DER DUSSEN, Adrien. Relatório sobre o estado do Brasil... In: BARLEU, Gaspar. op. cit., p. 126-49.
- 39 VASCONCELOS, Simão de. Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil... e algumas noticias antecedentes curiosas e necessarias das cousas daquele Estado. 2ª ed. Rio de Janeiro, Typ. de João Ignacio da Silva, 1864.
- 40 VIEIRA, Antonio. Relação da missão da serra da Ibiapaba. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. op. cit., p. 455-501.
- 41 _____ Resposta aos capítulos do procurador do Maranhão. In: LISBOA, João Francisco. Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão. Petrópolis, Vozes; Brasília, INL, 1976.
- 42 VILHENA, Luiz dos Santos. Recompilação de notícias soteropolitanas e brasílicas.... Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921/2, 2 v.

Viajantes

- 43 AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil - 1865 - 1866. São Paulo, Nacional, 1938.
- 44 AVÉ - LALLEMENTE, Robert. Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859). São Paulo,

EDUSP; Belo-Horizonte, Itatiaia, 1980.

- 45 BURTON, Richard Francis. Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico. Belo-Horizonte, Itatiaia / São Paulo, EDUSP, 1977.
- 46 DENIS, Fernando. Brazil. Lisboa, Typ. de L.C. da Cunha, 1845, 2 v.
- 47 DODT, Gustavo. Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi. Belo-Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1981.
- 48 GARCIA, Manuel Funchal. Do litoral ao sertão. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1965.
- 49 GARDNER, George. Viagens no Brasil, principalmente nas Províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. São Paulo, Nacional, 1942.
- 50 HARTT, Charles Friederick. Geologia e geografia física do Brasil. São Paulo, Nacional, 1941.
- 51 KIDDER, D.P. & FLETCHER, J.C. O Brasil e os brasileiros. São Paulo, Nacional, 1941, 2 v.
- 52 KIDDER, D. P. Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (Províncias do Norte). São Paulo, Livraria Martins, 1943, 2 v.
- 53 KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. São Paulo, Nacional, 1942.
- 54 MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil, principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes. Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1944.

- 55 RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. São Paulo, Círculo do Livro, /s.d./.
- 56 SAMPAIO, Theodoro. O rio de S. Francisco, trechos de um diário de viagem, e a Chapada Diamantina, 1879-80. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1905.
- 57 SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, 3 v.
- 58 TOLLENARE, Louis-François de. Notas dominicais. Recife, Secretaria de Educação e Cultura / Departamento de Cultura, 1978.
- 59 WIED NEUWIED, Príncipe Maximiliano de. Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817. São Paulo, Nacional, 1940, 2 v.

Coleção D.H.

- 60 Alvará por que Sua Majestade fez mercê (além de outras) a João Amaro Maciel Parente do título de Donatário da Vila que seu pai Estêvão Baião Parente começou a erigir de novo com a mesma forma concedida ao dito seu pai pela portaria de 19 de Março de 1674 (Registado na Bahia, 16 de Maio de 1696). In: DH, v. LVII, p. 68-72.
- 61 Alvará por que Sua Majestade concede licença a Antônio Carvalho Guimarães de que levantado que seja o engenho de açúcar da nova inventiva com as conveniências que ele promete toda a pessoa que logo ou em outro qualquer tempo fizer no Estado do Brasil moenda como a que o suplicante levantar lhe dê e pague por uma vez somente 400\$000 réis ou 4 arrobas de açúcar branco por cada 1000 que fizer por pensão para sempre (Lisboa, 17 de Dezembro de 1697). In: DH, v. LIX, p. 221-4.

- 62 Alvará de sesmaria, concedido a Manuel Ramos Aires e aos mais por Sua Majestade, que Deus guarde (Lisboa ocidental, 3 de fevereiro de 1724). In: DH, v. LXXIII, p. 315-20.
- 63 Carta para Sua Majestade acerca da Infantaria que o Governador de Pernambuco mandou à Paraíba (Bahia, e Junho 9 de 1661; Francisco Barreto). In: DH, v. II, p. 405-8.
- 64 Carta para a Câmara da Vila de São Paulo (Bahia e Novembro 15 de 1669; Alexandre de Souza Freire). In: DH, v. IV, p. 141-3.
- 65 Carta que se escreveu a Fernão Dias Paes sobre as minas (Bahia e Fevereiro 19 de 1672; Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça). In: op. cit., p. 221-2.
- 66 Carta para o Capitão Francisco Barbosa Leal (Bahia e Novembro 17 de 1667; Christovão de Burgos, Alvaro de Azevedo, Antonio Guedes de Brito). In: DH, v. VII, p. 53-4.
- 67 Carta que se escreveu ao Governador de Pernambuco Fernão de Sousa Coutinho (Bahia e Janeiro 21 de 1671; Alexandre de Sousa Freyre). In: op. cit., p. 405-7.
- 68 Carta para o Governador de Pernambuco D. Pedro de Almeida sobre a disposição da guerra dos Palmares (Bahia e Fevereiro 25 de 1675; Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça). In: DH, v. VIII, p. 134-7.
- 69 Carta que se escreveu a Domingos Jorge Velho (Bahia 13 de Outubro de 1688; Mathias da Cunha). In: op. cit., p. 313-5.
- 70 Carta para o Provedor da Fazenda de Pernambuco João do Rego Barros que acompanha as ordens da Fazenda (Bahia 18 de Outubro de 1688; Mathias da Cunha). In: op. cit., p. 328-30.
- 71 Carta para o Capitão Manuel de Abreu Soares no quartel do

Rio Açu (Bahia 6 de Dezembro de 1688; Fr. M. Arcebispo Governador). In: op. cit., p. 343-6.

72 Carta para o Capitão-mor Pedro Aranha Pacheco sobre se não fez ao (sic) conquista dos Bárbaros (Bahia 24 de Maio de 1689; Fr. M. Arcebispo Governador). In: op. cit., p. 359-62.

73 Carta para o Mestre de Campo Mathias Cardoso de Almeida (Bahia 28 de Agosto de 1689; Fr. M. Arcebispo Governador). In: op. cit., p. 374-7.

74 Carta para o Engenheiro Antonio Corrêa Pinto sobre as minas (Bahia e Março 18 de 1675; Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça). In: op. cit., p. 457-9.

75 Carta que se escreveu à Câmara de São Paulo sobre darem todo o favor pólvora e munição às pessoas que hão de ir ao Rio de São Francisco à conquista dos Ayayos (sic) (Bahia e Fevereiro 20 de 1677; Agostinho de Azevedo Monteiro, Alvaro de Azevedo, Antonio Guedes de Brito). In: DH, v. IX, p. 73-5.

76 Carta para o Capitão-mor do Espírito Santo Francisco Ribeiro sobre ir Bartholomeu de Pina Pereira, para ensinar e examinar as minas de ouro (Bahia e Janeiro 31 de 1703; Dom Rodrigo da Costa). In: op. cit., p. 312.

77 Carta de Sesmaria de Bento da Costa cinco léguas de terra em quadra na Capitania do Rio Grande (Bahia e de Novembro 6 de 1664; Conde de Óbidos). In: DH, v. XXI, p. 455-8.

78 Carta de doação de Jeronymo de Matos da Silva, morador em Pernambuco de uma légua de terra no sertão entre o distrito de Goiana e Paraíba (Bahia e Junho 10 de 1666; Vice-Rei). In: DH, v. XXII, p. 275-7.

79 Carta para o Governador de Pernambuco (Bahia, Junho 8 de

- 1694; D. João de Lancastro). In: DH, v. XXXVIII, p. 314-15.
- 80 Carta escrita ao Governador do Maranhão Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho (Bahia, Abril 22 de 1695; Dom João de Lancastro). In: op. cit., p. 350-3.
- 81 Carta para o Capitão-mor do Rio Grande Bernardo Vieira de Melo, sobre várias matérias, tocantes ao Terço dos Paulistas, e conserto da fortaleza (Bahia e Janeiro 31 de 1699; Dom João de Lancastro). In: DH, v. XXXIX, p. 31-40.
- 82 Carta para Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro, Governador e Capitão Geral de Pernambuco sobre a carta do Padre Missionário João da Costa de que remeteu cópia, e outra que se lhe envia do mesmo Padre; criação do Terço dos Paulistas: queixa do Capitão João Porrade de Moraes, e procedimentos do Capitão-mor do Rio Grande: agradecimento de remeter o dinheiro à dita Capitania para socorro dos Paulistas, e sobre o aviso do negócio do Senhor Bispo. (Bahia e Novembro 11 de 1699, Dom João de Lancastro). In: op. cit., p. 86-92.
- 83 Carta para o Sargento-mor do Terço dos Paulistas José de Moraes Navarro (Bahia 8 de Abril de 1701, Dom João de Lancastro). In: op. cit., p. 139-41.
- 84 Carta para Francisco de Castro Moraes, Governador de Pernambuco, sobre a observância das ordens de Sua Majestade, que proibem a comunicação pelos sertões com as minas de ouro de São Paulo (Bahia e Julho 20 de 1703; Dom Rodrigo da Costa) In: op. cit., p. 185-6.
- 85 Carta para o Governador de Pernambuco, Francisco de Castro Moraes sobre... (Bahia e Fevereiro 22 de 1705; Dom Rodrigo da Costa). In: op. cit., p. 224-6.
- 86 Carta para o Governador de Pernambuco, Sebastião de Castro

- e Caldas (Bahia e Outubro 8 de 1710; D. Lourenço de Almada) .
In: op. cit., p. 250-2.
- 87 Carta para o Governador de Pernambuco, sobre (sic) (Bahia e Novembro 2 de 1710; Dom Lourenço de Almada). In: op. cit., p. 253.
- 88 Carta que escreveu ao Bispo Governador de Pernambuco (Bahia e Fevereiro 26 de 1711; Dom Lourenço de Almada). In: op. cit., p. 268-70.
- 89 Carta para o Capitão-mor do Rio Grande do Sul Manuel Alves de Souza (Bahia e Março, 13 de 1717; Marquês de Angeja). In: DH, v. XL, p. 95-6.
- 90 Carta para o Mestre de Campo Manuel Alves de Moraes Navarro sobre as terras de Leonor Pereira Marinho nos sertões do Rio Grande (Bahia e Março, 19 de 1705; Dom Rodrigo da Costa). In: DH, v. XLI, p. 13-4.
- 91 Carta para o Capitão Pedro de Afonseca e Melo sobre as tomadas dos combois (Bahia e Março, 21 de 1705; Dom Rodrigo da Costa). In: op. cit., p. 21-2.
- 92 Carta para o Capitão-mor João Amaro Maciel Parente sobre os combois (Bahia, e Outubro 31 de 1705; Luiz Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 147.
- 93 Carta para o Juiz Ordinário da Vila de São Francisco de Se regipe do Conde André Cavallo de Carvalho (Bahia e Abril. 14 de 1708; Luiz Cesar de Menezes). In: op. cit., p.225-6.
- 94 Carta para o Capitão Antônio de Almeida Velho para prender ao Coronel Bernardino Cavalcanti e as mais pessoas que andarem em averiguações de minas (Bahia e Novembro 8 de 1710; Dom Lourenço de Almada). In: op. cit., p. 285.

- 95 Carta que se escreveu ao Capitão-mor da Capitania de Sergipe de El-Rei sobre o levantamento dos moradores da vila do Rio de São Francisco (Bahia e Fevereiro 20 de 1711, Dom Lourenço de Almada). In: op. cit., p. 304-5.
- 96 Carta para os oficiais da Câmara do Cairu para remeterem as armas, e munições que se lhe mandaram para a guerra do gentio (Bahia e Março 27 de 1711; Dom Lourenço de Almada). In: op. cit., p. 314.
- 97 Carta que se escreveu ao Capitão-mor António de Almeida Velho sobre as minas de Jacobina (Bahia e Setembro 13 de 1711; s/assinatura). In: op. cit., p. 329.
- 98 Carta para o Capitão de Cavalos Pedro de Araújo Vilas Boas, sobre a condução de tabacos, e mandar um oficial de sua companhia ao distrito da Água-Fria e fazer conduzir as boiadas para esta cidade (Bahia e Junho 20 de 1713; Pedro de Vasconcelos). In: DH, v. XLII, p. 136.
- 99 Carta que se escreveu ao Juiz Ordinário da Vila da Cachoeira, e ao Capitão de cavalos Pedro de Araújo Vilas Boas, para apresarem todos os combois que forem para as minas do ouro (Bahia e Fevereiro 20 de 1714; Pedro de Vasconcelos). In: op. cit., p. 185-6.
- 100 Carta que se escreveu, sobre as plantas das mandiocas, aos Coronéis Francisco Machado Palhares, Egas Muniz Barreto, Antonio Ferreira de Sousa, José Fires de Carvalho, e Garcia de Ávila Pereira, até o sinal da risca; e ao Sargento-maior Gabriel Rocha Moutinho, por ausência do seu Coronel Pedro Barbosa Leal, o último Capitão sobre os tabacos, nos distritos de Saubara (sic), e mais lugares circunvizinhos; e ao Capitão mais antigo, José de Toar e Ulhôa, por ausência do seu Coronel Bernardino Cavalcanti de Albuquerque, e Sargento-maior de seu Regimento, também o último Capitão sobre os tabacos nos distri-

tos de Capanema, Cachoeira, Maragugipe, Campinhos e mais lugares circunvizinhos (Bahia 25 de Janeiro de 1715; Marquês de Angeja). In: op. cit., p. 225-7.

101 Carta que se escreveu ao Coronel Garcia de Ávila Pereira sobre a guerra dos bárbaros que se acompanhou das cartas que se escreveram ao Sargento-Maior Miguel de Abreu de Sepulveda e ao Governador do Maranhão que vão todas sucessivamente Registadas. (Bahia e Maio 15 de 1715; Marquês de Angeja). In: op. cit., p. 247-8.

102 Carta que se escreveu ao Provincial de São Bento sobre João Alves Soares (Bahia e Maio 4 de 1715; Marquês de Angeja). In: op. cit., p. 245-7.

103 Carta que se escreveu ao Governador do Maranhão (Bahia e Abril 3 de 1716; Marquês de Angeja). In: op. cit., p. 338-40.

104 Carta para o Rio de São Francisco escrita ao Coronel Alexandre Rabelo de Sepulveda para abrir o caminho do Pia-guê para esta cidade (Bahia e Novembro 18 de 1718; O Conde do Vimieiro). In: DH, v. XLIII, p. 166-8.

105 Carta para os Officiais da Câmara da Vila do Cairu; sobre o ajuste que hão de fazer com o Sargento-mor da Artilharia Inácio Teixeira Rangel, e mais pessoas que declara, acerca da guerra que se há de fazer aos Bárbaros (Bahia e Janeiro 17 de 1719; O Conde do Vimieiro). In: op. cit., p. 191-3.

106 Carta para o Coronel Pedro de Araújo Vilas-Boas (Bahia e Dezembro 9 de 1719; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: DH, v. XLIV, p. 19.

107 Carta para o Capitão-mor Antônio Veloso (Bahia e Junho 30 de 1721; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op.

cit., p. 71.

- 108 Carta para o Coronel Pedro Barbosa Leal, sobre a queixa de Manuel Francisco dos Santos (Bahia e Agosto 29 de 1721; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 96-8.
- 109 Carta que se escreveu ao Padre Provincial de São Francisco para ordenar aos Padres Missionários das Aldeias de Jeremoabo, e Pontal dar cada um deles dez Índios (Bahia e Agosto 26 de 1721; Luiz da Costa Sepulveda, oficial maior). In: op. cit., p. 120.
- 110 Carta para o Coronel Alexandre Rebelo de Sepulveda morador de Piaguhy, sobre a nova estrada para a passagem das boiadas (Bahia e Agosto 25 de 1721; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 121-2.
- 111 Carta para o Coronel Pedro Barbosa Leal (Bahia e Setembro 17 de 1721; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 135.
- 112 Carta para o Coronel Pedro Leolino Mariz (Bahia e Junho 5 de 1722; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 283-4.
- 113 Carta para o Capitão-mor Antonio Veloso da Silva (Bahia e Julho 28 de 1722; Vasco Fernandes Cesar de Menezes) In: op. cit., p. 310-11.
- 114 Carta para o Coronel Pedro Barbosa Leal sobre vários particulares (Bahia e Setembro 18 de 1722; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 327-31.
- 115 Carta para o Coronel Pedro Barbosa Leal, escrita pelo Ajudante que trouxe os quintos (Bahia e Outubro 29 de 1722; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 351-4.

- 116 Carta para o Coronel Alexandre Rebelo de Sepulveda (Bahia e Novembro 12 de 1723; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 363.
- 117 Carta para o Coronel Pedro Barbosa Leal (Bahia e Novembro 27 de 1722; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: D.H., v. XLV, p. 13-4.
- 118 Carta para o Coronel Pedro Barbosa Leal (Bahia e Dezembro 23 de 1722; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 43-6.
- 119 Carta que se escreveu ao Coronel Manuel de Brito Casado (Bahia e Março 18 de 1723; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 64.
- 120 Carta para o Juiz de Fora (Bahia e Julho 23 de 1723; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: DH, v. XLV, p. 105-6.
- 121 Carta que escreveu ao Presidente do Hospício de Nossa Senhora da Piedade o Oficial-maior da Secretaria deste Estado, por ordem do Exmo. Sr. Vasco Fernandes Cesar de Menezes Vice-Rei deste Estado de cujo teor outra para o Provincial da Província de São Francisco para que passem ordens aos Missionários das Aldeias para que dêem todos os mais Índios precisos para a guerra do Gentio Bárbaro (Bahia e Dezembro 11 de 1723; Luiz da Costa Sepulveda). In: op. cit., p. 148-9.
- 122 Carta Patente do posto de Mestre de Campo do Terço de Paulistas brancos índios armados que por ordem de Sua Magestade que Deus guarde há de vir da Capitania de S. Vicente para a guerra dos bárbaros do Rio Grande provido na pessoa do Sargento-Maior Manuel Alves de Moraes Navarro aprovado pelo mesmo Senhor para se lhe encarregar aquela guerra (Bahia e Maio 25 de 1696; D. João de Lancastro). In: DH, v. LVII, p. 84-93.

- 123 Carta Patente do posto de Capitão de infantaria paga do Terço que Sua Majestade que Deus guarde manda se forme de Paulistas para a guerra que se há de fazer aos bárbaros da Capitania do Rio Grande e a todos os mais que houver nos sertões do Rio de São Francisco para o Norte até o Ceará Grande do qual é Mestre de Campo Manuel Alves de Moraes Navarro, provido na pessoa de Manuel Siqueira Rondon (Bahia e Maio 5 de 1699; D. João de Lancastro). In: DH, v. LVIII, p. 323-5.
- 124 Carta Patente por que foi provido Jorge de Barros Leite no posto de Mestre de Campo Governador da Capitania de Sergipe de El-Rei, por tempo de três anos (Lisboa, 23 de Março de 1711; D. João). In: D.H., v. LX, p. 106-11.
- 125 Cópia da segunda carta da dita Leonor Pereira Marinho, sobre o mesmo particular que também se remeteu a Sua Majestade originalmente (sobre o salitre) (Torre, 22 de Junho de 1697). In: DH, v. LXIV, p. 349-51.
- 126 Carta de Sua Majestade sobre o círculo da moeda (Lisboa, 17 de Março de 1688). In: op. cit., p. 271-2.
- 127 Carta de Sua Majestade por que se ordena se mande um Desembargador da Relação desse Estado tirar devassa sobre o excesso e crime que cometeram os moradores da Vila Nova do Rio de São Francisco contra o seu vigário, entrando violentamente na igreja (Lisboa, 31 de Março de 1709). In: D.H., v. LXV, p. 154-5.
- 128 Carta de Sua Majestade para o Senhor Antônio Teles da Silva para se haver de acudir a Pernambuco para que cessem as queixas que naquela Capitania havia do seu auditor (Lisboa, 1 de Agosto de 1646). In: op. cit., p. 325-6.
- 129 Carta de Sua Majestade acerca dos Bárbaros da Capitania e sertão da Paraíba e guerra que se pretende fazer-lhes

- (Lisboa, 9 de Janeiro de 1622), In: DH, v. LXVI, p. 176-7.
- 130 Carta de Sua Alteza sobre João Amaro Maciel ser proposto em uma Companhia de Infantaria (Lisboa, 20 de Maio de 1674). In: DH, v. LXVII, p. 84-5.
- 131 Carta de Sua Alteza sobre conceder-se aos Padres da Companhia a administração dos índios assim no espiritual como temporal e se restituaem aos ditos Padres 230 índios que João Peixoto Viegas mandou ao interior do sertão (Lisboa, 26 de Agosto de 1680). In: DH, v. LXVIII, p. 8-9.
- 132 Carta de Sua Alteza sobre a justiça do Rio Grande, Paraíba e Itamaracá estar sujeita ao Ouvidor Geral de Pernambuco (Lisboa, 17 de Junho de 1682). In: op. cit., p. 64-5.
- 133 Carta para o Coronel Pedro Barbosa Leal (Bahia e Março 14 de 1724; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: DH, v. LXXI, p. 258-9.
- 134 Carta para o Capitão-mor da Capitania de Ilhéus (Bahia e Abril 20 de 1724; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 266-7.
- 135 Carta para os oficiais da Câmara da vila da Cachoeira (Bahia e Dezembro 14 de 1724; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: D.H., v. LXXII, p.8.
- 136 Carta para o Coronel Pedro Barbosa Leal (Bahia e Maio 11 de 1725; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 113-5.
- 137 Carta para o Coronel Garcia de Ávila Pereira (Bahia e Setembro 4 de 1725; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 166-7.

- 138 Carta que se escreveu ao Ouvidor Geral do Piauí Antônio Marques Cardoso (Bahia e Outubro 26 de 1725; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 195-6.
- 139 Carta para os oficiais da Câmara da vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio das Contas (Bahia e Outubro 31 de 1725; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 197-9.
- 140 Carta para o Coronel Pedro Barbosa Leal (Bahia e Novembro 3 de 1725; Vasco Fernandes Cesar de Menezes) In: op. cit., p. 204-6.
- 141 Carta para o Coronel Pedro Barbosa Leal (Bahia e Dezembro ... de 1725; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 237-8 (sem o dia no texto).
- 142 Carta que se escreveu ao Coronel Manuel de Figueiredo Magalhães e do mesmo teor se escreveram mais duas com a mesma data, ao Coronel Domingos Borges de Barros, e ao Coronel Antônio Homem de Afonseca Corrêa (Bahia e Maio 18 de 1726; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 334-5.
- 143 Carta para o Coronel Pedro Barbosa Leal (Bahia e Maio 20 de 1726; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 343.
- 144 Outra carta para o mesmo Coronel Pedro Barbosa Leal (Bahia e Maio 20 de 1726; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 343-4.
- 145 Carta para o Coronel Manuel de Araújo de Aragão com o bando sobre as minas das cabeceiras ou sertão do Rio das Contas (Bahia e Março, 17 de 1719; Conde do Vimieiro). In: DH, v. LXXIII, p. 50

- 146 Carta escrita a André da Rocha Pinto sobre as minas do rio das Contas para que não deixe minerar nelas (Bahia e Março, 27 de 1719 ; Conde do Vimieiro). In: op. cit., p. 62-3.
- 147 Carta que se escreveu ao Capitão-mor André da Rocha Pinto com o bando que nela se declara (Bahia e fevereiro, 20 de 1720 ; Senhor Arcebispo da Bahia, Caetano de Brito e Figueiredo, João de Araújo e Azevedo). In: op. cit., p. 264-6.
- 148 Carta de Sua Majestade ao Governador e Capitão Geral deste Estado sobre o círculo e marcas da moeda (Lisboa aos 17 de março de 1688). In: DH, v. LXXXIII, p. 64-6.
- 149 Carta de Sua Majestade, que Deus guarde, por que ordena-se dê 4\$000 cada mês a Manuel Gonçalves, enquanto não for acomodado em um dos ofícios de escrivão das vilas que se tem feito neste Estado (Lisboa, 26 de fevereiro de 1698). In: DH, v. LXXXIV, p. 18.
- 150 Carta de Sua Majestade para o Governador e Capitão Geral deste Estado D. João de Alencastro sobre mandar extinguir o Terço dos Paulistas de que é Mestre de Campo Manuel Álvares de Moraes e lhe extranhar (sic) o não ter dado comprimento (sic) a sua ordem (Lisboa a 15 de dezembro de 1700). In: op. cit., p. 118-9.
- 151 Carta do Secretário Bernardino Vieira Travasco (sic) escrita ao Conde de Alvor, sobre a disposição de Sua Majestade ordenar que para se defender a Capitania do Rio Grande dos bárbaros se pusessem três aldeias de 200 casais, cada uma, com 20 soldados e um cabo nos três sertões do Açu, Goguari e Piranhas (Bahia, 5 de agosto de 1694 ; Bernardo Vieira Ravasco). In: op. cit., p. 123-7.
- 152 Carta de Sua Majestade, que Deus guarde, para o Governador

- dor e Capitão Geral que foi deste Estado D. João de Alencastro sobre desta Bahia não continuar pelos seus sertões com comércio algum para as minas de S. Paulo (Lisboa, 7 de fevereiro de 1701). In: op. cit., p. 170-1.
- 153 Carta do Conde de Vila Verde para o Provedor-mor da Fazenda Francisco Lamberto sobre mandar para o Reino umas sementes de pinhões (Lisboa, 5 de setembro de 1703). In: op. cit., p. 213.
- 154 Carta para Dom Manuel Rolim de Moura, sobre a necessidade de farinha que se experimenta nesta Bahia e do mesmo teor e data se escreveu outra ao Governador da Paraíba João de Abreu Castel Branco (Bahia e Março, 10 de 1722; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In. DH, v. LXXXV, p. 109-10.
- 155 Carta que se escreveu a Manuel Almeida Matoso, Ouvidor da Capitania das Alagoas (Bahia e Março, 20 de 1723; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 127-8.
- 156 Carta escrita a João de Abreu Castel Branco, Capitão-mor da Capitania da Paraíba (Bahia e dezembro, 24 de 1722; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 131-2.
- 157 Carta para Dom Manuel Rolim de Moura, Governador de Pernambuco (Bahia e fevereiro 26 de 1724; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 169-70.
- 158 Carta para os oficiais da Câmara da cidade da Paraíba. (Bahia e fevereiro 20 de 1724; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 175.
- 159 Carta para o Sargento-mor Agostinho Moreira Guterres (Bahia e outubro, 12 de 1725; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 218-9.
- 160 Carta para o Provedor da Fazenda de Pernambuco (Bahia e

- setembro, 23 de 1726; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 238-9.
- 161 Carta para o Governador de Pernambuco Duarte Sodré Pereira (Bahia e dezembro, 18 de 1728; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: DH, LXXXVI, p. 48-50.
- 162 Carta para o Governador de Pernambuco Duarte Sodré Pereira (Bahia e maio, 11 de 1729; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 53-4.
- 163 Carta para o Ouvidor da Capitania da Paraíba (Bahia e maio, 17 de 1730; conde de Sabugosa). In: op. cit., p. 83.
- 164 Carta para os oficiais da Câmara desta cidade sobre a consignação donde se há de pagar aos soldados que não de ir com as diligências (Bahia e julho, 17 de 1703); Dom Rodrigo da Costa). In: DH, v. LXXXVII, p. 53.
- 165 Carta para os oficiais da Câmara desta cidade sobre se lhes remeter a portaria que pediram para se abrir uma nova estrada para condução dos gados que vêm do sertão desta capitania (Bahia e setembro, 6 de 1704; Dom Rodrigo da Costa). In: op. cit., p. 63.
- 166 Carta para o juiz de fora desta cidade (Bahia e agosto, 6 de 1723; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 186.
- 167 Carta de André Alves Pereira Ribeiro e Cirne aos governadores interinos, informando que mandou publicar uma proclamação em todas as vilas do sertão, de 1 de junho de 1817. In: DH, v. CIII, p. 34.
- 168 Confirmação que o Senhor Vice-Rei deste Estado deu a Maria Barbosa d'Almeida, de uma data de terra do Riacho

Uranema (sic) até a Serra da Jacioba (Bahia e Janeiro 2 de 1665; Vice Rei). In: DH, XXII, p. 162-4.

169 CCU, 18 de julho de 1678. In: DH, v. LXXXVIII, p. 138-9.

170 CCU, 29 de novembro de 1678. In: op. cit., p. 147-8.

171 CCU, 7 de maio de 1680. In: op. cit., p. 176-8.

172 CCU, 6 de agosto de 1680. In: op. cit., p. 177-8.

173 CCU, 7 de outubro de 1680. In: op. cit., p. 186-8.

174 CCU, 7 de outubro de 1681. In: op. cit., p. 209-11.

175 CCU, 6 de fevereiro de 1688. In: DH, v. LXXXIX, p. 95-6.

176 CCU, 20 de dezembro de 1689. In: op. cit., p. 147-54.

177 CCU, 2 de janeiro de 1690. In: op. cit., p. 155-6.

178 CCU, 16 de novembro de 1692. In: op. cit., p. 219-22.

179 CCU, 23 de novembro de 1693. In: op. cit., p. 242-4.

180 CCU, 20 de novembro de 1694. In: op. cit., p. 258-9.

181 CCU, 23 de janeiro de 1698. In: DH, v. XC, p. 30-1.

182 CCU, 9 de julho de 1725. In: op. cit., p. 76.

183 CCU, 13 de novembro de 1725. In: op. cit., p. 90.

184 CCU, 25 de fevereiro de 1729. In: op. cit., p. 176-7.

185 CCU, 4 de maio de 1731. In: op. cit., p. 232-5.

- 186 CCU, 7 de julho de 1733. In: DH, v. XCI, p. 16-7.
- 187 CCU, 13 de outubro de 1734. In: op. cit., p. 34-8.
- 188 CCU, 15 de dezembro de 1749. In: op. cit., p. 76-8.
- 189 CCU, 20 de novembro de 1752. In: op. cit., p. 138-40.
- 190 CCU, 23 de novembro de 1754. In: op. cit., p. 180-1.
- 191 CCU, 25 de setembro de 1756. In: op. cit., p. 248-50.
- 192 CCU, 27 de outubro de 1759. In: DH, v. XCII, p. 54-60.
- 193 CCU, 11 de agosto de 1761. In: op. cit., p. 70-1.
- 194 CCU, 9 de abril de 1783. In: op. cit., p. 111-4.
- 195 CCU, 12 de outubro de 1799. In: op. cit., p. 134-6.
- 196 CCU, 6 de agosto de 1802. In: op. cit., p. 165-72.
- 197 CCU, 20 de junho de 1806. In: op. cit., p. 189-91.
- 198 CCU, 26 de setembro de 1806. In: op. cit., p. 195-8.
- 199 CCU, 7 de dezembro de 1674. In: op. cit., p. 209.
- 200 CCU, 3 de outubro de 1679. In: op. cit., p. 250.
- 201 CCU, 18 de abril de 1730. In: DH, XCIV, p. 478.
- 202 CCU, 21 de maio de 1711. In: DH, XCVI, p. 27-30.
- 203 CCU, 26 de outubro de 1712. In: op. cit., p. 69-70.
- 204 CCU, 19 de outubro de 1715. In: op. cit., p. 195-8.

- 205 CCU, 30 de outubro de 1716. In: op. cit., p. 254-5.
- 206 CCU, 8 de dezembro de 1716. In: DH, v. XCVII, p. 6-26.
- 207 CCU, 22 de dezembro de 1717. In: op. cit., p. 82-4.
- 208 CCU, 24 de janeiro de 1718. In: op. cit., p. 101-7.
- 209 CCU, 30 de janeiro de 1719. In: op. cit., p. 162-4.
- 210 CCU, 25 de maio de 1720. In: op. cit., p. 219-21.
- 211 CCU, 16 de outubro de 1721. In: D.H., v. XCVIII, p. 5-8.
- 212 CCU, 31 de março de 1723. In: op. cit., p. 69-71.
- 213 CCU, 15 de dezembro de 1712. In: op. cit., p. 122-3.
- 214 CCU, 21 de junho de 1717. In: DH, v. XCIX, p. 28-30.
- 215 CCU, 16 de fevereiro de 1722. In: op. cit., p. 149-52.
- 216 CCU, 19 de outubro de 1722. In: op. cit., p. 179-80.
- 217 CCU, 18 de setembro de 1732. In: DH, v. C, p. 85-7.
- 218 CCU, 24 de novembro de 1733. In: op. cit., p. 117-20.
- 219 Doação das Terras de Braz Fragoso de Peroaçu, com traslado de Petição e despacho de 15 de julho de 1561, por parte de Francisco Toscano. In: DH, v. XII, p. 430-41.
- 220 Instrução que há de seguir João Batista Cabral Capitão -mor das entradas dos mocambos dos Sertões da Jacobina, Jacuípe, e Rio das Contas na entrada que vai fazer (Bahia e Setembro 15 de 1716; Marquês de Angeja). In: DH, v. LIV, p. 167-71.

- 221 Memória do que se há de entregar ao Capitão-mor Domingos Carneiro Baracho, para o socorro do Coronel André da Rocha Pinto, na conquista do rio das Contas de que está en carregado (Bahia e novembro, 5 de 1732 ; Conde de Sabugo sa). In: DH, v. LXXV, p. 99.
- 222 Mercê de doação que Sua Alteza se serviu fazer a Francisco Gil de Araújo da Capitania do Espírito Santo de juro e herdade na forma que a possuía Antônio Luís Gonçalves de Câmara Coutinho, em virtude da renúncia que nele fez por Alvará do dito Senhor, assim e da maneira que se expressa neste registo (Lisboa, 18 de Março de 1675). In: DH, v. LXXIX, p. 170-87.
- 223 Ordem que se enviou a Antonio de Couros Carneiro para fazer ali abrir caminho de Mapendipe té Jaguaripe para o comboi das farinhas (Bahia e Novembro 18 de 1654 ; o Conde de Attouguia). In: DH, v. II, p. 36-7.
- 224 Ordem que cita a carta que se escreveu ao Capitão Pedro de Araújo Vilas Boas (Bahia e Fevereiro 28 de 1718; Marquês de Angeja). In: DH, v. XLIII, p. 97.
- 225 Ordem para o Capitão-mor Belchior Vanique para fazer conduzir para esta cidade todo o gado que chegar a Água Fria (Bahia e Outubro 23 de 1711; D. Lourenço de Almada). In: DH, v. LIII, p. 101.
- 226 Ordem para o Matarcoá ir com os Índios das Aldeias que administra, e outros, para a guerra do Gentio Bárbaro de Corso (Bahia e Maio 5 de 1713 ; Pedro de Vasconcelos). In: op. cit., p. 233-4.
- 227 Ordem para o Juiz Ordinário da Vila de Jaguaripe sobre o caminho que há de mandar abrir, e couçoeriras, que há de entregar ao Tenente-General da Artilharia (Bahia e Abril 26 de 1717 ; Marquês de Angeja). In: DH, v. LIV, p. 226.

- 228 Ordem para o Capitão Gaspar Ribeiro da Gama que o é de Jacobina prender os criminosos (Bahia e Junho o primeiro de 1717; Marquês de Angeja). In: op. cit., p. 252.
- 229 Ordem que se passou para o Coronel Alexandre Rabelo de Sepulveda abrir a nova estrada do Piaguí, para esta cidade; e do mesmo teor se passou outra a Felipe da Costa de Sousa (Bahia e Novembro 18 de 1718 ; o Conde do Vimieiro). In: DH, v. LV, p. 136-7.
- 230 Ordem para o Provedor mandar dar a Ventura da Costa e Domingos da Costa cento e sessenta por dia por irem às minas do rio das Contas (Bahia e julho, 5 de 1720 ; três rubricas dos Senhores Governadores Gerais). In: DH, v. LXIX, p. 24.
- 231 Ordem de cujo teor se passaram duas aos contratadores dos Dízimos Reais da Capitania do Piauí e Pernagoa, os Capitães Manuel de Freitas de Araújo, João Lopes da Costa e Antônio Afonso Alvares, feitas no mesmo dia (Bahia e maio 28 de 1721 ; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 183-4.
- 232 Ordem para o Governador dos índios Jorge Dias de Carvalho, sobre a guerra aos bárbaros de corso (Bahia e Dezembro 18 de 1723 ; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: DH, v. LXXI, p. 236-7.
- 233 Ordem que na mesma ocasião se remeteu ao Capitão de Cavalos Pedro de Araújo Vilas Boas sobre fazer abrir os caminhos para a condução dos tabacos (Bahia e Março, 6 de 1719 ; Conde do Vimieiro). In: DH, v. LXXIII, p. 40 .
- 234 Patente de Capitão-mor do descobrimento do Rio Paraguaçu provido em Domingos de Freitas de Azevedo (Salvador, 5 de Julho de 1677 ; Agostinho de Azevedo Monteiro, Alvaro de Azevedo e Antonio Guedes de Brito), In: DH, v. XI, p. 6-9.

- 235 Petição dos moradores da Capitania do Rio Grande de costa de Pernambuco e representam a Sua Majestade, como a dita capitania é uma das melhores que Sua Majestade, tem nas partes da América (registada em Lisboa, 28 de fevereiro de 1695). In: DH, v. LXXXIV, p. 120-2.
- 236 Portaria que se passou ao Sargento Pedro Gomes para tomar o gado necessário para o sustento da gente do sertão (Bahia e Outubro 16 de 1657 ; Francisco Barreto). In: DH, v. II, p. 56-7.
- 237 Portaria que se passou ao Capitão João Lobo de Mesquita, para se lhe pagar quantidade de gado (Bahia e Dezembro 15 de 1663 ; O Conde de Óbidos). In: DH, v. V, p. 130-1.
- 238 Portaria para se darem anzóis e facas para o resgate do Sertão (Bahia e Setembro 19 de 1664 ; O Conde de Óbidos). In: op. cit., p. 193.
- 239 Portaria para o Preboste Geral Luiz Cardoso Balegão, sobre fazer rentregar (sic) ao Capitão-Mor Manuel Álvares de Souza os Dízimos de três anos (Bahia e setembro, 26 de 1721 ; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: D.H., v. LXIX, p. 283-4.
- 240 Portaria para o Coronel Francisco Alvares Feitosa prender a José Nogueira, e a outros que o acompanham. Do mesmo teor se passou outra ao Comissário (sic) Lourenço Alvares Feitosa para o dito efeito (Bahia e outubro, 30 de 1721 ; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: op. cit., p. 305-6.
- 241 Portaria para o Desembargador Provedor-mor (Bahia e novembro, 5 de 1732 ; Conde de Sabugosa). In: DH, v. LXXV, p. 98.
- 242 Portaria que se expediu ao guarda-mor das minas do rio

- das Contas (Bahia e maio 29 de 1733 ; Conde de Sabugosa). In: op. cit., p. 162-3.
- 243 Portaria para o Provedor da Casa da Moeda (Bahia e abril 30 de 1733 ; Conde de Sabugosa) In: op. cit., p. 176.
- 244 Portaria para o Provedor da Casa da Moeda (Bahia e novembro 25 de 1733 ; Conde de Sabugosa). In: op. cit., p. 231.
- 245 Portaria para o Desembargador Provedor-mor (Bahia e dezembro 12 de 1733 ; Conde de Sabugosa). In: op. cit., p. 240.
- 246 Portaria para o Provedor-mor (Bahia e julho 5 de 1734 ; Conde de Sabugosa). In: op. cit., p. 329-30.
- 247 Portaria para o Capitão-mor Manuel Rodrigues de Brito (Bahia e maio, 18 de 1734 ; Conde de Sabugosa). In: op. cit., p. 310-11.
- 248 Portaria para o Capitão Bernardo de Matos de Albuquerque de cujo teor se expediu outra ao Tenente-Coronel André da Silva Nobre (Bahia e agosto 26 de 1734 ; Conde de Sabugosa). In: op. cit., p. 344-5.
- 249 Portaria para os Juizes Ordinários oficiais de justiça e milícia (Bahia e outubro 8 de 1734 ; Conde de Sabugosa). In: DH, v. LXXVI . p. 9-10.
- 250 Portaria para o Tenente-Coronel Inácio da Cruz Prate (Bahia e dezembro 17 de 1734 ; Conde de Sabugosa). In: op. cit., p. 25-6.
- 251 Portaria para o capitão do terço de Henrique Dias Manuel Gonçalves de Moura (Bahia e março 16 de 1735 ; Conde de Sabugosa). In: op. cit., p. 78.
- 252 Portaria para se prender Tomé Pereira Pinto (Bahia e mar-

- ço o primeiro de 1735; Conde de Sabugosa). In: op. cit., p. 78.
- 253 Portaria para Pascoal Pereira Pinto fazer uma diligência de aprisionar uns negros fugidos (Bahia e março 30 de 1735; Conde de Sabugosa). In: op. cit., p. 81-2.
- 254 Portaria para o Tenente-Coronel Amaro Ferreira de Almeida (Bahia e junho 2 de 1735; Conde das Galveas). In: op. cit., p. 120.
- 255 Portaria para o provedor-mor (Bahia e setembro 17 de 1735; Conde de Galveas). In: op. cit., p. 212-3.
- 256 Portaria para o provedor-mor da Fazenda (Bahia e janeiro 17 de 1736; Conde das Galveas). In: op. cit., p. 285.
- 257 Portaria para o provedor-mor da Fazenda Real (Bahia e junho 7 de 1736; Conde de Galveas). In: DH, v. LXXVII, p. 28-9.
- 258 Portaria para os coronéis, juizes-ordinários e mais oficiais de justiça e milícia darem todo o favor e ajuda ao mestre de campo Damaso Coelho de Pinha (Bahia e junho 21 de 1736; Conde de Galveas). In: op. cit., p. 32-3.
- 259 Proposta que o Senhor Alexandre de Sousa Freire fez em Relação sobre os Tapuias e assento que sobre ela se tomou (Bahia, 4 de Março de 1669). In: DH, v. III, p. 207-16.
- 260 Provisão por que o Conde de Óbidos Vice-Rei deste Estado dá de sesmaria aos Capitães Antonio Guedes, e Bernardo Vieira Ravasco as terras que principiam na nascença do Tapicuru até o Rio de São Francisco (Salvador, 22 de Agosto de 1663; Conde de Óbidos). In: DH, v. XXI, p. 185-7.

- 261 Provisão segunda sobre a Petição pela qual se pedia a Sua Majestade terras para os índios da Natuba (Lisboa, 23 de novembro de 17 ... (incompleto no manuscrito). In: DH, v. LXIV, p. 67-9.
- 262 Segunda Provisão de El-Rei em que manda aos Governadores' façam restituir as terras aos índios que os moradores ' lhes tiverem tomado (Lisboa, 3 de janeiro de 1583). In: op. cit., p. 96-7.
- 263 Regimento que levou o Sargento Pedro Gomes para abrir estrada desde a Cachoeira té o Orobó (Salvador, 3 de Outubro de 1657 ; Francisco Barreto). In: DH, v. II, p. 49-54.
- 264 Regimento da moeda que se levantou neste Estado do Brasil e se mandou às Capitánias dele (Salvador, 7 de Julho de 1663 ; D. Vasco Mascarenhas, Conde de Óbidos). In: op. cit. p. 108-14.
- 265 Regimento que trouxe Roque da Costa Barreto, Mestre de Campo General do Estado do Brasil em data de 23 de Janeiro de 1677 com várias observações feitas pelo atual Vice-Rei, e Capitão General de Mar, e Terra do Estado do Brasil D. Fernando José de Portugal, em cumprimento da Provisão do Conselho Ultramarino de 30 de Julho de 1796 cuja execução se recomenda por outra de 10 de abril de 1804 em as quais se apontam as Ordens que têm alterado, ampliado, ou restringido algum Capítulo do mesmo Regimento, interpondo -se o parecer sobre os Artigos presentemente praticáveis. In: DH, v. IV, p. 299-466.
- 266 Regimento que levou o Capitão-mor Domingos Carneiro Baracho (Bahia e novembro, 12 de 1732 ; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: DH, v. LXXV, p. 107-11.
- 267 Regimento que se deu ao Coronel João Peixoto Viegas para a conquista dos bárbaros nele declarados (Bahia, cidade do

Salvador, 21 de maio de 1726 ; Vasco Fernandes Cesar de Menezes). In: DH, v. LXXII, p. 362-6.

268 Regimento das minas do ouro (Lisboa, 19 de abril de 1702). In: DH, v. LXXX, p. 329-44.

269 Rol que deu o administrador das minas o Coronel Pedro Barbosa Leal que o é do Salitre do que se necessita para fábrica dele e para pagamento dos índios que nela trabalham (Salvador, 1 de outubro de 1699). In: DH, v. LXV, p. 11-2.

270 Venda de um sítio de curral que fazem os religiosos do Carmo da Bahia aos religiosos da Companhia de Jesus. (Salvador, 16 de janeiro de 1683). In: DH, v. LXIV, p. 104-12.

Outras fontes:

271 ALENCASTRE, José Martins Pereira de. "Memoria chronologica, historica e corographica da provincia do Piauihy". In: RIHGB. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1857, tomo XX, p. 5-169.

272 Carta régia de 19 de junho de 1761 sobre a criação de vilas na Capitania do Piauí. In: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. loc. cit., p. 152-5.

273 Carta do sargento-mor João de Amorim a D. Rodrigo de Souza Coutinho (Oeiras, 1798). In: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. loc. cit., p. 42.

274 ALMEIDA, Candido Mendes de. Memorias para a historia do extinto Estado do Maranhão... Rio de Janeiro, Nova Typ. de J. Paulo Hildebrandt, 1874, tomo 2º.

- 275 BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. O clero no parlamento brasileiro. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979, 3 v.
- 276 CASAL, Manuel Aires de. Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil. São Paulo, Edições Cultura, /s.d./, 2 v.
- 277 LEAL, Antonio Henriques. Apontamentos para a historia dos jesuitas no Brazil. In: RIHGB. Rio de Janeiro, Garnier, 1873, tomo XXXVI, parte 2, p. 201-320.
- 278 LISBOA, João Francisco. Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão. Petrópolis, Vozes; Brasília, INL, 1976.
- 279 NASSAU, João Mauricio de. Testamento político. In: RIHGB. Rio de Janeiro, Companhia Typographica do Brazil, 1895, tomo LVIII, p. 223-36.
- 280 OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Velloso. "Memoria sobre a agricultura no Brazil". In: RIHGB. Rio de Janeiro, Garnier, 1873, tomo XXXVI, parte 1ª, p. 91-133.
- 281 PEREIRA, Duarte Pacheco. Esmeraldo de Situ Orbis. Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.
- 282 SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. Memórias históricas e políticas da província da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1919 /25, 2 v.
- 283 Carta de Sua Majestade ao Marquês de Angeja (Lisboa, 11 de Março de 1713). In: SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. op. cit., p. 327, v. 2º.
- 284 Provisão de 17 de Agosto de 1717. In: SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. op. cit., p. 352, v. 2º.

- 285 Carta de Vasco Fernandes Cesar de Menezes a Sua Majestade (Bahia e junho 2 de 1723). In: SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. op. cit., p. 385, v. 2º.
- 286 Carta do Provedor da Fazenda Joseph de Carvalho Salles ao Vice-Rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes (Bahia 8 de Maio de 1725). In: SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. op. cit., p. 367-8, v. 2º.
- 287 Carta de Sua Majestade para o vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes (Lisboa, 3 de junho de 1728). In: SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. op. cit., p. 365, v. 2º.
- 288 Carta que se escreveu a Francisco Dias de Ávila (Bahia e Janeiro 8 de 1741; Conde de Galvêas). In: SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. op. cit., p. 395-6, v. 2º.
- 289 Carta de Sua Majestade ao Governador do Estado do Brasil (Lisboa, 19 de junho de 1761). In: SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. op. cit., p. 421, v. 2º.
- 290 Carta de Vasco Fernandes Cesar de Menezes a Sua Majestade (Bahia e Junho 2 de 1723). In: SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. op. cit., p. 381, v. 2º.
- 291 Alvará de 27 de junho de 1816, criando a nova comarca do Crato. In: STUDART, Guilherme. Datas e fatos para a história do Ceará. Fortaleza, Typ. Studart, 1896, 1º v, p. 495-8.
- 292 Bando do Governador de Pernambuco pregando a paz e a quietação (Recife, 10 de abril de 1725). In: STUDART, Guilherme. op. cit., p. 171.
- 293 Bando do Capitão-mor do Ceará, Feo e Torres (Fortaleza, 23 de fevereiro de 1792). In: STUDART, Guilherme. op. cit., p. 404.

- 294 Bando do Governador de Pernambuco (Recife, 2 de fevereiro de 1737). In: STUDART, Guilherme. op. cit., p. 190.
- 295 Carta de Sua Majestade a Gaetano de Mello e Castro (Lisboa, 11 de setembro de 1697). In: STUDART, Guilherme, op. cit., p. 105.
- 296 Carta de D. Thomaz José de Mello a Luiz Finto de Souza (Recife de Pernambuco, 17 de dezembro de 1796). In: STUDART, Guilherme, op. cit., p. 417.
- 297 Carta do Bispo de Pernambuco ao governador Duarte Sodré Pereira (Recife, 9 de outubro de 1732). In: STUDART, Guilherme. op. cit., p. 185.
- 298 Carta Régia ao governador da Capitania de Pernambuco (Lisboa, 29 de outubro de 1707). In: STUDART, Guilherme. op. cit., p. 136.
- 299 Carta dos oficiais da Câmara da Vila do Aquirás ao ouvidor Mendes Machado (Vila do Aquirás 21 de agosto de 1724). In: STUDART, Guilherme. op. cit., p. 169.
- 300 Carta de Manoel Francez à Câmara da Vila de Aquirás (26 de setembro de 1724) In: STUDART, Guilherme. op. cit., p. 169
- 301 Carta de Miguel de Souza Cardoso à Câmara do Aquirás (22 de dezembro de 1724). In: STUDART, Guilherme. op. cit., p. 170.
- 302 Carta do Capitão-mor do Ceará a José Cesar de Menezes (2 de janeiro de 1783). In: STUDART, Guilherme. op. cit., p. 366.
- 303 Carta de Pedro Barbosa Leal ao Vice-Rei Conde de Sabugosa (São Paulo, 22 de novembro de 1725). In: VARNHAGEN, Fran-

cisco Adolpho de. História geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal. 3ª ed. São Paulo, Melhoramentos, /s.d./, 2º tomo, p. 79-97.

Obs. O documento aparece também como Relações Feitas pelo Coronel Pedro Barbosa Leal do Certão, e minas desta Capitania em que aponta varios Roteiros, e outras noticias, e também o que observou e achou estando na Jacobina e Rio das Contas.

304 Carta do Governador Fernão de Souza Coutinho de 1 de junho de 1671 sobre o aumento dos mocambos dos negros levantados que assistem nos Palmares. In: ENNES, Ernesto. As guerras nos Palmares. São Paulo, Brasiliense, 1938, p. 133-4.

305 Cópia de hũa Carta de 25 de junho de 1687 que se escreveu de Pernambuco sobre os negros dos Palmares. In: ENNES, Ernesto. op. cit., p.160-3.

306 Carta do Padre Manuel da Nóbrega a D. João III, Rei de Portugal (Olinda, 14 de Setembro de 1551). In: LEITE, Serafim. Cartas dos primeiros jesuítas (1538-1553). São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, p. 289.

307 Carta do Irmão Antonio Blásquez aos Padres e Irmãos de Coimbra (Porto Seguro, 8 de Maio de 1554). In: LEITE, Serafim. Cartas dos primeiros jesuítas (1553-1558). São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, p. 55-60.

308 Carta de D. João III Rei de Portugal a D. Duarte da Costa Governador do Brasil (Lisboa, 23 de Julho de 1554). In: LEITE, Serafim. op. cit., p. 72-3.

309 Carta de Sua Majestade a D. João de Lencastro (Lisboa, 11 de fevereiro de 1700). In: VILHENA, Luiz dos Santos.

op. cit., p. 363-4, 2ª v.

- 310 Carta de Sua Majestade para o Governador do Estado do Brasil (Lisboa, 4 de Março de 1692). In: VILHENA, Luiz dos Santos. op. cit., p. 301-2, 2ª v.
- 311 Carta-Régia a Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lourenço proibindo a comunicação pelos sertões entre a Capitania de Pernambuco e as minas de São Paulo (Lisboa, 7 de fevereiro de 1701). In: ABN, Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1908, v. XXVIII, p. 200.
- 312 Consulta da Juncta das Missões de 29 de outubro de 1697 sobre as cartas do Bispo e Gov^{or} de Pernambuco em que representão a falta de igrejas e Parocos nos Presídios dos Palmares, e Certão de Rodellas delictos que se comettem neste certão; e dissolução com que vie o m^e de campo do presidio das Alagoas. In: ENNES, Ernesto. op. cit., p. 352-5.
- 313 Generale Missive ao Conselho dos XIX (Recife, 31 de agosto de 1643). In: MELLO NETO, José Antonio Gonsalves. Tempo dos flamengos.... Rio de Janeiro, José Olympio, 1947, p. 239.
- 314 Idéia da população da capitania de Pernambuco. In: ABN. Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1923, v. XL, índice XII, p. 56.
- 315 Informação geral da capitania de Pernambuco. In: ABN. Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1908, v. XXVIII, p. 117-496.
- 316 Ofício de Frei Plácido de Messina ao Presidente de Pernambuco Barão de Boa Vista, datado de 26 de novembro de 1842, dando conta da missão de que fora encarregado no interior da Província. In: FREYRE, Gilberto. Casa-grande e

senzala... Lisboa, Livros do Brasil, /s.d./, p. 75.

- 317 Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a Bernardo Manoel de Vasconcelos (Rio de Janeiro, 2 de junho de 1800). In: STUART, Guilherme. op. cit., p. 436-7.
- 318 Ofício de Pedro José Cesar de Menezes a Sua Alteza Real pelo Conselho Ultramarino (30 de março de 1804). In: RSGRJ. Rio de Janeiro, Typ. Persaverança, 1886, tomo II, p. 33-5.
- 319 Ordenações e Leis do Reino de Portugal. D. Manuel I. In: Colleção da legislação antiga e moderna do Reino de Portugal. Parte I, da Legislação antiga. Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1787, Livro V.
- 320 Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recompiladas per mandado del Rei D. Philippe o Primeiro. In: Colleção da legislação antiga e moderna do Reino de Portugal. Parte II, da Legislação moderna. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1847, Livro V.
- 321 Provisão de 17 de agosto de 1717. In: VILHENA, Luiz dos Santos. op. cit., p. 614, 2º v.

Instrumentos de trabalho.

Dicionários e Atlas.

- 322 ALENCAR, Alvaro Gurgel. Diccionario geographico, historico e descriptivo do Estado do Ceará. Ceará, Louis Cholowiecki, 1903.
- 323 ALMEIDA, Candido Mendes de. Atlas do Imperio do Brazil (compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitorais e judiciarias). Rio

de Janeiro, Lithographia do Instituto Philomatico, 1868.

- 324 AULETE, Caldas. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Delta, 1958, 5 v.
- 325 BACELLAR, Bernardo de Lima e Melo. Diccionario da lingua portuguesa. Lisboa, José de Aquino Bulhões, 1783.
- 326 BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. Diccionario de vocabulos brasileiros. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.
- 327 BLUTEAU, D. Raphael. Vocabulario portuguez & latino. Lisboa, Off. de Pascoal da Silva, 1720, 7 v.
- 328 CARVALHO, Tito Augusto de. Diccionario de geographia universal. Lisboa, David Corazzi, 1878, 4 v.
- 329 CHAGAS, Manoel Pinheiro. Diccionario popular historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario. Lisboa, Typ. Viúva Souza Neves, 1883, 11 v.
- 330 CONSTANCIO, Francisco Solano. Novo diccionario critico e etymologico da lingua portuguesa. Paris, Of. Typ. de Casimir, 1836.
- 331 CORTEÇÃO, A. A. Subsídios para um dicionário completo da língua portuguesa (histórico-etymológico). Coimbra, França Amado, 1900, 2 v.
- 332 COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Vocabulário pernambucano. In: RIAHGP. Pernambuco, Imprensa Oficial, 1936, v. XXXIV.
- 333 COSTA, J. Almeida & SAMPAIO, A. Dicionário da lingua portuguesa. 5ª ed. Porto, Melo Porto; Coimbra, Liv. Arnaldo; Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1979.

- 334 COUTO, Antonio Maria do. Diccionario da maior parte dos termos homónymos, e equívocos da lingua portugueza.... Lisboa, Typ. de Antonio José da Rocha, 1842.
- 335 CUNHA, Antonio Geraldo da. Dicionário etimológico da lingua portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- 336 Diccionario da lingua portuguesa. Etymológico, prosódico e ortográfico. 8ª ed. Lisboa, Nacional, /s. d./ Coleção Dicionarios do Povo.
- 337 Diccionario historico, geographico e ethnographico do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.
- 338 FARIA, Eduardo de. Diccionario da lingua portugueza. 4ª ed. Lisboa, Francisco Arthur da Silva, 1859, 2 v.
- 339 FIGUEIREDO, Candido. Nôvo dictionário da língua portugueza. Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1859, 2 v.
- 340 Focus enciclopédia internacional. Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1968, 4 v.
- 341 GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Diccionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910.
- 342 Grande enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro, Delta, 1970, 12 v.
- 343 Grande enciclopédia portuguesa e brasileira. Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1935 / 58, 40 v.
- 344 HONORATO, Manuel da Costa. Diccionario topographico, estatístico e historico da provincia de Pernambuco. Recife, Typ. Universal, 1863.

- 345 MACHADO, José Pedro. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Lisboa, Editorial Confluência e Livros Horizonte, 1967, 3 v.
- 346 MARQUES, Cezar Augusto. Diccionario historico e geographico da provincia do Maranhão. Maranhão, Typ. do Frias, 1870.
- 347 MORENO, Augusto. Dicionário complementar da língua portuguesa (ortoépico, ortográfico, e etimológico, com um glossário de arcaísmo...). 2ª ed., Porto, Educação Nacional, 1938.
- 348 NASCENTES, Antenor. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Francisco Alves, Machado, J. Leite, Briguiet, A Indústria do Livro, 1932.
- 349 POYARES, Pedro de. Diccionario lusitanico-latino de nomes proprios de regioens; reinos; provincias; cidades; villas; castellos; lugares; rios; mares; montes; fontes... Lisboa, off. de Joan da Costa, 1667.
- 350 ROQUETE, J. I. & FONSECA, José da. Diccionario de synonymos, poetico e de epithetos da língua portugueza. Paris, Guillard, Aillaud e Cia, /s.d./, 2 v.
- 351 SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil. Paris, J. P. Aillaud, 1845, 2 v.
- 352 SERRÃO, Joel. Dicionário de história de Portugal. Lisboa, Iniciativa Editoriais, /s.d./, 8 v.
- 353 SILVA, Adalberto Prado et. al. Novo dicionário brasileiro Melhoramentos. 6ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1970, 5 v.

- 354 SILVA, Antonio de Moraes e. Diccionario da lingua portuguesa. 6ª ed. Lisboa, Typ. de Antonio José da Rocha, 1858, 2 v.
- 355 SOUSA, Bernardino José de. Diccionario da terra e gente do Brasil. 4ª ed. São Paulo, Nacional, 1902.
- 356 TORRINHA, Francisco. Moderno dicionário da língua portuguesa. Porto, Simões Lopes, 1935.
- 357 VIEIRA, Domingos. Grande diccionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza. Porto, E. Chardron e Bartholomeu H. de Moura, 1874, 5 v.
- 358 VITERBO, J. Santa Rosa de. Elucidario das palavras, termos e frases, que em Portugal antiguamente se usarão e que hoje regularmente se ignorão. Lisboa, off. Simão Thaddeo Ferreira, 1798, 2 v.
- 359 _____ Diccionario portatil das palavras, termos e frases, que em Portugal antiguamente se usarão, e que hoje regularmente se ignorão. Resumido, correcto e addicionado pelo mesmo autor do Elucidario... Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1825.

Obras metodológicas

- 360 BLOCH, Marc. Introducción a la historia. México, Fondo de Cultura Económica, 1975.
- 361 BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- 362 _____ Civilização material e capitalismo. Séculos XVI-XVIII. Barcelos, /s.ed/, 1970.

- 363 _____ La historia v las ciencias sociales.
Madrid, Alianza Editorial, 1970.
- 364 FEBVRE, Lucien. La terre e l' evolution humaine. Intro -
duction géographique a l'histoire. Paris, Albin Mi-
chel, 1949.
- 365 LE GOFF, Jacques. "As mentalidades". In: LE GOFF, Ja-
ques & NORÁ, Pierre. História: novos objetos. Rio
de Janeiro, Francisco Alves, 1978, p. 68-83.
- 366 MARROU, Henri-Irénée. Sobre o conhecimento histórico.
Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- 367 RODRIGUES, José Honório. A pesquisa histórica no Brasil.
São Paulo, Nacional, 1978.
- 368 _____ História da história do Brasil.
São Paulo, Nacional, 1979.
- 369 _____ Teoria da história do Brasil.
São Paulo, Nacional, 1978.

Estudos e artigos

- 370 ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história coloni-
al (1500-1800). 6ª ed. Rio de Janeiro, Civilização
Brasileira; Brasília, INL, 1976.
- 371 _____ Caminhos antigos e povoamento
do Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasi-
leira; Brasília, INL, 1975.
- 372 _____ Ensaio e estudos: crítica e
história, 1ª série. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civiliza-
ção Brasileira; Brasília, INL, 1975.

- 373 Ensaio e estudos: crítica e história. 4ª série. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1976.
- 374 "A geografia do Brasil, no início do século". In: BG. Rio de Janeiro, CNG, 4: 36-7, jul, 1943.
- 375 ABREU, Sílvio Fróis de. "Nordeste do Brasil". In: BG. Rio de Janeiro, CNG / IBGE, 4: 9-25, jul, 1943; 5: 15-31, ag, 1943.
- 376 AIRES, Felix. O Piauí na poesia popular. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.
- 377 ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. Um sertanejo e o sertão. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, INL, 1976.
- 378 AMARANTE, Antonio Plácido Feixoto de. "Breve notícia sobre os trabalhos da comissão de melhoramentos do rio São Francisco (3 de julho de 1886)". In: RSG. Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1887, tomo III, p. 161-82.
- 379 ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem do Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 1964.
- 380 Faisagens e problemas do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1968.
- 381 AVELLAR, Hélio de Alcântara. História administrativa e econômica do Brasil. Rio de Janeiro, FENAME, 1970.
- 382 BARROSO, Gustavo. "A origem da palavra sertão". In: BG. Rio de Janeiro, CNG / IBGE, 52: 401-3, jul, 1947.

- 383 BASTOS, João Pereira. O futuro do polígono das secas. Bahia, Universidade da Bahia, 1957.
- 384 BRASIL, IPGE. Divisão regional-Nordeste. Rio de Janeiro, 1950.
- 385 BRÍGIDO, João. "Cutrora, no Ceará". In: CASCUDO, Luís da Câmara. Antologia da alimentação no Brasil. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 136-8.
- 386 BRUENING, Humberto. "Avoante". In: CASCUDO, Luís da Câmara. op. cit., p. 192-4.
- 387 CALMON, Pedro. História da Casa da Torre. Uma dinastia de pioneiros. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.
- 388 CARVALHO, Alfredo de. "Minas de ouro e prata; explorações holandesas no século XVII". In: Estudos pernambucanos. Recife, A Cultura Acadêmica, 1907, p. 1-34.
- 389 CASCUDO, Luís da Câmara. Antologia do folclore brasileiro. São Paulo, Martins, 1965, 2 v.
- 390 _____ Antologia da alimentação no Brasil. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- 391 _____ Vaqueiros e contadores. Porto Alegre, Liv. do Globo, 1939.
- 392 _____ Literatura oral. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952.
- 393 CASTRO, Josué de. Sete palmos de terra e um caixão. Lisboa, Seara Nova, 1967.

- 394 CEARENSE, Catullo da Faixão. Poemas escolhidos. 6ª ed. Rio de Janeiro, Liv. Império, /s.d/.
- 395 CESAR, Getulio. Crônicas do Nordeste. Rio de Janeiro, Pongetti, 1941.
- 396 CORTESÃO, Jaime. A política de sigilo nos descobrimentos nos tempos do Infante D. Henrique e de D. João II. Lisboa, Comissão executiva das comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960.
- 397 COSTA, Francisco Augusto Pereira da. "Anais pernambucanos". In: RIAHGP. Pernambuco, Imprensa Oficial, 1934, v. XXXII, p. 89-228; 1935, v. XXXIII, p. 201-310.
- 398 CUNHA, Euclides da. Os sertões. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.
- 399 DANTAS, Manuel. "Os charutos do padre Brito Guerra" In: CASCUDO, Luís da Câmara. Antologia da alimentação..., p. 130-1.
- 400 DELLA CAVA, Ralph. Milagre em Joazeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- 401 DENIS, Pierre. O Brasil no século XX. Lisboa, José Bastos, /s.d/.
- 402 DIEGUES JÚNIOR, Manoel. "Aspectos gerais da estrutura brasileira - a estrutura social". In: Segurança e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, 140: 93-106, 1970.
- 403 _____ Literatura de cordel. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1945.

- 404 EGLER, Walter Alberto. " O sertão de Pernambuco ". In: BCG. Rio de Janeiro, Associação dos Geógrafos Brasileiros (secção regional do Rio de Janeiro), 1961, 3-4: 17-32.
- 405 ENNES, Ernesto. As guerras nos Palmares. São Paulo, Brasiliense, 1938.
- 406 FORTES, Herbert Parentes. Euclides, o estilizador de nossa história. Rio de Janeiro, GRD, /s.d./.
- 407 FOURNIER, Luiz Mariano de Barros, " Uma solução para o problema das secas do Nordeste". In: RSCRJ. Rio de Janeiro, /s.ed./, 1942, p. 33-56.
- 408 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Desenvolvimento da civilização material no Brasil. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1971.
- 409 FREIRE, Felisbello. História de Sergipe. 2ª ed. Petrópolis, Vozes; Aracaju, Governo do Estado de Sergipe, 1977.
- 410 FREYRE, Gilberto. Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.
- 411 _____ Casa-grande e senzala (formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal). Lisboa, Livros do Brasil, /s.d./.
- 412 _____ Interpretação do Brasil. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e cultura. Lisboa, Livros do Brasil, /s.d./.
- 413 _____ Vida social no Brasil, em meados do sé-

século XIX. Rio de Janeiro, Artenova, 1977.

- 414 _____ Ingleses no Brasil. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1948.
- 415 _____ Sobrados e mucambos. Lisboa, Livros do Brasil, /s.d./, 2.v.
- 416 _____ Um engenheiro francês no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.
- 417 FURTADO, Sebastião. "Os nomes geográficos e a cartografia". In: RG. Rio de Janeiro, Instituto Pan-americano de Geografia e História, tomo XXIV, 50: 109-19, 1950.
- 418 GARCIA, Rodolfo. "História das explorações científicas" In: Diccionario historico, geographico e ethnographico do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, 1ª v., p. 856-910.
- 419 GOMES, Pimentel. "Contribuição ao estudo da ecologia nordestina". In: RG. Rio de Janeiro, CNG / IBGE, 88: 431-50, jul, 1950.
- 420 GUERRA, Ignez Amelia Leal Teixeira. "Tipos de clima do Nordeste". In: REG. Rio de Janeiro, CNG / IBGE, 4: 449-96, 1955.
- 421 HANDELMAN, Henrique. História do Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1931.
- 422 HOBBSBAWM, E.J. Bandidos. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976.
- 423 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do Paraíso. Os motivos

edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.

- 424 LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. São Paulo, Nacional, ' /s.d./.
- 425 LEITE, Serafim. Luiz Figueira, a sua vida heróica e a sua obra literária. Lisboa, Agência Central das Coló - ' nias, 1940.
- 426 _____ História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro, INL, 1945.
- 427 _____ Cartas dos primeiros jesuítas (1538-1553). São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.
- 428 _____ Cartas dos primeiros jesuítas (1553-1558). São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.
- 429 LEMOS, Thadeu Villar. "Passadio sertanejo. A comida tradi cional do sertão". In: CASCUDO, Luís da Câmara. Anto logia da alimentação..., p. 252-4.
- 430 LIAIS, Emmanuel. Climats, géologie, faune et géographie ' botanique du Brésil. Paris, Garnier, 1872.
- 431 LIMA JÚNIOR, Andrade & FERRAZ, Álvaro. A morfologia do ho mem do Nordeste. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.
- 432 LIMA, Fernando Sgarbi. "Os Sertões" de Euclides da Cunha. Fonte para a história das mentalidades". In: Memória da II Semana da História. Franca, Universidade esta- dual paulista Júlio de Mesquita Filho, 1980, p. 317-323.

- 433 LLOSA, Mario Vargas. A guerra do fim do mundo. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.
- 434 MAGALHÃES, Basílio de. Expansão geográfica do Brasil colonial. 4ª ed. São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1978.
- 435 MATOS, Odilon Nogueira de. "A literatura dos viajantes estrangeiros como fonte para a nossa história". In: Memória de I Semana da História. Franca, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1979, p. 269-96.
- 436 MELLO NETO, José Antonio Gonsalves. Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e cultura do Norte do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947.
- 437 MELO, Veríssimo de. Folclore brasileiro. Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1977.
- 438 MENEZES, Djacir. O outro Nordeste. Formação social do Nordeste. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.
- 439 MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Crise agrária e luta de classes. O nordeste brasileiro entre 1850 e 1889. Brasília, Horizonte, 1980.
- 440 MORIZE, Henrique. Contribuição ao estudo do clima do Brasil. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio / Observatório Nacional, Imprensa Nacional, 1922.
- 441 MOURA, Clovis. Rebeliões da senzala. Quilombos. Insurreições. Guerrilhas. Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

- 442 NASH, Roy. A conquista do Brasil. São Paulo, Nacional, 1950.
- 443 NAVARRO, Newton. "Cantiga para fazer paçoca". In: CASCU-DO, Luís da Câmara. Antologia da alimentação..., p. 103-4.
- 444 NEMESIO, Vitorino. Caatinga e terra caída, viagem no Nordeste e no Amazonas. Lisboa, Liv. Bertrand, /s.d./.
- 445 NETSCHER, F.M. Os holandeses no Brasil. Notícia histórica dos Países - Baixos e do Brasil no século XVII. São Paulo, Nacional, 1942.
- 446 NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo, Hucitec, 1979.
- 447 OLIVEIRA, Noé Mendes de. Folclôre brasileiro. Piauí. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1977.
- 448 OLIVEIRA, Xavier. Beatos e cangaceiros (história real, observação pessoal e impressão psicológica dos mais célebres cangaceiros do nordeste). Rio de Janeiro, /s.ed/, 1920.
- 449 PARANAGUÁ, Marquês de. "A cidade abandonada do interior da Bahia". In: RSGRJ. Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1887, tomo III, p. 249-58.
- 450 PEIXOTO, Afrânio. Poeira da estrada. São Paulo, Nacional, 1944.
- 451 PINTO, Alfredo Moreira. Geographia das provincias do Brazil. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nicolau Alves, 1885.

- 452 PINTO, Carlos. "Cobre cria oásis de progresso no sertão de Antonio Conselheiro". O Globo. Rio de Janeiro, 17 jan 1982, p. 38.
- 453 POMPEU SOBRINHO, Thomaz. O problema das seccas no Ceará. 2ª ed. /s.l./, Eugenio Gadelha & Filho, 1920.
- 454 PORTO, Carlos Eugênio. Roteiro do Piauí. Rio de Janeiro, MEC, /s.d./
- 455 PORTO, Costa. O sistema sesmarial no Brasil. Brasília, Universidade de Brasília, /s.d./
- 456 RECLUS, Elisée. Estados Unidos do Brasil. Geographia, ethnographia, estatística. Rio de Janeiro, Garnier, 1900.
- 457 ROCHA, José Maria Tenório. Folclore brasileiro. Alagoas. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1977.
- 458 SANTOS, Lindalvo Bezerra dos. "Aspecto geral da vegetação do Brasil" In: BG. Rio de Janeiro, CNG / IBGE, 5: 68-73, ago, 1943.
- 459 SERAINE, Flávia. Folclore brasileiro. Ceará. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1978.
- 460 SHAKER, Arthur. Falo espaço do cangaceiro. Jurubeba. São Paulo, Símbolo, 1979.
- 461 SILVA, Moacir M.F. "A propósito da palavra "sertão". In: BG. Rio de Janeiro, CNG / IBGE, 90: 637-44, set, 1950.
- 462 SOUTO MAIOR, Armando. Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império. 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1978.

de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio / Departamento geral de Estatística, 1922, v. 1.

- 474 VIEIRA FILHO, Domingos. Folclore brasileiro-Maranhão.
Rio de Janeiro, FUNARTE, 1977.
- 475 WAIBEL, Leo. "As zonas pioneiras do Brasil". In: RBG.
Rio de Janeiro, CNG / IBGE, 4: 389-417, 1955.
- 476 WEBER, Max. Economía y sociedade. México, Fondo de Cultura Económica, /s.d./ v. IV.

